

A Defesa Nacional

REVISTA DE ASSUMPTOS MILITARES

Redactores — Primeiros Tenentes: BERTHOLDO KLINGER, ESTEVÃO LEITÃO DE CARVALHO e J. DE SOUZA REIS

N.º 1

Rio de Janeiro, 10 de Outubro de 1913

Anno I

SUMMARIO

Editorial. PARTE JOURNALISTICA: O Effectivo e a organisação do Exercito. — Subsídios tacticos. — A instrução de nossa infantaria em face dos actuaes effectivos. — Carros de munição para a infantaria e metralhadoras. — Comando do grupo de artilharia em combate. — A máquina automática de carregar cartuchos. — Correntes táticas na artilharia francesa. **NOTICIARIO:** A parada de 7 de Setembro. — Raid Hippico. — O desenvolvimento progressivo do exercito alemão. — Reorganisação da Guarda Nacional — Equipamento aligeirado pelo abandono da mochila. — Stereophotogrammetria. — Arreiaamento para a cavalaria. — O abalroamento do "Guarany". — Questões à margem. — A Defesa Nacional. — O ensinamento da guerra dos Balkans sobre artilharia. — A Infantaria Japoneza. — Collaboração. **BIBLIOGRAPHIA:** Os intermediários elásticos e a tração animal. — Exercícios de quadros e sobre a carta para a arma de infantaria. — Livros franceses e alemães.

EDITORIAL



DEFESA NACIONAL, que inicia com este numero a sua carreira na litteratura militar do paiz, tem o seu programma contido na formula que lhe serve de epigraphe.

Como é facil de ver, o escópoo dos seus fundadores não é outro senão collaborar, na medida de suas forças, para o soerguimento das nossas instituições militares, sobre as quaes repousa a defesa do vasto patrimonio territorial que os nossos antepassados nos legaram, e da enorme somma de interesses que sobre elle se accumulam.

De resto, os interesses militares se acham hoje em dia, e em todos os paizes do mundo, de tal forma entrelaçados aos interesses nacionaes, que trabalhar pelo progresso dos meios de defesa de um povo é, sinão o melhor, pelo menos um dos melhores meios de servir aos interesses geraes desse povo.

O caso do nosso paiz apresenta, além disso, algumas características particulares.

Se nos grandes povos, inteiramente constituidos, a missão do Exercito não sae geralmente do quadro das suas funcções puramente militares, nas nacionalidades nascentes como a nossa, em que os elementos mais variados se fundem apressadamente para a for-

mação de um povo, — o Exercito — unica força verdadeiramente organizada no seio de uma tumultuosa massa effervescente — vai ás vezes um pouco além dos seus deveres profissionaes para tornar-se, em dados momentos, um factor decisivo de transformação politica ou de estabilisação social.

A nossa pequena historia, bem como a de outros povos sul-americanos, está cheia de exemplos demonstrativos dessa affirmação.

E' debalde que os espiritos liberaes, numa justificada aancia de futurismo, se insurgem contra as intervenções militares na evolução social dos povos: é um facto historico que as sociedades nascentes têm necessidade dos elementos militares para assistirem á sua formação e desenvolvimento, e que só num grão já elevado de civilisação ellas conseguem emancipar-se da tutella da força, que assim se recolhe e se limita á sua verdadeira função.

Sem desejar, pois, de fórmula alguma, a incursão injustificada dos elementos militares nos negócios internos do paiz, o Exercito precisa entretanto estar apparelhado para a sua função conservadora e estabilisante dos elementos sociaes em marcha — e preparado para corrigir as perturbações internas, tão communs na vida tumultuaria das sociedades que se formam.

No que diz respeito ao exterior, o problema que o nosso Exercito tem a resolver não é menos complexo.

Vasto paiz fertil, opulento e formoso, com

A DEFESA NACIONAL

Editor

Eduardo Scalzilli Pantoja

Corpo Redatorial

Paulo Cesar de Castro

Ulisses Lisboa Perazzo Lannes

Josevaldo Souza Oliveira

Fernando Luiz Velasco Gomes

Rogério Luiz Nery da Silva

Helcio Pinheiro

Paulino Machado Bandeira

Márcio Oliveira Ferreira

Jorge Rodrigues Lobato

Wagner Alcides de Souza

Luciana Faria Le-Roy

Fabiana Schtspor Gomes de Carvalho

Pesquisa

Wagner Alcides de Souza

Apoio à produção

Fabiana Schtspor Gomes de Carvalho

Luiz Cláudio Santos de Carvalho

Digitalização dos originais

ScanSystem Brasil

www.scansystem.com.br

Revisão

Jorge Rodrigues Lobato

Luciana Faria Le-Roy

Diagramação

Julia Duarte

juliaduarte@gmail.com

Tratamento de imagens

Leonardo Dessandes

leodessandes@oi.com.br

Impressão

Walprint Gráfica e Editora

Direção, edição e distribuição

BIBLIX

Palácio Duque de Caxias

Praça D. de Caxias, 25 – 3º andar – Ala Marcílio Dias

Rio de Janeiro-RJ – Brasil – CEP 20221-260

Tel.: (21) 2519-5711 – Fax: (21) 2519-5569

www.biblifix.ensino.eb.br

biblifix@ensino.eb.br

Os conceitos técnico-profissionais emitidos nas matérias assinadas são de exclusiva responsabilidade dos autores, não refletindo necessariamente a opinião da revista e do Exército Brasileiro.

A revista não se responsabiliza pelos dados cujas fontes estejam devidamente citadas.

Salvo expressa disposição em contrário, é permitida a reprodução total ou parcial das matérias publicadas, desde que mencionados o autor e a fonte.

ACEITA-SE INTERCÂMBIO

com publicações nacionais ou estrangeiras.

Os originais deverão ser enviados para a ECEME e serão apreciados para publicação sempre que atenderem os seguintes requisitos:

documento digital compatível com o programa Microsoft Word®, formato A4, fonte Arial 12, margens de 3cm (E) e 2,5cm (D), entrelinhamento 1,5.

As figuras deverão ser fornecidas em separado, com resolução mínima de 300dpi.

Textos, imagens e uma síntese do currículo deverão ser entregues impressos e em disco.

O artigo, sendo científico, deverá conter os elementos pré-textuais que o caracterizam.

As referências devem ser elaboradas de acordo com as prescrições da

Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

PUBLICAÇÃO SEMESTRAL

A venda de números avulsos será feita na Administração:

Tel.: (21) 2519-5715



GRUPO FUNDADOR:

Estevão Leitão de Carvalho
Mario Clementino de Carvalho

Joaquim de Souza Reis

Bertholdo Klinger

Francisco de Paula Cidade

Brasílio Taborda

Epaminondas de Lima e Silva

Cesar Augusto Parga Rodrigues

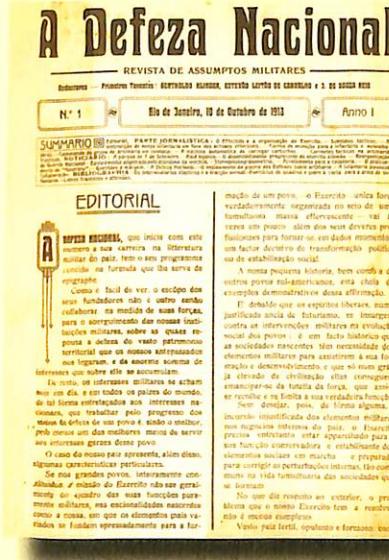
Euclides Figueiredo

José Pompéo Cavalcanti de Albuquerque

Jorge Pinheiro

Amaro de Azambuja Villa Nova

NOSSA CAPA



Reprodução da capa do primeiro número de *A Defesa Nacional*.

Digitalização dos originais: ScanSystem Brasil
(www.scansystem.com.br)

Tratamento de imagens: Leonardo Dessandes

A Defesa Nacional

— REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS —

Editor — Primeiro Técnico: MORTIMOS BLAUMER, ESTEVÃO LEITÃO DE CARVALHO e 3. DE SOUZA REIS

N.º 822

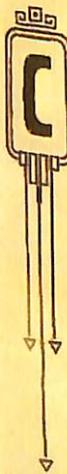
Rio de Janeiro, 13 de outubro de 2013

ANNO CI

SUMMARIO

Editorial. PARTE JOURNALISTICA: O Exército e a organização do Exército. — Subsídios Tácticos. — A instrução de nossa infantaria em face dos actos efectuados. — Carros de montaria para a infantaria e morteiros. — Artilharia de campo de artilharia de costa. — A marcha automática de carros e carros. — Carros Tácticos das armadas. — INFORMAÇÃO: A véspera de 7 de Setembro. — Raid aéreo. — O desenvolvimento progressivo do exército brasileiro. — Reconstrução de Santa Bárbara. — Equipamento sugerido pelo exército da marinha. — Marinha-Brigadeira. — Artilharia para a cavalaria. — O avanço de Santa Bárbara. — Operações aéreas. — A Defesa Nacional. — O desenvolvimento da guerra dos diablos entre a primaria. — A infantaria portuguesa. — BIBLIOGRAFIA: Os interesses militares e a tradição animal. — Exercícios de quadros e para a carta para a área de in-
terior. — Livros franceses e alemães.

EDIÇÃO ESPECIAL



ENTENÁRIO DE CRIAÇÃO DE "A DEFESA NACIONAL"
numero a sua carreira na literatura
militar do paiz, tem o seu programma
contido na formula que lhe serve de
epigraphe.

Como é facil de ver, o escópo dos
seus fundadores não é outro senão
colaborar, na medida de suas forças,
para o soerguimento das nossas insti-
tuições militares, sobre as quaes re-
pousa a defesa do vasto patrimonio
territorial que os nossos antepassados
nos legaram, e da enorme somma de
interesses que sobre elle se acumulam.

De resto, os interesses militares se acham
hoje em dia, e em todos os paizes do mundo.
Soldados brasileiros já estão no "front" p. 37
cionaes, que trabalhar pelo progresso dos
meios de defesa de um povo é, sinão o melhor,
pelo menos um dos melhores meios de servir
aos interesses geraes desse povo.

O caso do nosso paiz apresenta, além disso,
algumas características particulares.

Se nos grandes povos, inteiramente con-
fidos, a missão do Exército não sue geral-
mente do quadro das suas funções pura-
mente militares, nas nacionalidades nascentes
como a nossa, em que os elementos mais va-
riados se fundem apressadamente para a for-

mação de um povo, — o Exército — unica força
verdadeiramente organizada no seio de uma
tumultuosa massa effervescente — vai ás
vezes um pouco além dos seus deveres pro-
fissionaes para tornar-se, em dados momentos,
um factor decisivo de transformação política
ou de estabilisação social.

**Trágico desaparecimento do chefe de estado
surpreende o Brasil** p. 47 esta cheia de
exemplos demonstrativos dessa afirmação.

E' debaide que os espíritos liberaes, numa
justificada aancia de futurismo, se insurgem
contra as intervenções militares na evolução
social dos povos: é um facto historico que
as sociedades nascentes têm necessidade dos
elementos militares para assistirem á sua for-
mação e desenvolvimento, e que só num grão
já elevado de civilisação elles conseguem
emancipar-se da tutella da força, que assim
se recoilhe e se limita á sua verdadeira função.

Sem desejar, pois, de forma alguma, a
incursão injustificada dos elementos militares
nos negócios internos do paiz, o Exército
precisa entretanto estar apparelhado para a
sua função conservadora e estabilisante dos
elementos sociaes em marcha — e preparado
Cotação do barril salta para US\$ 5,00, p. 65
numuns na vida tumultuaria das sociedades que
se formam.

No que diz respeito ao exterior, o pro-
blema que o nosso Exército tem a resolver
não é menos complexo.

Vasto paiz fértil, opulento e formoso, com

Palavra do comandante do Exército

Em 10 de outubro de 1913, na cidade do Rio de Janeiro, era publicado o primeiro número de *A Defesa Nacional*. A cena histórica, em que os doze fundadores da revista, conhecidos como jovens turcos, recebem esse exemplar, está eternizada em óleo sobre tela de Álvaro Martins. Mais do que ornamentar uma das paredes do gabinete do comandante do Exército, o quadro cristaliza o nascimento de uma publicação que se projetou além das transformações pretendidas para a época, alcançando, nos dias atuais, novas abordagens editoriais, estimuladas pelas conjunturas nacional e internacional.

A revista, criada originalmente para difundir ideias para um novo Exército, conforme registra a ata da reunião de sua fundação, apresenta atualmente estudos de problemas brasileiros e assuntos militares, em temas como Estratégia, Tática, Política Internacional, Geopolítica, Administração, Economia, Finanças, Geografia e História. Entre seus colaboradores, conta com integrantes das Forças Armadas em serviço ativo, na reserva ou reformados, bem como civis de notório saber.

O primeiro degrau da história de *A Defesa Nacional* foi sua valiosa contribuição para o aprimoramento das instituições militares, marcado pela profissionalização do ensino militar, pelo aumento da operacionalidade e pela modernização das Forças singulares. Fiel ao espírito de seus fundadores, ao longo de sua existência e até o tempo atual, a publicação se consolidou como um fórum para a discussão das Forças Armadas brasileiras e do Brasil, visando ao desenvolvimento e à segurança nacionais.

Esta edição comemorativa nos mostra essa evolução, apresentando textos selecionados dentre alguns dos mais significativos em um século de publicações. É uma história que entremeia a própria história na Nação.

Ao completar 100 anos, *A Defesa Nacional* merece todo o nosso reconhecimento e nossos calorosos parabéns. Que esta edição histórica proporcione uma boa leitura a todos.

Gen Ex Enzo Martins Peri

Prefácio

Honorado, apresento-vos *A Defesa Nacional*, rebatizada *A Defesa Nacional*, da qual o primeiro século de “carreira na litteratura militar do paiz”¹ comemora-se com a edição que tendes em mão. Apresento-vos não apenas a “Revista do Centenário”, mas o ideário, a atualidade e a visão de futuro de seus fundadores, conhecidos como os jovens turcos.

Esta edição é, acima de tudo, homenagem a um grupo de oficiais cujos nomes se eternizaram no Editorial de 10 de outubro de 1913, publicado no nº 1 da *Revista de Assuntos Militares*, síntese do programa da obra, na palavra de seus idealizadores. Estimulava-os a “mocidade”, o “estudo” e a “bôa vontade”, a fim de serem “prestimosos auxiliares e dedicados collaboradores” de seus “cheges e camaradas”. Eis lições e ideais que motivaram, motivam e motivarão os que são marinheiros, soldados e aviadores de corpo e alma.

○ escôpo dos seus fundadores, não é outro senão collaborar [...] para o soerguimento das nossas instituições militares, sobre as quaes repousa a defesa da vasto patrimônio territorial [...] e da enorme somma de interesses que sobre elle se accumulam.

Os leitores constatarão que *A Defesa Nacional* manteve-se inabalável e fiel tribuna daquela aspiração. O papel do oficial em uma democracia moderna (1922), o suicídio de Getúlio Vargas, a Revolução Democrática de 1964 e a Amazônia, eis alguns dos temas contemplados na “Revista do Centenário”. Esses títulos comprovam e enfatizam a visão de futuro do autodenominado Grupo Fundador. Inúmeros outros artigos e editoriais mereceriam ter sido igualmente selecionados e republicados.

“A necessidade de construirmos um exercito que corresponda ás nossas legítimas aspirações de desenvolvimento e de progresso, está acima de qualquer discussão.” Sob esse aspecto, a revista abriu espaços para que autores abordassem, por exemplo: a 1^a e a 2^a Guerras Mundiais, o Conflito das Malvinas, o Brasil

1 – Todas as citações foram retiradas do Editorial de *A Defesa Nacional*, nº 1.

e as operações de paz. Convoco os leitores a meditar: terão os jovens turcos sido profetas? Em 2013, um século decorrido, a construção das Forças Armadas imprescindíveis ao Brasil é obra inacabada e, muito menos, está acima de qualquer discussão. Não há lugar, contudo, para desânimo, pois, no primeiro número de *A Defesa Nacional*, se lê o que fazer: “[...] nós começámos a trabalhar, de 89 para cá. Temos gasto nesse período um milhão e quinhentos mil contos [...] nós temos trabalhado.” Assim tem sido desde aqueles idos de 1913 e, creio, permanecerá por longo tempo. “Ao combate!”

E se vos dissesse que os criadores foram precursores do “Braço Forte e Mão Amiga”? Senão, vejamos:

Se nos grandes povos [...] a missão do Exército não sae geralmente do quadro de suas funções puramente militares, nas nacionalidades nascentes como a nossa [...] o Exército [...] vai às vezes um pouco além de seus deveres profissionais para tornar-se [...] factor decisivo de transformação política ou de estabilização social.

Àquela quadra da vida nacional seguiram-se cem anos, e as Forças Armadas continuam indispensáveis para garantir a lei e a ordem, além de executarem apreciável leque de ações subsidiárias. Estou seguro de que os jovens turcos vibrariam se constatassem que os militares do Século XXI dedicavam-se, exclusivamente e no estado da arte, às “funções puramente militares”. Asseguro-vos, também, que exultariam ao ver as Forças Armadas como as instituições de maior credibilidade junto ao povo desta nação abençoada. Os homens e as mulheres de armas continuam sendo, como antecipado no alvorecer do século passado, o braço forte e a mão amiga da Terra de Santa Cruz.

Os artigos que lereis nesta edição de gala são resumidíssima síntese das sementes plantadas em solo fértil por idealistas em 1913. Ao longo do tempo, nas páginas de sua obra, muitos estudaram, pesquisaram, aprenderam e valorizaram o Brasil e as Forças Armadas. Autores renomados, articulistas pouco conhecidos, pensadores, pesquisadores, historiadores, militares e civis expuseram nas folhas da centenária publicação ideias, propostas e teses, produtos de sua inteligência. No ano do centenário, o Exército Brasileiro dedica-se a profundo processo de transformação orientado por vetores, dentre os quais destaco “Doutrina”, “Educação e Cultura”. Vale dizer, *A Defesa Nacional* continua a frutificar.

Dimitai, leitores, os que ousaram, no início do século passado, afirmar que:

Nós estamos profundamente convencidos que só se corrige o que se critica; de que criticar é um dever; e de que o progresso é obra dos dissidentes. Esta revista foi fundada [...] para exercer o direito, que todos temos, de julgar das cousas que nos affectam [...] e de darmos a nossa opinião a respeito.

Dimitai-os, também, quando insistem que “um bom exercito é uma escola de disciplina hierarchica, que prepara para a disciplina social; e é, ao mesmo tempo, uma escola de trabalho, de sacrificio e de patriotismo.” Dimitando-os, vós sereis continuadores da obra dos inesquecíveis fundadores de *A Defesa Nacional*.

Esta edição é a “Revista do Centenário”, justa homenagem ao Grupo Fundador. Outras homenagens poderiam ser prestadas? Sim, poderíamos nos perfilar e prestar-lhes solene continência, por exemplo. Contudo, outra mais e primorosa seria atender ao chamamento com que nossos homenageados concluíram o editorial de 13 de outubro de 1913: “E agora: en avant!”.

Em 2013, é certo que os jovens turcos bradariam: “Brasil, acima de tudo!”.

À leitura!

Gen Ex Paulo Cesar de Castro

Editorial

Um século de *A Defesa Nacional*

Renovar os costumes militares brasileiros. Levar para o interior dos quartéis novas ideias e procedimentos. Combater a indolência intelectual. Criticar o estiolante comodismo e romper com a improdutiva rotina. Implementar novos e realistas métodos de instrução. Fazer da educação do militar profissional um esforço continuado, enquanto durasse sua carreira. Indicar caminhos que permitissem superar os ultrapassados padrões operacionais expostos nas campanhas de Canudos e do Contestado. Em uma palavra, transformar o Exército!

Esses os ideais que animavam os 34 jovens oficiais que, entre 1905 e 1912, estagiaram por dois anos no Exército da Alemanha Imperial. Ao retornarem ao Brasil, eles iniciaram amplo movimento em prol da modernização do Exército, traduzido em persistente luta para impor novas regras de disciplina, novas técnicas de instrução e novas práticas administrativas. O esforço se tornaria mais objetivo e metódico a partir da chegada da terceira e última turma, em 1912. A longa travessia do Atlântico serviu para:

demoradas conversas durante as quais o grupo de estagiários examinou a fundo as diferentes possibilidades de aproveitar a experiência adquirida para a renovação dos métodos de instrução e do aperfeiçoamento dos costumes praticados na tropa".¹

Ao final da viagem, Leitão de Carvalho — que, ao lado de Bertoldo Klinger, destacava-se, naquele seletíssimo grupo, pela

¹—TREVISAN, Leonardo N. Obsessões Patrióticas. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2011, p.121.

ímpeto renovador e pela capacidade intelectual — constataria: “Estávamos, agora, com as ideias claras e com um programa traçado. Era pôr mãos à obra”.²

No decorrer do ano de 1913, a influência dos oficiais com formação alemã disseminou-se por todas as organizações militares com sede no Rio de Janeiro, e o cotidiano dos quartéis transformou-se, alterado pelas novas práticas. Não obstante as naturais e fortes reações, as novas ideias acabariam por conquistar a adesão de grande parte da oficialidade e atrair a atenção de chefes posicionados no topo da escala hierárquica, interessados nas novas formas de instrução. Um programa de conferências e palestras a cargo dos ex-estagiários no Exército Alemão foi estabelecido, e seus ensinamentos passaram a ser divulgados nos jornais cariocas e em palestras no Clube Militar. Urgia, agora, difundir as renovadoras ideias para o restante do Exército, o que implicava a necessidade de se dispor de publicação especializada, própria para o tratado de questões militares. A ideia de criação de uma revista com tais características já fazia parte dos planos traçados pela terceira turma de estagiários na Alemanha por ocasião da viagem de volta ao Brasil. Leitão de Carvalho e Bertoldo Klinger vão implementá-la. Foram eles que organizaram o “núcleo mantenedor” da revista a ser publicada, composto por 13 oficiais³: seis capitães, seis primeiros-tenentes e um segundo-tenente. Suas idades variavam entre 29 e 42 anos; seis eram de Infantaria, meia dúzia de Artilharia e um de Cavalaria; oito haviam estagiado no Exército

2 – CARVALHO, Estevão Leitão de. *Memórias de um Soldado Legalista*. Rio de Janeiro: Imprensa do Exército, 1962, p. 155-156.

3 – Bertoldo Klinger, Estevão Leitão de Abreu, Joaquim de Sousa Reis (redatores), Francisco de Paula Cidade, Mário Clementino de Carvalho, Epaminondas de Lima e Silva, César Augusto Pargas Rodrigues, Francisco Jorge Pinheiro, José Pompeu de Albuquerque Cavalcanti, Euclides de Oliveira Figueiredo, Brasílio Taborda, Amaro de Azambuja Vilanova e José dos Mares Maciel da Costa.

Alemão. O nome da publicação — *A Defesa Nacional* — foi escolhido pelo capitão Mário Clementino; seu formato, o mesmo do semanário alemão *Militär Wochenblatt*, definido por Bertoldo Klinger; a data de criação, 10 de outubro de 1913.

Em seus primeiros números, a revista abriu espaço, principalmente, para traduções do alemão de regulamentos, de manuais de instrução e de guias de orientação para exercício das diferentes Armas. Ela pretendia, segundo Leitão de Carvalho, “criticar o errado, o rotineiro, o comodista, o prejudicial, fornecendo, ao mesmo tempo, as regras, os preceitos, os exemplos, raciocinando, explicando”⁴. Seus editoriais e artigos versavam sobre temas abrangentes, como a necessidade do serviço militar obrigatório para a formação de reservas, a valorização do Exército perante a sociedade, a descrição de manobras, a tática na guerra moderna e armamentos. Numerosas consultas feitas pelos leitores sobre tática e assuntos técnicos foram respondidas, e travaram-se proveitosos debates acerca dos métodos de instrução preconizados. Debates e propostas nem sempre foram aceitos e compreendidos e, em certa ocasião, a crítica a um exercício, redigida em tom irônico, provocaria acerba reação de alto chefe militar e redundaria na punição e na transferência de seus redatores.

Por outro lado, ao inaugurar, no segundo número, a seção *Atualidade Militar*, ninguém menos que o próprio chefe do Estado-Maior, general José Caetano de Faria, publicou elaborado estudo sobre a necessidade de reforma do Exército. Esse verdadeiro programa de administração da Pasta da Guerra, por ele mesmo implementado no governo Wenceslau Brás, quando assumiu a Secretaria dos Negócios da Guerra, praticamente encampava os principais pontos constantes do ideário defendido nas páginas de *A Defesa*

4 – CARVALHO, Estevão Leitão de, 1962, p.176.

Nacional: obrigatoriedade do serviço militar, reequipamento da Força, nova orientação para o sistema de educação militar, redistribuição das unidades pelo território nacional e contratação de uma missão militar estrangeira.

Por volta de 1918, a revista atingia cerca de 40% dos oficiais do Exército, notadamente, capitães e tenentes. Era vendida apenas por intermédio de assinaturas, quase metade no meio civil.

Com a chegada ao Brasil da Missão Militar Francesa, A Defesa Nacional adaptou-se à nova situação e tornou-se porta-voz autorizada da Escola de Estado-Maior, centro de irradiação da nova doutrina.

Durante a década de 30, a periodicidade mensal é mantida, e a tiragem alcança a média de 1200 exemplares e seu formato original, preservado até 1935, quando suprime o editorial e inclui novas seções que possuem seus próprios responsáveis. Ela continua a alimentar e a provocar debates sobre a modernização do Exército, a necessidade da industrialização do país e a relação entre a política e o Exército. Entre seus colaboradores e editores figuram oficiais, alguns no início da carreira, de grande expressão na vida do Exército e da nação: Pedro Aurélio de Góes Monteiro, Tristão de Alencar Araripe, Pantaleão da Silva Pessoa, J. B. Magalhães, Olympio Mourão Filho, Humberto de Alencar Castelo Branco, Tasso Fragoso, Orlando Geisel e Carlos de Meira Matos, dentre tantos outros.

No turbulento período da 2ª Guerra Mundial e nos anos que se seguiram ao conflito, a revista continuou a semear e a debater as novas ideias que dominavam os cenários internacional e nacional e os campos militar e político. O relevante papel por ela desempenhado em prol do pensamento militar brasileiro é oficialmente reconhecido em 21 de janeiro de 1947, quando o

ministro da Guerra, general Canrobert Pereira da Costa, pelo Aviso Ministerial nº 99, destaca sua importância para o Exército.

A partir de meados dos anos 50, *A Defesa Nacional* passou a ostentar como subtítulo a expressão *Revista de Assuntos Militares e Problemas Brasileiros*, modificada em meados dos anos 70 para *Revista de Assuntos Militares e Estudo de Problemas Brasileiros*, ainda em uso nos dias de hoje. Acréscimo, na verdade, coerente com a visão de seus criadores, que bem compreendiam a impropriedade de circunscrever o preparo da defesa da nação ao trato de assuntos puramente militares.

Em meados dos anos 60, por influência do general Aurélia de Lyra Tavares, é atribuída à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército a responsabilidade pela redação dos artigos, enquanto sua editoração fica a cargo do Estabelecimento General Gustavo Cordeiro de Farias. O mesmo general Lyra Tavares, já como ministro do Exército, pelo Aviso Ministerial nº 373-D/6CB, de 25 de novembro de 1968, reitera a relevância de *A Defesa Nacional*.

Outro marco importante na trajetória da revista ocorreria em 1982, quando sua editoração, publicação e distribuição passaram à responsabilidade da Biblioteca do Exército, situação que perdura até hoje, da mesma forma que a coleta, a seleção e organização dos números permanecem com a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Vincula-se assim, oficialmente, *A Defesa Nacional* ao sistema de educação e cultura do Exército.

Um século transcorreu desde a tarde de 10 de outubro de 1913, quando o grupo fundador da revista reuniu-se na Papelaria Macedo, à Rua da Quitanda 74, no Rio de

Janeiro, e recebeu seu primeiro número com a data daquele dia. Com olhar retrospectivo, olhemos para esses cem anos e constatemos a relevante contribuição prestada pela revista para a evolução do Exército e a compreensão dos problemas do Brasil.

A Defesa Nacional cristalizou e apoiou os ideais de modernização da Força, de forma a elevá-la ao patamar compatível com as capacidades e potencialidades do país. Em sua centenária existência, esta consagrada publicação acompanhou e estimulou a evolução do pensamento militar brasileiro ao registrar as inquietações, os anseios e aspirações de todos os colaboradores que fizeram da elevação dos padrões intelectuais e operacionais da Força sua bandeira de luta. Ela contribuiu para produzir gerações de escritores militares que abordaram os variados aspectos das questões relacionadas com a defesa da nação. Ofereceu e continua a oferecer a militares e civis brasileiros valiosa e respeitada tribuna reconhecida no Brasil e além fronteiras, de onde se difundiram e se difundem conhecimentos, ensinamentos e alertas embasados no estudo, na experiência e na reflexão de seus autores.

Ao completar um século de existência, *A Defesa Nacional* já não é a única revista dedicada ao trato de assuntos militares e estudo de problemas brasileiros, pois o Exército e seus integrantes já dispõem de outros meios, dentre os quais publicações de esmerado conteúdo e primorosa acabamento gráfico, para disseminar ensinamentos, discutir questões doutrinárias, aperfeiçoar procedimentos e debater o futuro da Instituição.

Entretanto, se já não detém a primazia de constituir-se na única tribuna à disposição de militares e civis interessados em promover a defesa nacional, pelo respeito conquistado ao

longo de sua centenária história, esta pioneira e tradicional revista prosseguirá, em plena era do conhecimento, a prestar relevantes serviços, na luta pela grandeza do Exército e pelo bem do Brasil.

Gen Dir Ulysses Lisboa Perazzo Lannes

Sumário

1913, outubro	17
1914, setembro	21
1918, dezembro	25
1922, julho	30
1942, agosto	34
1944, junho	37
1945, maio	42
1954, setembro	47
1965, fevereiro	50
1965, fevereiro	55
1973, outubro	65
1979, janeiro	77
1982, abril	96
1992, março	101
1996, março	117

Sumário

1913, outubro	criação de a defesa nacional	17
	editorial	
1914, setembro	início da primeira guerra mundial	21
	editorial	
1918, dezembro	fim da primeira guerra mundial	25
	editorial	
1922, julho	tenantismo	30
	<i>o papel do oficial numa democracia moderna</i>	
	<i>derougement</i>	
1942, agosto	entrada do brasil na segunda guerra mundial	34
	<i>proclamação do ministro da guerra</i>	
	<i>eurico gaspar dutra</i>	
1944, junho	envio da feb para a itália	37
	editorial	
1945, maio	fim da segunda guerra mundial	42
	editorial	
1954, setembro	suicídio de vargas	47
	editorial	

1965, fevereiro.....	amazonia..... editorial	50
1965, fevereiro.....	revolução democrática de 1964..... o pensamento revolucionário brasileiro carlos de meira mattos	55
1973, outubro	crise do petróleo	65
	a crise do petróleo e suas perspectivas luiz paulo macedo carvalho	
1979, janeiro.....	revolução islâmica..... golfo pérsico: epicentro neurálgico therezinha de castro	77
1982, abril.....	maluinas..... o conflito das maluinas e seus ensinamentos nilson vieira ferreira de mello	96
1992, março.....	defesa da amazônia..... amazonia – geopolítica do confronto e geoestratégia da integração therezinha de castro	101
1996, março.....	operações de paz..... o brasil e as operações de paz luiz paulo macedo carvalho	117



*...não queremos ser uma horda de insurrectos dispostos
a endireitar o mundo a ferra e fogo — mas um bando
de Cavalleiros da Idéa, que saiu a campo, armado,
não de uma clava, mas de um argumento;
não para cruzar ferros, mas para raciocinar...*

editorial

outubro de 1913

A Defeza Nacional

REVISTA DE ASSUMPTOS MILITARES

Redactores — Primeiros Tenentes: BERTHOLDO KLINGER, ESTEVÃO LEITÃO DE CARVALHO e J. DE SOUZA REIS

N.º 1

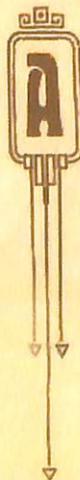
Rio de Janeiro, 10 de Outubro de 1913

Anno I

SUMMARIO

Editorial. PARTE JOURNALISTICA: O Effectivo e a organisação do Exercito. — Subsídios táticos. — A instrução de nossa infantaria em face dos actuaes effectivos. — Carros de munição para a infantaria e metralhadoras. — Commando do grupo de artilharia em combate. — A máquina automática de carregar cartuchos. — Correntes táticas na artilharia francesa. NOTICIARIO: A parada de 7 de Setembro. — Raid hippico. — O desenvolvimento progressivo do exercito alemão. — Reorganização da Guarda Nacional. — Equipamento aligeirado pelo abandono da mochila. — Stereophotogrametria. — Arreiaamento para a cavalaria. — O abalaçoamento do "Guarany". — Questões à margem. — A Defeza Nacional. — O ensinamento da guerra dos Balkans sobre artilharia. — A infantaria japonesa. — Collaboração. BIBLIOGRAPHIA: Os intermediários elásticos e a tracção animal. — Exercícios de quadros e sobre a carta para a arma de infantaria. — Livros franceses e alemães.

EDITORIAL



DEFEZA NACIONAL, que inicia com este numero a sua carreira na litteratura militar do paiz, tem o seu programma contido na formula que lhe serve de epígrafe.

Como é facil de ver, o escópo dos seus fundadores não é outro senão collaborar, na medida de suas forças, para o soerguimento das nossas instituições militares, sobre as quaes repousa a defeza do vasto patrimonio territorial que os nossos antepassados nos legaram, e da enorme somma de interesses que sobre elle se accumulam.

De resto, os interesses militares se acham hoje em dia, e em todos os paizes do mundo, de tal forma entrelaçados aos interesses nacionaes, que trabalhar pelo progresso dos meios de defeza de um povo é, sinão o melhor, pelo menos um dos melhores meios de servir aos interesses geraes desse povo.

O caso do nosso paiz apresenta, além disso, algumas características particulares.

Se nos grandes povos, inteiramente constituidos, a missão do Exercito não sae geralmente do quadro das suas funcções puramente militares, nas nacionalidades nascentes como a nossa, em que os elementos mais variados se fundem apressadamente para a for-

mação de um povo, — o Exercito — unica força verdadeiramente organizada no seio de uma tumultuosa massa effervescente — vai ás vezes um pouco além dos seus deveres profissionaes para tornar-se, em dados momentos, um factor decisivo de transformação politica ou de estabilisação social.

A nossa pequena historia, bem como a de outros povos sul-americanos, está cheia de exemplos demonstrativos dessa afirmação.

E' debalde que os espiritos liberaes, numa justificada aancia de futurismo, se insurgem contra as intervenções militares na evolução social dos povos: é um facto historico que as sociedades nascentes têm necessidade dos elementos militares para assistirem á sua formação e desenvolvimento, e que só num grão já elevado de civilisação elles conseguem emancipar-se da tutella da força, que assim se recolhe e se limita á sua verdadeira função.

Sem desejar, pois, de forma alguma, a incursão injustificada dos elementos militares nos negócios internos do paiz, o Exercito precisa entretanto estar apparelhado para a sua função conservadora e estabilisante dos elementos sociaes em marcha — e preparado para corrigir as perturbações internas, tão comuns na vida tumultuaria das sociedades que se formam.

No que diz respeito ao exterior, o problema que o nosso Exercito tem a resolver não é menos complexo.

Vasto paiz fertil, opulento e formoso, com

1.200 leguas de costa, abertas ás incursões do lado do mar; com extensas linhas fronteiriças terrestres, do outro lado das quaes se agitam e progridem muitos povos tambem em formação — não seria absurdo admittir a hypothese de que o Brazil viesse um dia a encontrar um sério obstaculo ás suas naturaes aspirações de um desenvolvimento integral.

E nesse dia, que pôde estar proximo ou remoto, e sem saber de que lado virá o perigo, que pôde vir do Norte como do Sul, do Oriente como do Occidente — o Brazil não poderá verdadeiramente contar senão com as suas proprias forças, isto é, com a sua organisação militar.

Mas a questão tem ainda um terceiro aspecto: o exercito, num paiz como o Brazil, não é sómente o primeiro factor de transformação politico-social, nem o principal elemento de defeza exterior: elle tem igualmente uma função educativa e organisadora a exercer na massa geral dos cidadãos.

Um bom exercito é uma escola de disciplina hierarchica, que prepara para a disciplina social; e é, ao mesmo tempo, uma escola de trabalho, de sacrificio e de patriotismo. Um exercito bem organisado é uma das creações mais perfeitas do espirito humano, porque nelle se exige e se obtém o abandono dos mesquinhos interesses individuaes, em nome dos grandes interesses collectivos; nelle se exige e se obtém que a entidade *homem*, de ordinario tão pessoal e tão egoista, se transfigure na abstracção *dever*; nelle se exige e se obtém o sacrificio do primeiro e do maior de todos os bens que é a *vida*, em nome do principio superior de *patria*.

Comprehende-se facilmente que uma instituição dessa natureza, que destaca, e põe em relevo, e fortalece aquillo que ha de nobre e de heroico, e de sublime no barro commun — tem que exercer forçosamente uma influencia salutar sobre o desenvolvimento dos individuos e das sociedades.

Se essa influencia, que sempre se fez sentir nas sociedades cultas da Europa, trabalhadas por dois mil annos de civilisação, é, nas velhas sociedades já formadas, um meio valioso de aperfeiçoamento, que os philoso-

phos reconhecem e assignalam — num paiz como o Brazil ella será, com mais forte razão, um factor poderoso de formação e de transformação de uma sociedade retardada e informe.

A necessidade, pois, de construirmos um exercito que corresponda ás nossas legitimas aspirações de desenvolvimento e de progresso, está acima de qualquer discussão.

Num momento historico, como o que atra-vessamos, em que a capacidade social de um povo se mede e se avalia pela sua organizaçao militar — o Brazil, que é um dos mais opulentos paizes da terra, não pôde cruzar os braços indifferente aos rumores de luta, que nos chegam dos quatro pontos cardeaes, e confiar a defeza do seu patrimonio aos azares do destino.

Ha na historia da nossa patria a memoria de algumas tentativas, que temos feito, no sentido de organizar um Exercito regular — tentativas que infelizmente até hoje têm encontrado apenas um successo parcial ou relativo.

Para não levarmos a nossa analyse muito longe, basta relembrar os esforços destes vinte e quatro annos de administracão republicana. E' um facto evidente que o paiz inteiro comprehendeu a necessidade, que temos, de um solido instrumento de guerra, e que sempre se mostrou nas melhores disposições para fazer sacrificios de toda a sorte, em nome da defeza nacional.

Essa convicção geral repercutiu no seio do Exercito, e nós começámos a trabalhar, de 89 para cá. Temos gasto nesse periodo *um milhão e quinhentos mil contos* approximadamente; fizemos duas reorganisações geraes e algumas parciaes; o regulamento das escolas militares foi reformado quatro vezes: duas vezes no sentido de dar ao *ensino theorico* uma importancia maior que ao *ensino pratico*, e duas vezes no sentido contrario. Alterámos varias vezes o plano de uniformes e os regulamentos das armas. O da arma de infantaria foi transformado quatro vezes; e ha soldados de vinte annos de praça (porque os ha!) que sabem as quatro instruções dessa arma. Em

Imperial Gazette

...a guerra foi se tornando cada vez mais inevitável...

editorial

setembro de 1914

A Defeza Nacional

REVISTA DE ASSUMPTOS MILITARES

Redactores — Primeiros Tenentes: BERTHOLDO KLINGER, ESTEVÃO LEITÃO DE CARVALHO e J. DE SOUZA REIS

N.º 12

Rio de Janeiro, 10 de Setembro de 1914

Anno I

EDITORIAL

AGUERRA que neste momento assola as velhas nações da Europa e que, com a ponta da espada, vae rompendo os tratados e despedaçando as convenções—dictados no tempo de paz pela solidariedade humana, e desfeitos na guerra pela ambição da victoria —lançou sobre o mundo civilizado uma violenta impressão de espanto e de dôr.

A commoção intensa que, na hora presente, assoberba todo homem civilizado, offuscando-lhe o pensamento, ainda não deixa ver com clareza toda a grandeza cruel desta lição da historia.

Encerrada a guerra turco-russa em 1877, as nações européas haviam entrado n'um periodo de paz, sob cujos auspicios tomaram um espantoso incremento todos os ramos da actividade humana, produzindo essa poderosa industria moderna, que o commercio mundial põe em circulação no bojo dos transatlânticos.

Ao lado do progresso material, que trouxe cada vez mais conforto ao homem civilizado, o espirito humano se alcandrou aos pincaros da gloria, abrindo á sciencia novos horizontes, roubando á natureza seus mais esquivos segredos, imprimindo ás artes um fulgor novo, resuscitando a metaphysica e explorando veiões abandonados de velhas philosophias.

Foi nesse ambiente propicio de inteligencia e cultura, sob as caricias fecundas d'uma intensa civilisação, que desabrochou a flôr preciosa da *Paz universal*!

Profundos espiritos de todas as nacionalidades pintaram com as côres sombrias da desgraça, os horrores da guerra, entoaram hymnos á paz e, espancando as trevas onde os interesses fomentam a lucta entre os homens, mostraram o caminho da *Terra promettida*...

Estigmatisaram os armamentos. Condemnaram a Guerra.

E o proprio Csar da Russia, sob o influxo das doutrinas correntes, convocou a 2^a conferencia da paz, em Haya.

E quando se desperta desse sonho de *paz universal*, é sob o fragor das armas em lucta, n'uma guerra de extermínio entre os grandes pioneiros da civilisação! E os utopistas de todos os credos, lançando um olhar estupefacto sobre a humanidade do seculo XX, reconhecem-na a mesma que, sob a couraça romana, destruiu Cartago!

E' fecunda essa lição da historia e, mesmo entre os embates das paixões que assoberbam o mundo na hora presente, já se pode d'ella ir tirando algumas consequencias e mostrando qual a sorte das nações que não cuidam seriamente da defesa de sua soberania...

A ninguem deve ter espantado o clarão de incendio que a guerra ateou na Europa. A conflagração das potencias constitua desde alguns annos o espantalho do mundo e no começo do verão de cada anno

representava o thema obrigatorio das cogitações de todos os homens com responsabilidades no concerto europeu.

O desenvolvimento assombroso dos recursos das nações, crescendo, impoz naturalmente a necessidade de uma expansão economica para o exterior. D'ahi, essa terível lucta pelo predominio economico, através d'uma concorrência commercial sem tréguas, que, acirrando os odios, suscitando prevenções nos paizes que se sentiam batidos pelos esforços pacificos do labor de outros povos, foi creando esses formidaveis armamentos de terra e mar, considerados como garantia do logar já conquistado no grande certamen do mundo, e como base para conquistas novas.

De outro lado, as competições politicas, o desejo de predominio e influencia no concerto europeu e fóra delle, desejo aliado ao pensamento pertinaz da desforra de revézes soffridos, foram incitando os povos e os governos a cada vez mais se preparam para a lucta que todos sentiam fatal.

O estado enervante que esse regimen gerou na Europa, encontrou a principio um derivativo na conquista de colonias e foi sob este estímulo que o mundo assistiu á tomada da Tunisia, de Madagascar, da Conchinchina, do Congo, de Marrocos pela França: á conquista da Erytréa e de Tripolis, pela Italia; a posse da Africa oriental e occidental e do Camerum, pelos allemaes, tudo em detrimento do poder mundial da Inglaterra.

Mas as nações que não tomaram parte na conquista dos povos fracos e dos latifundios africanos, e as que foram mal aquinhoadas na repartição do acervo, quizeram compensações na propria Europa, estendendo sua influencia politica sobre povos de raças semelhantes ou diversas, em busca de portos ou de mercados!...

Esse estado de coisas fez crescer ainda mais os armamentos, de anno para anno, na mesma proporção que os *stocks* das fabricas e as tonelagens das marinhas mercantes.

E a despeito da propaganda de doutrinas philosophicas e das campanhas pacifistas pregadas por poderosos espiritos, pugnando tenazmente por sublimes utopias, a guerra foi se tornando cada vez mais inevitavel, devido em parte mesmo aos progressos derivados da paz!

Quaesquer que sejam as novas fronteiras que a espada victoriosa trace no mappa da Europa, as nações que se formarem sobre os escombros fumegantes das potencias ora em lucta, esgotadas pela guerra, precisarão, para se refazerem, de maior ou menor convalescência, mas não poderão fugir ao regimen do serviço militar obrigatorio.

As nações victoriosas, estimuladas pelo exito da guerra e impellidas pela necessidade de conservar os fructos de suas victorias, interessarão em suas glorias as futuras gerações e firmarão no orgulho nacional as bases de sua preponderancia politica.

As nações vencidas, muito mais profundamente esgotadas, levarão mais tempo a se reerguerem, mas alimentarão no intimo o desejo da desforra, o qual as conduzirá á preparação militar de todos os seus homens validos.

E, a não ser para as que forem victimas do fim tristissimo da Polonia, o poderio militar resurgirá e fará novamente a sua ascenção até uma nova crise.

Deslocar-se-ão talvez os centros productores e de intercambio commercial e em torno dos quaes gravitam as grandes marinhas mercantes e de guerra, mas quando refeitas da lucta as nações começarem a produzir de novo, em grande escala, generos que não consomem, resurgirá a conquista dos mercados e — ai dos povos que nessa época ainda não tenham consciencia de suas responsabilidades e possam servir de derivativo á expansão insaciavel dos fortes!

E' preciso, por isso, ser tambem forte.

Mas, ser forte o que é? E' por acaso, ter grandes *stocks* de armamentos e manter no papel centenas de mil homens?

Não. Ser forte é orgulhar-se do passado e ter consciencia do que se quer para o futuro. E' fazer reposar a soberania nacional no coração dos povos e tornar os homens capazes de assegurar com efficacia a independencia nacional.

As guerras não são mais feitas por exercitos e sim pelos povos. A victoria é os que sabem o que querem e estes são os que na paz pensaram na patria e se sacrificaram por ella.

As mais generosas utopias estão sendo alcadas aos pés pelos grandes exercitos da Europa, e os destroços do *Direito Internacional* só serão salvos, tintos de sangue, por aquelles que tenham *força* para hies dar vida...

Precisamos despertar a consciencia da nação e indicar-lhe o futuro que o destino nos offerece. Não nos devemos contentar de sermos *um povo fraco* que vive sobressaltado com os acontecimentos mundiaes, temendo, pela nossa fragilidade, o sacrificio de nossa soberania.

Nós temos todas as condições para sahirmos desse papel humilhante e perigoso de testemunha impotente para evitar os perigos que ameacem a Patria, procurando amparo nas incertezas doutrinarias do pan-americanismo.

Guiemos a infancia para a escola e ensinemos-lhe as glorias dos nossos antepassados, conquistadas na paz e na guerra, despertando nella o orgulho da nacionalidade. Cultivemos-lhe os musculos com a gymnastica e lhe daremos, assim, audacia e confiança em si.

Façamos a instrucção primaria obrigatoria.

Ensinemos aos jovens robustos o manejo das armas e façamos-lhes provar as durezas da vida militar e assim lhes desenvolveremos o espirito de sacrificio que a defesa da patria exige. Reunamos pelo

culto da bandeira os filhos dos estrangeiros que cooperam para o nosso desenvolvimento, e despertaremos nelles o sentimento da nacionalidade. E essa amalgama de homens com meias-patrias tomará uma forma definitiva votando ao Brazil dedicação e patriotismo.

Executemos o serviço militar obrigatorio.

Lembremo-nos que vivemos no seculo XX e que occupamos oito milhões e meio de kilometros quadrados das mais ricas e melhores terras do mundo. Lembremo-nos que somos uma raça mal conceituada de inferioridade, sobre a qual pesa a qualificação de *fraca*.

Despertemos, ou seremos victimas...

A Argentina, com a quarta parte da nossa população e com uma porcentagem muitas vezes superior de estrangeiros, executa desde ha muitos annos o serviço militar obrigatorio e incorpora todos os annos contingentes de conscriptos ao exercito e á marinha, resolvendo ao mesmo tempo dois problemas capitaes: a formação da nacionalidade e a robustez dos homens. E como a Argentina, o Chile.

Os Estados Unidos da America do Norte dão, dia a dia, á sua marinha um maior desenvolvimento, assegurando assim a protecção do seu commercio e de suas conquistas territoriaes.

Como collaboramos nós no ideal pan-americanico?

Com a fraqueza, esperando a protecção dos fortes.

Leitão.

O Serviço Militar Obrigatorio

Agora que a guerra europeia repercutindo tão fundamente entre nós obriga os poderes publicos a cortes profundos nos orçamentos, é mais do que nunca opportuno por em execução o serviço militar obrigatorio.

Todos os poderes são unanimes em assignalar os dispendios exagerados a que, sem poder, nos afiramos, e são especial-

*...as nações que tomaram a si a causa dos alliados
estão de parabens, não só pela victoria alcançada, mas,
muito principalmente, pela situação excepcional creada,
de estarem reunidas em torno do mesmo ideal...*

editorial

dezembro de 1918

A Defesa Nacional

REVISTA DE ASSUMPTOS MILITARES

Redactores: BERTHOLDO KLINGER, POMPEU CAVALCANTI e PANTALEÃO PESSOA

N.º 63

Rio de Janeiro, 10 de Dezembro de 1918

Anno VI

PARTE EDITORIAL

A sociedade das nações. A nossa integridade ameaçada... As reformas sociaes para produzir votos. O que o Exercito pode fazer.

ESTA' terminada a grande guerra. A essa convicção somos levados pelas condições do armistício estabelecido, condições que não só reduzem de muito o valor militar da Allemanha, como impedem o abastecimento das suas populações e desorganisam a sua economia.

As nações que tomaram a si a causa dos aliados, correntemente denominada «da humanidade» estão de parabens, não só pela victoria alcançada, mas, muito principalmente, pela situação excepcional creada, talvez unica na historia, de estarem reunidas em torno do mesmo ideal, salvo illusão nossa, todas as nações hoje poderosas, com as suas forças preparadas moral e materialmente, promptas para firmarem a interpretação do que sejam ideaes humanos internacionalmente possiveis, reparar sem dificuldades todas as injustiças do passado, realizar a igualdade dos estados e estabelecer, praticamente, tudo o que diziam necessario para que o mundo gozasse uma paz duravel.

O Snr. Wilson, uma das maiores personalidades do mundo hodierno e talvez o mais sincero dos dominadores, imaginou a sociedade das nações, como uma solução mais practica que o tribunal de Haya, para dar sancção aos principios novos ou remanescentes do direito internacional.

Não se sabe ainda perfeitamente como será constituída essa sociedade, mas o telegrapho já nos disse o bastante para comprehendermos que ella adiantará pouco e que a espada continuará sendo o fiel da balança da justiça.

A Inglaterra declarou formalmente que não consentirá na diminuição do seu poder naval e o secretario da marinha dos Estados Unidos, já deu as suas providencias para que seja executado integralmente o programma naval de 1917.

A França e a Italia representarão no continente europeu os ideaes da nova sociedade e para isso precisam manter o seu poder militar.

O Japão tem no oriente razões ponderosas para justificar o sacrificio dos armamentos.

Ahi estão os justos motivos porque as grandes aliadas, apezar de generosas e democráticas em todos os seus sonhos, são forçadas a frequentar a egregia sociedade com fardão dourado e espada á cinta.

Outras nações, pequenas ou grandes, porém, todas fracas ou enfraquecidas, gozarão tambem o honroso convivio; algumas devedoras de graças infindas e por isso mesmo credoras da maior confiança; outras conscientemente submettidas por estarem certas de que é menos perigoso poder frequental-a do que se conservarem fora della.

Mas o traje tem que ser regulado pelas condições economicas e militares, razão porque nem todas as festas admittirão o comparecimento da generalidade das associadas.

A igualdade dos estados ficará um pouco arranhada, mas já não é pouco que os fracos e pobres tenham a honra de privar com os senhores do mundo.

E assim se passará o tempo até que as primeiras victimas, naturalmente os mais ingenuos e imprevidentes, comprehendam que serviram para justificar essa organisação evidentemente ephemera, mas sufficientemente duravel para que os poderosos repartam entre si todos os mercados mundiaes e dilatem a sua esphera de influencia.

A limitação dos armamentos continuará sem a base moral indispensavel, porque não será executada pelos seus principaes advogados e, quando imposta ao inimigo, terá valor transitorio como qualquer outra limitação de direitos que só pode gerar reivindicações e desconfianças precursoras de novas guerras.

Tudo nos leva a crêr que continuaremos sob o regimen da paz armada e que, sem uma defeza convenientemente organisada, pouco nos valerá o prestigio decorrente da politica que adoptamos.

Ao contrario, si por uma organisação militar, de terra e naval de significação no continente sul-americano, pudessemos representar nesta parte do mundo o ideal pratico da sociedade das nações, si nos preparamos para garantir todos os emprehendimentos e progressos resultantes da immigração de captaes estrangeiros, gozariamos tambem os beneficios da victoria.

Infelizmente, porém, todas essas idéas que atra-véz de um nacionalismo sadio se orientam pelo ideal de independencia e de grandeza patrias, tão justificado em um paiz que agazalha vinte e oito milhões de almas e se estende por oito e meio milhões de kilometros quadrados, são analysados sob o triste e humilhante aspecto de meros interesses de classe ou de predilecções injustificaveis.

E, *tal como é desejo dos fortes*, imprecionam-nos com opiniões de irresponsaveis e irreflectidos, chegando ao cumulo de querer impedir que se organize a defeza da integridade e ordem interna, tal como preceitua a nossa magna carta.

Ha pouco tempo nesta capital foi lida com especial agrado, a opinião de um jornalista que considerava infamante para o governo passado, a noticia da compra de algum material de artilharia.

Não se tratava da opinião coherente de um pacifista equilibrado, porque a sua oposição não se fazia ao Exercito nem ás unidades que ahi estão desarmadas e sim á compra de algum material para que elles pesassem utilmente no erario.

Tratava-se de um processo indirecto para impedir que unidades hontem declaradas com todos os elementos para a sua instrucção e efficiencia, ficassem em condições de instruir honestamente os sorteados para elles designados.

Porque considerar infamante a compra desse modesto material de guerra?

Impatriotico é o não compral-o e infamante toda instigação para continuar o paiz inerme.

Foi uma lei que determinou a actual organisação do Exercito e até agora a maioria dos regimentos de artilharia montada que são dez, todas as baterias de artilharia pesada que são duas, a maioria dos grupos de obuzes que são cinco e a maioria das companhias de metralhadoras que são dez, estão **sem canhões, sem obuzes e sem metralhadoras**.

Acaso pretendemos que a futura sociedade das nações nos assista em todos os actos da nossa vida interna e externa?

A organisação da sociedade das nações revo-gará a nossa constituição politica que tão bem

define a função das forças armadas nacionaes — ou — pretendemos tomar parte naquellea sociedade sendo menos que associados?

* * *

A insufficiencia das nossas forças armadas, até para exercerem numa emergencia qualquer a sua função constitucional de *ultima ratio* na ordem interna é tão evidente que o paiz inteiro — e o governo federal á frente — tiveram que ouvir impassiveis a ameaça de separação de um estado, proferida pelo seu governador. Os jornaes da ultima decade de novembro profligaram sob varios aspectos a protervia de tão alto dyscolo, a descarada affirmação de ausencia do sentimento de nacionalismo desse chefe.

Não indaguemos detalhes sobre os motivos que levaram a tão infame ameaça, pois que é certo não ter sido nenhuma questão de principios que abalasse a integridade territorial e moral do estado e que nenhuma outra, por mais grave que fosse, poderia justificar tão criminosa lembrança.

E porque o governo federal soffreu a injuria?...

O exercito e a armada nacionaes, como partes que são do povo brazileiro, poilem ter a sua educação muito falha, como têm, mas nunca se resentirão da cruel indifferença com que os **aprovitadores da Patria** vão preparando o seu esphacelamento.

Conhecemos de sobejo que, por esses e outros motivos, os politiqueiros sem alma e sem escrupulos desejam o enfraquecimento da União — enfraquecimento que preparam atravez dos pequenos effectivos e da reducção dos creditos para o material indispensavel, quando empossados de qualquer função federal que lhes permitta intervir directamente — mas esquecem-se que não têm o privilegio da intelligencia e muito menos do caracter.

* * *

Os homens entendidos em sociologia andam por ahi a declarar que precisamos fazer, urgentemente, reformas sociaes.

Essas reformas serão naturalmente a copia formalista, apparente, de conquistas feitas em meios completamente diversos.

Infelizmente o sentido generico com que a expressão tem sido lançada, nos deixa envolvidos em duvidas e nos impede a analyse franca das intenções dominantes.

Voto feminino?

Será das melhores. Tem a virtude de ser perfeitamente inocua e não comprometter qualquer politico que, á falta de outra invocação, entenda

conveniente exhibir-se na época em que se considera provável a vacância da curul presidencial.

O voto feminino pode ser adoptado entre nós porque outros países já o adoptaram; si não dê resultado, transformaremos nossa educação e nossos costumes para que o dê e não fiquemos fóra da moda.

E as outras reformas sociais? Quais serão?

Dentro das liberrimas leis que adoptamos, tão fáceis de completar e corrigir após criteriosa observação, parece-nos que se encontram consagrados todos os princípios humanos e justificáveis para qualquer classe.

A igualdade é a condição fundamental do nosso regimen; desde que o governo queira sinceramente despir-se dos interesses de um regionalismo pernicioso ou de idéas sectaristas cuja elasticidade serve a todas as conveniências e à irresponsabilidade dos seus propugnadores, temos excedido praticamente a todas as conquistas sociais do velho mundo.

Não acreditamos que ninguém de boa fé reconheça necessárias as reformas dictadas por estrangeiros cujo carácter e espírito de reacção se formaram em meios outros. Os nossos operários pouco sabem dos ideias delas e, comumente ignoram o motivo das greves em que tomam parte.

Precisamos é executar o regimen sonhado de ordem e justiça.

Precisamos desenvolver, com urgência, o ensino profissional levando-o à sua máxima disseminação e aperfeiçoamento, para impedir que imigrem para a nossa pátria livre e calma, elementos fermentados, que venham nos contaminar com a vingança de males que lhes fizeram seus patrícios.

Quanto ao mais, as reformas de que precisamos devem atender a todos os brasileiros — não só aos operários — protegendo-os contra a ganância desmedida dos industriais, dos comerciantes, dos lavradores que não são vítimas da exploração e contra a influência perniciosa dos advogados administrativos e dos politiqueiros sem prestígio real; regulando tanto quanto possível uma porcentagem para os lucros dos negócios correntes; evitando o protecionismo exacerbado; facilitando os transportes; eliminando os impostos inter-estaduais; limitando o comércio variegista às necessidades da repartição dos produtos; moralizando e elevando a justiça.

E as escolas que não faltam por toda a parte disseminando o ensino inteligente que o caso comporta. E' esta a maior e a mais necessária proteção que se deve ao operário.

E' preciso evitar que elle se isole na sociedade e só conheça a opinião do politiqueiro que explora o seu voto e do despeitado que lhe fala

de reacção e das infamias do capitalismo, iludindo-o com males que não existem e promessas que o tornam infeliz.

A educação bem orientada, que pode ser promovida sem leis especiais e sem discursos oportunistas, é a principal medida que podemos tomar para que o operário não observe o mundo de um estreito ponto de vista.

E para que tudo isso se realize, basta que os nossos homens de governo sejam patriotas e não exploradores das posições de mando.

* * *

A sociedade das nações, a integridade da pátria e a ordem interna devem estar preocupando o governo da República.

Com certeza esses máximos representantes da vontade popular já sentiram a gravidade desses problemas em que se entrelaçam a vida e a honra do Brasil.

O serviço militar obrigatório acaba de conquistar aplausos justificáveis em todos os que desconheciam as suas virtudes. A guarnição militar do Rio de Janeiro mostrou o seu amor à ordem e o conhecimento que tem dos seus deveres constitucionais.

Era natural que assim se desse porque o Exército não é uma expressão de força inconsciente; constituído com brasileiros de todas as procedências, elle vibra com o governo e com o povo na prática da ordem e da lei.

Vem ao caso portanto, lembrarmos a conveniência, por todos os títulos indiscutível, de **augmentar o contingente anual** dos que recebem educação através das nossas casernas e de **adquirir todo o material** de guerra e de ensino para que elles produzam o máximo resultado.

E' preciso que os Srs. do Governo se lembrem que o exército não é só força, é também escola e escola que reúne os melhores requisitos de utilidade para o país. A maioria do povo e dos homens públicos já compreenderam e verificaram quanto se poderá obter com um serviço militar bem dirigido. Convém portanto que se deixe progredir essa instituição e que se dê a elle todos os recursos indispensáveis.

O Brasil não pode ter um exército com efectivo inferior a 50.000 homens e o Sr. Ministro da Guerra, em quem o Exército deposita as mais justificadas esperanças, bem o sabe.

Não duvidamos que S. Ex. por motivos vulgares do momento financeiro se conforme com uma pequenissima redução, mas estamos convencidos de que essa não chegará ao ponto de dissolver unidades hontem criadas com grandes

despezas para o paiz, como acontecerá se re-cahirmos no ridiculo dos 25.000 homens.

E assim como os efectivos não podem baixar de um certo limite regulado pela vida de todas as unidades, tambem o material de guerra indispensavel á instruccion desse minusculo exercito, não pode deixar de ser adquirido em condições de servir no proximo periodo de instruccion.

Enquanto o caracter militar retemperado com os sacrificios da grande guerra promette energias que regularao o poder e a grandeza das potencias vencedoras, enquanto Foch e Pershing sao indicados para as presidencias de suas grandes patrias, seja-nos concedido o direito de formar um povo forte — capaz de lançar ao mundo as suas idéas, de garantir a sua integridade e manter a ordem social.

*...o official digno desse nome deve possuir vocação:
um vivo interesse pelas questões militares,
gosta pelo commando e pelas responsabilidades,
um sentido agudo da psychologia do homem e uma natural
repugnancia pelas cousas que não são limpas e serias...*

Tenente-Coronel Derougemont
Director de Estudos da
Escola de Estado Maior

Julho de 1922

Jean Montagne, tornando para epígrafe o pensamento do illustre ensaista francês que já citei:

«L'armée n'est pas seulement l'arme de la Nation, elle en est l'armature. C'est l'armée qui fait que la Nation n'est pas un être invertebré; c'est l'armée qui fait que la Nation se tient debout».

Ce que l'armée peut être pour la Nation, disse-o maravilhosamente em um volume publicado com este mesmo título na Belgica, em 1907, o Tenente Adjunto do Estado Maior A. Fastrez:

«Qu'au jour du danger le peuple puisse avoir confiance dans son armée. Faisons la forte, homogène, manœuvrière, puissante, sûre d'elle même; bouclier résistant planté hardiment sur la route de l'envahisseur, et l'immensité de l'effort à faire pour le renverser découragera les plus violents convoitises. A l'abri de cet obstacle, plus valable que les cours d'eau et les montagnes, développpons sans crainte du péril toutes nos initiatives. Formons notre jeune à son rôle de patriote, capable non seulement d'enrichir son pays, mais aussi de le défendre. Développons les cerveaux et les coeurs; élevons le niveau moral et social de notre population saine, vigoureuse, active; donnons à notre armée des jeunes gens dont l'intelligence est ouverte et dont l'âme est virile et pure. L'armée nous les rendra formés, doués d'un puissant coefficient d'utilisabilité sociale, grandis pour les efforts individuels et pour les efforts collectifs».

Não é outra a linguagem que *A Defesa Nacional*, nestes seus oito annos e onze mezes de vida, tem fallado aos seus patrícios, ao mesmo tempo que mostra aos officiaes e commandantes as numerosas responsabilidades que decorrem dessa altissima e salutar orientação.

Abençoemos e agradecemos, em nome da Pátria, o esforço abnegado desse valente núcleo de pioneiros da idéia nova, expoentes legítimos da mentalidade do Exercito moderno do Brasil educado na disciplina e trabalhando com afinco para ser forte e efficiente.

FELIX PACHECO

Senador Federal pelo Piauhy

1º Secretario da Liga da Defesa Nacional

O PAPEL DO OFFICIAL NUMA DEMOCRACIA MODERNA

O Brasil festeja o Centenario de sua Independencia. Pode contemplar com orgulho o caminho percorrido desde um seculo. Formando na ultima guerra, numa hora difficil para os aliados, ao lado dos Estados defensores do Direito, a jovem Republica entrou definitivamente para o concerto das grandes nações democráticas modernas. Seu prestigio e sua influencia têm-se desenvolvido de uma forma consideravel. Seu representante em Paris teve a honra de presidir, durante algum tempo, as deliberações do Conselho Supremo da Sociedade das Nações. O Brasil continuará a marchar, com passo firme, no caminho do progresso pacifico e da exploração, ainda insufficiente, de seus immensos recursos naturaes.

No dominio militar, o Brasil tem feito, de algum tempo para cá, um notavel esforço para modernizar seu Exercito, do ponto de vista da organização, da instrucção e do armamento. Os progressos realizados são já sensiveis, podendo-se prever que, daqui a alguns annos, possuirá uma força militar em relação com sua situação de maior potencia da America do Sul, proporcional a seus recursos, a sua extensão territorial e á sua população. Esta força servir-lhe-á, unicamente, á defesa de seus direitos e de seus interesses. Os sentimentos pacificos e conciliadores que o Brasil tem demonstrado tantas vezes, no curso de sua historia, são uma prova de que jamais pensará em utilizar sua força com um fim de agressão.

Mas, para dar a um exercito todo o seu valor, não basta modernizar-lhe a organização, a instrucção e o armamento. E' preciso tambem que a mentalidade de seu orgão motor, o corpo de officiaes, evolua no sentido que convem a uma democracia moderna. Ora, com o serviço obrigatorio de curta duração, que charma

ás bandeiras homens de todas as classes sociaes, com os engenhos tão diversos e, algumas vezes, tão complexos, que a guerra põe em jogo, o official mal tem tempo para desempenhar sua alta missão: dar educação moral a seus homens e aperfeiçoar, sem cessar, a instrucção delles para a guerra, ao mesmo tempo que não descura da sua propria. Esse trabalho deve absorver toda a sua actividade. Como muito bem disse, recentemente, da tribuna, um digno membro do Parlamento Brasileiro, a profissão de official deve ser um sacerdocio, e não um officio, que se adopta como qualquer outro, unicamente para ganhar a vida. O official digno desse nome deve possuir vocação: um vivo interesse pelas questões militares, gosto pelo commando e pelas responsabilidades, um sentido agudo da psychologia do homem e uma natural repugnancia pelas cousas que não são limpas e serias. A isso, deve-se ajuntar um grande desinteresse, porque em nenhum paiz do mundo a profissão das armas é lucrativa. Isso acarreta, portanto, como compensação, o dever moral dos poderes publicos de assegurarem, mediante vencimentos convenientes, a dignidade da vida do official.

Esta concepção do papel do official exclue, naturalmente, sua intervenção, directa ou indirecta, na politica do paiz. Tal abstenção, voluntaria ou, se preciso, imposta pelo governo, é essencial ao bom funcionamento de uma Democracia moderna.

Sem ella, o mecanismo da Constituição pôde ser falseado; o Parlamento delibera e legisla sob a ameaça de uma intervenção militar; é destruida a confiança entre a Nação e o Exercito. Em uma palavra, o corpo de officiaes deve reconhecer lealmente que o poder civil, que é delegado pelo povo para dirigir todos os negocios do Estado, deve ter a supremacia sobre o poder militar, que é encarregado sómente de assegurar certos serviços, da manutenção da ordem no interior e da

defesa do paiz contra uma agressão exterior. Qualquer outra concepção seria um anachronismo numa Republica que quer ser um Estado democratico moderno.

Esse papel do official é comprehendido desde muito tempo nas monarchias liberaes do Oeste da Europa — Inglaterra e Italia — assim como na Republica francesa e americana do Norte. Em França, os partidos antimilitaristas procuraram outrora, servindo-se da questão *Dreyfus* como instrumento, desagregar o Exercito, introduzindo nelle a delação. Mas o Exercito não se deixou arrastar. Despresando os poucos sycophantas que se haviam insinuado em seu seio, mantendo-se afastado da politica, o Grande Mudo, como o chamavamos com orgulho, continuou a trabalhar em silencio. Elle teve confiança nos representantes da nação para laval-o dos ultrages de que tinha sido coberto. Essa confiança não foi vã: do alto da tribuna do Parlamento, a palavra vingadora do actual Presidente da Republica, Mr. Millerand, estigmatisou «o abominavel sistema das fichas» e provocou a queda do Ministro que por elle era responsável. Tendo guardado assim sua cohesão moral, forte na confiança do paiz, que via nelle um verdadeiro instrumento de defesa nacional, e não um exercito de guerra civil, pôde enquadrar, na hora do perigo, a Nação em armas, e ser o Exercito da Victoria do Marne.

Ao contrario, nas velhas monarchias da Europa Central e Oriental, que a guerra abateu, o corpo de officiaes constituia uma casta que, por intermedio do Soberano, seu chefe effectivo, exercia uma influencia algumas vezes decisiva sobre a politica exterior e, mesmo, interior do Estado. Essas castas estavam imbuídas do espirito militarista, espirito de conquista e de agressão, que é preciso não confundir com o espirito militar, indispensavel a todo Exercito, e que outra cousa não é senão o amor e o orgulho pela nobre profissão das armas.

E' vantajoso para um official, do ponto de vista militar, ver-se envolvido nas lutas politicas? Evidentemente não, e os motivos saltam aos olhos. Desde logo, do ponto de vista moral, a practica da politica exige transigencias; compromissos, que são incompatíveis com o que deve constituir a mentalidade do official, — homem dum caracter firme e recto, de uma só peça, que comanda e obedece sem discussão, que não transige com sua consciencia. Além disso, a intromissão na politica apresenta graves inconvenientes para a disciplina. Todos os officiaes tendo, em matéria politica, direitos iguaes, alguns pôdem ser levados a criticar em publico os actos dos seus superiores. Emfim, as opiniões sendo forçosamente divergentes, em uma collectividade importante, a politica destróe o espirito de camaradagem, tão importante no campo de batalha, e tão facil de manter em tempo de paz, quando todos os pensamentos convergem para um fim unico: a defesa da Patria.

O facto de se abster de toda ingerencia na politica não implica em que o corpo de officiaes deva viver á margem da Nação. Um tal espirito de casta seria, numa democracia moderna, uma verdadeira regressão.

Ao contrario, os officiaes devem, por meio de suas relações pessoaes, misturar-se ás demais classes sociaes que, conhecendo-os melhor, os apreciarão mais. E, sob a condição de evitar com cuidado o terreno incandescente da politica, as relações com os membros do parlamento só pôdem apresentar vantagens, sobretudo nos periodos de reorganização militar.

Com effeito, os parlamentares, que têm de decidir sobre as reformas propostas, só conhecem muitas vezes as soluções officiaes, apresentadas pelos orgãos responsaveis. Assim, certos aspectos dos problemas pôdem escapar-lhes. Conversações com officiaes de situações e postos diferentes pôdem esclarecer-lhos, fazer-lhes

ver as repercussões que certos projectos de lei teriam sobre o estado material e moral do Exercito, permittindo-lhes levá-las em conta no decorrer dos debates parlamentares. Em todos os paizes do mundo, os membros do Parlamento, conscientes de seus deveres e de suas altas responsabilidades, animados de um patriotismo ardente, estão promptos, com a condição de serem bem informados sobre o alcance das medidas submettidas á sua apreciação, a conceder todos os creditos necessarios á organização efficaz da defesa nacional.

Comprehendendo dessa forma a sua função, o Exercito de uma democracia moderna pôde desempenhar em tempo de paz um papel fecundo. Conservando-se afastado das lutas politicas, respeitoso da legalidade e dos poderes constituidos, trabalhando sem cessar e em silencio afim de aperfeiçoar sua instrucção para a guerra, elle não esquecerá que não é o Exercito de um partido, nem mesmo de um regimen, mas o Exercito da Patria, a armadura solida a que a Nação incumbio de preparar sua defesa e na qual ella virá integrar-se toda inteira na hora do perigo.

TENENTE-CORONEL DEROUGEMONT

Director de Estudos
da Escola de Estado Maior.

A futura escola de cavallaria

III

Nesta revista já por duas vezes fomos a tecla da grande necessidade, cada vez mais evidente, de fundarmos no Brasil uma *Escola de cavallaria*.

Não é uma falsa comprehensão das exigencias do nosso apparelhamento militar o patrocinio da idéa, pelo pressuposto de que uma escola nesse genero viria despertar nas outras armadas suas desejos a satisfazer.

A cavallaria é uma arme que tem a exigencias muito especiaes, sendo necessário que os seus officiaes se formem

...aceitamos os fatos como nos foram impostos...

*...em relide, empregaremos nossas forças
para repelir a agressão, com destemor e energia...*

Gen. Eurico Dutra

agosto de 1942

O Gen. Eurico Gaspar Dutra, Ministro da Guerra, endereçou ao Exército a seguinte proclamação:

“Oficiais e praças do Exército.

O Brasil atravessa momentos de intensa gravidade.

O afundamento dos nossos navios, ato monstruosamente criminoso, perpetrado friamente dentro dos nossos próprios mares, acarretando-nos perdas inestimáveis, cobrem de luto os corações de todos os brasileiros, sangrando de dor com o desaparecimento de indefesos patrícios arrastados à morte brutal e traíçoeiramente.

Aos nossos sentimentos de amargura juntam-se também os de revolta fremente, justa e insopitável.

Nesta hora grave de nossa nacionalidade, o Exército confunde-se com o povo, ambos partilhando as mesmas emoções, ambos arrebatados na mesma intensa e pura vibração de um patriotismo sincero e profundo.

A atitude do Exército é firme e serena.

Diante do rude golpe, diante da trágica realidade, diante da ousadia inglória de destruir, à vista de nossas praias, embarcações costeiras que, em despreocupado cruzeiro, ostentavam nos seus mastros a Bandeira do Brasil, — o Exército ergue-se, unido e confiante, disposto, como sempre, a todos os sacrifícios na defesa do nosso grandioso patrimônio moral e material, imperecível legado de nossos antepassados.

Nesta hora enlutada de nossa história, enfrentando os acontecimentos com coragem e segurança, não conhecemos indecisões ! O Exército é um só bloco, uma força coesa, — e cada soldado saberá cumprir o seu dever, sacrificando-se até a morte pelo Brasil.

Aceitamos os fatos como nos foram impostos, — e, em revide, empregaremos nossas forças, em sua totalidade, para repelir a agressão, com destemor e energia.

Nenhum filho do Brasil faltará ao seu dever nesta hora sombria que exige a união de todos na defesa das nossas tradições e dos nossos direitos. Só assim seremos dignos da grande Pátria Brasileira que, honrada e respeitada, recebemos de nossos maiores e que, honrada, respeitada e gloriosa havemos de transmitir aos nossos descendentes.

E bem na certeza de que o Exército e o Povo, como sempre estreitamente ligados por afeição e confiança, obedecerão fielmente a voz de mando do Chefe Supremo da Nação, o Exmo. Sr. Presidente da República, cujas decisões devemos aguardar com calma, serenidade e disciplina confio em que, seguindo a trilha rígida do Dever, unidos e presos à mesma única e sagrada obrigação, não faltaremos à nossa, certamente rude, mas gloriosa, missão para com a Pátria, defendendo-a ciosamente e guardando-a, sem medida de sacrifícios, na integridade territorial e na sua honra impoluta !

Rio de Janeiro, 21 de Agosto de 1942.

(a) Gen. EURICO DUTRA".

*...a esta hora os soldados brasileiros
já vivem no ambiente do "front"...*

*...dentro em breve estarão em contacto com
os exércitos inimigos e então saberão
demonstrar todo o seu valor...*

editorial

junho de 1944

EDITORIAL

Todo o Brasil acolheu, emocionado e orgulhoso, as notícias da chegada ao solo europeu do primeiro contingente das nossas Forças Expedicionárias. Esse fato único na história brasileira, deve ser encarado sob três aspectos principais: o desagravo nacional às brutais ofensas recebidas, a cooperação nesta sagrada cruzada de extermínio das forças de rebaixamento humano, e o proveito de uma excepcional experiência militar.

*

* *

Preliminarmente é preciso considerar que esta é uma guerra universal, não só pela extensão da área conflagrada, como pelo sentido ideológico. Assim, r.a sua voragem se precipitaram quasi todas as nações do mundo, umas arremessadas por forças políticas, outras impelidas por interesses econômicos, e outras ainda vítimas da sua posição geográfica.

Vê-se que, exceção feita talvez da Suiça, que desfruta condições especialíssimas, nenhuma nação conseguiu manter-se rigorosamente neutra. A Suecia, por exemplo, apesar do seu prestígio internacional, do seu brio e do seu equilíbrio interno, não pôde isentar-se de deixar transitarem pelo território nacional numerosas divisões germânicas destinadas a atacar a Russia, concessão tão contrangedora, tão lesiva a posição neutral assumida pela grande nação escandinava, que foi suspensa

mal o podério militar alemão entrou em declínio, isto é, mal a Suecia sentiu que era chegado o momento em que a Alemanha respeitaria a sua soberania...

As outras nações europeias, que se mantiveram fóra da guerra, conservaram, em verdade, uma neutralidade meramente formal, feita de complacências, concessões e simpatias mais ou menos ostensivas, e sobretudo muito oscilantes, variando ao sabor da marcha das operações militares. Pode-se dizer, portanto, que neste conflito mundial, disputado em todos os mares, cujas batalhas fundamentais foram alimentadas através de rotas aéreas as mais excêntricas, e cujo desdobramento subterrâneo chegou a todos os recantos, atingiu todos os homens, com a ação avassaladora da 5.^a coluna, pode-se dizer que neste conflito, de tais proporções e de tal natureza, a neutralidade, no seu conceito lógico, tornou-se absolutamente impossível.

O governo brasileiro, trilhando as nossas melhores tradições, manteve-se rigorosamente equidistante dos partidos em luta, enquanto a guerra, não obstante o seu caráter universal, evidente desde o início, circunscrevia-se em todo caso ao âmbito europeu. Desde, porém, que as atividades conquistadoras do Eixo se espalharam para este hemisfério, envolvendo ao rebate da mais brutal agressão o país "leader" do continente americano, não mais seria comprehensível nem mesmo possível prosseguirmos em atitude de completa abstenção.

Havia de nossa parte a honrar uma bela e nunca desmentida linha de solidariedade pan-americana, e em função dessa conduta tradicional

assumíramos, em repetidas oportunidades, formais compromissos em defesa da comunidade continental. Nessas condições, ao serem os Estados Unidos atacados não tivemos, como não podíamos ter, a menor hesitação em ratificar na Conferência do Rio de Janeiro todos os propósitos de solidariedade continental anteriormente, desde a instituição da Doutrina de Monroe, tantas vezes proclamados e defendidos.

Das solenes deliberações da Conferência do Rio de Janeiro, passamos sem delongas nem subterfugios, porque agiamos sinceramente, a pôr em prática as medidas alí concertadas para a salvaguarda dos interesses e dos ideais pan-americanos. A essa atitude clara, leal e legítima responderam os nazistas com o ato criminoso de assassinio de centenas de brasileiros indefesos, entre os quais mulheres e crianças, os quais viajavam pacífica e desprevinidamente em navios de passageiros, ao longo do nosso litoral.

Assim, como se sabe, chegamos à guerra. Tudo isso é muito expressivo porque, além de tudo, demonstra que qualquer outra atitude do Brasil, contemporizadora, dúvida ou isolacionista, ter-nos-ia sido fatal. Colocados, conforme estamos, no itinerário natural para qualquer operação preliminar de além Atlântico contra os Estados Unidos, é certo que seríamos atacados pela Alemanha no momento propício, como o foram a Bélgica, a Holanda, a Noruega e até a Russia.

Salvou-nos, não tenhamos dúvida, a nossa lúcida e firme política de solidariedade continental. Com ela levamos os nazistas a abrirem o seu jogo, antecipando-se nos seus designios agressivos, quan-

do ainda não estavam em condições de fazer-nos todo o mal.

*

* *

O Brasil foi, pois, levado a participar dêste conflito em defesa da sua soberania, dos seus interesses mais claros e lícios, e dos seus ideais democráticos, que constituem, aliás, a linha constante da nossa existência de povo livre.

Durante um ano e meses vem desenvolvendo-se, em ritmo crescente, o esforço de guerra brasileiro, não só no terreno econômico, com o fornecimento de matérias primas estratégicas aos arsenais aliados, como no campo estritamente militar com o preparo de forças navais, aéreas e terrestres destinadas ao teatro de operações.

Neste instante chega a termo, com 100% de sucesso, mais uma etapa da nossa cooperação militar. O desembarque em solo italiano do primeiro contingente da F.E.B. é um fato ímpar na nossa história. A esta hora os soldados brasileiros já vivem no ambiente do "front". Estão em contacto com as terras devastadas, com as populações sangradas, com os soldados de tantas outras nacionalidades, mas irmãos no sacrifício e nos propósitos. Dentro em breve estarão em contacto com os exércitos inimigos e então saberão demonstrar todo o seu valor.

Ao cabo o Brasil terá o seu nome honrado e engrandecido; o seu povo se beneficiará das conquistas políticas e materiais da vitória; e o Exército terá recolhido a mais importante e fecunda experiência profissional.

...foram magníficos os nossos soldados...

editorial

maio de 1945

EDITORIAL

O momento em que regressa a F.E.B. é tão solene quanto o da partida.

Naquela oportunidade os nossos sentimentos eram de saudade, máqua e aflição; o nosso ânimo era de coragem e confiança.

Pensávamos nos nossos irmãos, nos nossos amigos, no sacrifício de quantos daqueles que não tornariam a ver o contorno sinuoso da Guanabara de onde partiam.

Mas pensávamos também na justiça de nossa causa, no valor do nosso soldado que ia ser posto à prova em terras longínquas, que ia enfrentar uma luta cruel contra um inimigo experimentado.

Naquele instante tudo eram interrogações, incertezas, dúvidas, exceto quanto à confiança que

púnhamos no valor da nossa gente e na legitimidade da nossa causa.

Os soldados e os chefes suportaram uma sistemática e infame campanha desmoralizadora, oriunda de certos elementos que, embora já estivesse o destino da pátria lançado na guerra, não desanimavam de frustar o nosso esforço.

Por outro lado, é certo que se escoara um dilatado período de tempo desde que forças nacionais se empenharam em luta externa. Eram, destarte, muito remotas as referências objetivas de que podíamos dispor para a aferição da conduta dos nossos combatentes. E mais: a luta seria distante do nosso solo, que não conhecera nenhum sinal da guerra. Nenhum soldado brasileiro tivera o seu lar destruído, a sua família dizimada, a sua terra escravizada. Não havia, pois, para o combatente brasileiro os estímulos diretos, as molas sensíveis que sacodem todos os homens das pátrias subjugadas ou martirizadas pela ação militar. Fomos à luta, como os norte-americanos, sem ter so-

frido na própria carne feridas profundas, que atingissem em cheio o povo.

* * *

E ainda assim foram magníficos os nossos soldados. Bateram-se valentemente no quadro de uma guerra que não os atingira materialmente. Superaram com eficiência as dificuldades de uma luta desenvolvida no mais alto nível militar. Suportaram com galhardia as desvantagens específicas de um teatro em que todas as condições físicas eram adversas ao homem brasileiro.

* * *

Em tudo isso estão os motivos especiais que tornam a ação da F.E.B. particularmente significativa.

A nação consagra os seus heróis com os transbordamentos da alma brasileira, levada a vibrações jamais experimentadas.

O Exército acolhe os expoentes da sua eficiência, do seu valor. Glorifica-os, mas sobretudo anota os dados dessa preciosa prova. Já agora sabemos por nós mesmos muito da guerra moderna.

Temos um numeroso núcleo de oficiais que viram e fizeram a guerra.

Esse fato talvez não o valorizemos na justa medida, agora, ao contato direto com os acontecimentos. Não tardará, porém, a produzir todos os seus magnos efeitos na vida profissional do nosso Exército.

E não só ensinamentos estritamente militares devemos esperar. Essa convivência com outros povos, com outros exércitos, refletir-se-á necessariamente, nos hábitos, na organização, na mentalidade, enfim, dos nossos quartéis.

* * *

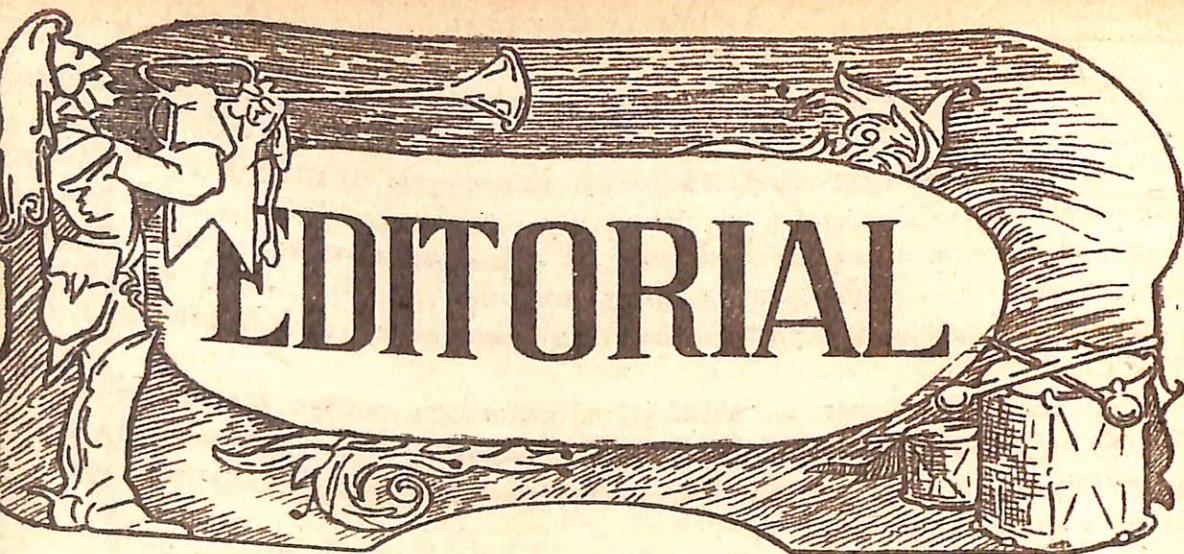
Que aqueles que retornam, sem resvalarem na arrrogância, sem se deixarem estragar por fúteis “complexos de superioridade”, propugnem enérgica e intransigentemente pelo aperfeiçoamento do nosso Exército, à base de tudo que viram e sentiram no curso dessa custosa e única prova por que passaram.

...atravessa a Pátria dias difíceis...

...foi ela impelida para a crise dos dias recentes, que culminou com o trágico desaparecimento do próprio Chefe de Estado...

editorial

setembro de 1954



7 DE SETEMBRO

Embora dispositivo estatutário nos vede tratar de assuntos políticos, não podemos silenciar a nossa voz ante a presente conjuntura política nacional.

Com 40 anos de serviços prestados ao Exército, este órgão publicitário se identificou de tal forma com o Exército que seria impossível desligá-lo das grandes causas em que o Exército se debate.

Embora a nossa atividade esteja sempre voltada, antes de tudo, para os assuntos da cultura profissional, seria omissão imperdoável manter em branco as páginas desta Revista ante os dias críticos que atravessamos.

Abalada profundamente na sua estrutura econômica, atravessa a Pátria dias difíceis. Com a sua exportação estagnada, a sua moeda desvalorizada, a braços com a espiral inflacionária e a ascenção do custo da vida, foi ela impelida para a crise dos dias recentes, que afinal se refletiu no campo político e culminou com o trágico desaparecimento do próprio Chefe de Estado.

Fiéis às suas tradições de zelar pela segurança e futuro da Pátria, as Forças Armadas escreveram, em tão espinhosa conjuntura, nova página de idealismo e fidelidade à República e à Constituição.

Foi Jefferson, pai da Democracia americana, quem escreveu ser lícito ao povo derrubar o governo que se divorciou das aspi-

rações populares, tanto quanto só a él compete eleger livremente aquêle no qual deposita as suas esperanças.

Côncias dessa verdade inconcussa, que é, afinal, a essência mesma da Democracia, as Fôrças Armadas, unidas em torno de seus chefes, souberam conduzir a crise para uma solução que, sem ferir o regime, sem derramamento de sangue e sem desrespeito à carta magna, consultou aos supremos interesses da Nação.

A morte violenta do chefe do Executivo, com o abalar a alma cristã do povo, foi episódio à parte, inesperado e brutal, que não entrava no plano de nenhum responsável pelos acontecimentos e que todo brasileiro deplora.

Eis que, descido o pano sobre o triste evento, mister se impõe que todos os patriotas, sem distinção de côr, credo ou partido político, ovidem ressentimentos e se voltem, unidos, para a Pátria estremecida.

Inspiremo-nos, a propósito, no exemplo de Caxias, tão logo findava a luta.

Gigantesca tarefa de reconstrução se estende à vista do novo Chefe da Nação, a reclamar a colaboração desinteressada e sincera de todos os brasileiros.

E há de ser na austeridade, na poupança, no trabalho diuturno e mesmo no sacrifício que haveremos de encontrar fôrças e meios de reconduzir o país aos seus altos destinos.

Quem se negará ao chamado da Pátria nesta hora crucial?

Regozigemo-nos com os chefes militares pela atitude de elevada compreensão que adotaram no desenrolar dos acontecimentos, pondo o país a salvo dos nefastos efeitos de uma guerra civil.

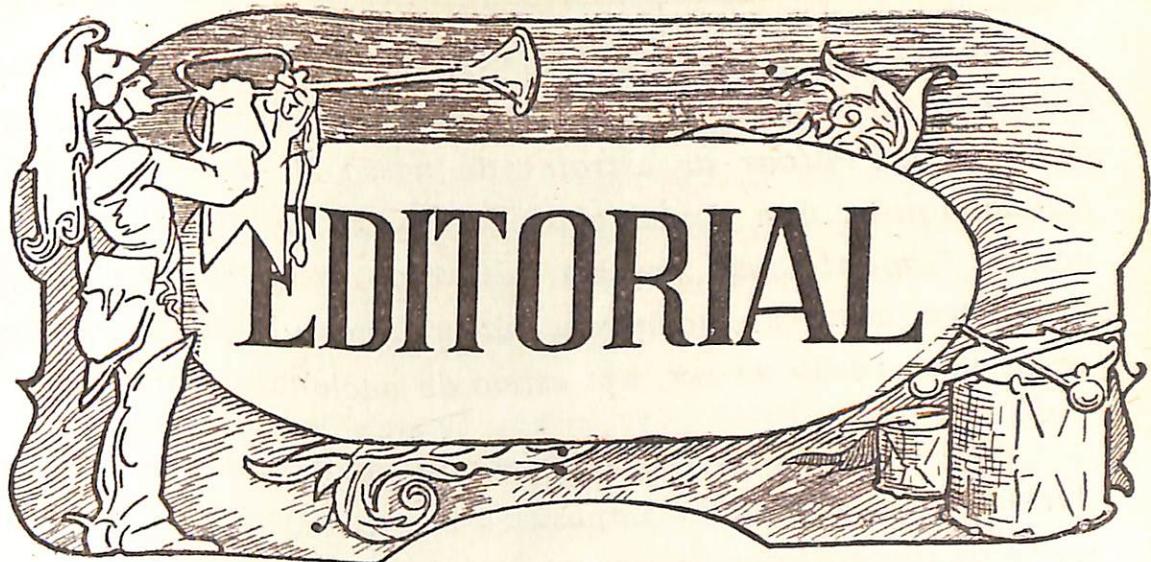
E ouçamos, como provindas do alto, as confortadoras palavras do "Osservatore Romano" — pois o Brasil é, acima de tudo, grande nação católica — quando, ao comentar a crise patria, exprimiu votos para que "os brasileiros se deixem animar novamente por seus mais nobres sentimentos, energias mais saudáveis e intenções mais firmes para que ouçam a voz eloquente e persuasiva da pátria cristã que convida ao desarmamento das paixões, à renúncia à violência e à crença no triunfo pacífico das idéias, ao mesmo tempo que elevem o seu espírito a Deus, para adorar suas leis, honrar seus mandamentos e gozar de sua confortadora proteção".

Sim, peçamos a Deus que inspire os nossos homens públicos, mantenha unidas as Fôrças Armadas e cubra de bençãos o povo bom dêste grande país!

...parece que em uníssono o Brasil inteiro clama, ao badalar das horas, por uma reformulação da mentalidade que vem presidindo as ações levadas a efeito na área da Amazônia...

editorial

fevereiro de 1965



Ah, a Amazônia! O Inferno Verde! Manto verdejante que se espraia ao Norte do País! Floresta encantada! Berço das amazonas! Cantada em prosa e em verso, motivo de lirismo, de exaltação nacional em momentos festivos, continua, por incrível que pareça — essa desconhecida, filha pobre da Federação! No sofrimento de seus filhos, sem lágrimas para chorar, nem sorriso para encantar, há um que de revolta — o drama dos que clamam no deserto, dos que só se reencontram na dor, dos que, no dicionário do cotidiano, as palavras esperança e felicidade têm sentido vago, inexpressivo.

Desde jovem vemo-la em nossos mapas, na maioria das vêzes em verde e amarelo, como que a retratar grandeza, riqueza, poder; vemo-la também grande em extensão, riscada de rios e mais rios, a confinar com outros povos com quem, no passado, disputamos o continente americano. Nossos mestres engrandeceram-na sempre e nossos olhos arregalados de criança, na candura da inocência, beberam os conhecimentos que a Amazônia nos deu.

mentos por êles proporcionados, com a avidez dos que buscam penetrar no misterioso, no desconhecido à procura da verdade. E ao entoar as estrofes de nosso Hino Pátrio, não houve aquêle que deixasse de nela pensar, identificando-a com o "gigante pela própria natureza"; e o orgulho de ser brasileiro sempre encontrou, na pujança daquela extensa área, uma razão de ser, um esteio de nacionalidade.

Mas o jovem de hoje é diferente, porque tem de ser diferente, pois a época é impositiva e a mediocridade sossobra ante os imperativos do progresso. Indiferente ao lirismo, ao que é prosaico, ao que leva o pensamento do homem ao secundário, ao supérfluo, tem o pensamento em vivência com o universo e admite como real e acessível o que outrora era sonho, fantasia. Não aceita, portanto, as justificativas do atraso, nem incorpora como suas as opiniões cassandras do porquê do subdesenvolvimento. Não se embala com a rotina e reage contra aquilo que não tem um sentido dinâmico. Respeita o homem de saber, se sente que seu conhecimento sofre os influxos da contemporaneidade e tem aplicação voltada para o presente.

Assim, o quadro de empobrecimento da Amazônia, de miséria mesmo, encontra na mocidade de hoje repulsa total e, por que não dizê-lo, de toda a Nação brasileira. Constitui mais um anexo do subdesenvolvimento do País, traduzindo, infelizmente, para o jovem de hoje a incompetência de nossos antepassados dirigentes, mercê de esforços isolados de alguns, no sentido do equacionamento de uns poucos de seus problemas. Torna-se inconcebível admitir-se sua quase desintegração da comunidade brasileira, pela falta de aprovei-

tamento de seu potencial, em recursos de toda natureza, quando representa área sabidamente vital para a segurança do País. As justificativas da precariedade de recursos nacionais e da complexidade dos problemas a serem nela abordados, já não encontram mais ressonância em parte alguma e têm o bolor de coisas do passado.

É preciso, portanto, a mobilização total da Nação para que os que ora vegetam naquela área venham a sentir-se irmãos de seus irmãos, e não marginais dentro de sua própria pátria; e participar, de modo efetivo, dos benefícios da riqueza de nosso País.

Planejamentos, planos, programas, diretrizes, discursos, exaltações patrióticas os há e em grande quantidade. O que falta então? Coragem, trabalho, fé na missão, para concretizar-se, em ação, um pouco do muito que se planejou, sabendo-se de antemão que, se não fôr encetado trabalho hercúleo naquela área para saldar as dívidas que o Brasil tem com as gerações que se foram e que muito de sangue, de sofrimento e de abnegação deram em seu benefício, seremos nós os execrados no futuro por nossos filhos e netos, sob a pêcha de incompetência e falta de patriotismo.

Parece que em uníssono o Brasil inteiro clama, ao balar das horas, por uma reformulação da mentalidade que vem presidindo as ações levadas a efeito na área da Amazônia. Temos, pois que superar os obstáculos que se nos antepõe e sacrificar, se preciso fôr, no pelourinho nacional, todo aquêle que se tornar omisso ao problema.

Nesse momento histórico por que atravessa o Brasil, nossas Fôrças Armadas não podem quedar-se indiferentes ao

problema da Amazônia, porquanto sua contribuição tem sido imprescindível no processo do desenvolvimento nacional e decisiva mesmo em muitas áreas do País, onde a civilização se faz presente pela existência de força militar. Sem alarde, há vários anos e com autenticidade democrática, vêm praticando ação cívica em todos os quadrantes nacionais, em modesta cooperação com o poder público. Estão, assim, mais do que credenciadas para tomarem a seu cargo essa nova missão de soerguimento da Amazônia e quebrarem o "tabu" já criado em torno de sua inexpugnabilidade.

A Defesa Nacional ao vislumbrar, na atual perspectiva que se descontina no horizonte do Brasil, coragem e honestidade de propósitos, se arroga o direito de clamar por novos rumos a serem dados aos problemas da Amazônia, na certeza de que seu brado encontrará guarida no espírito da elite que ora dirige o País.



*...tem a Revolução brasileira uma missão
inarredável a cumprir — a de transformar
este País grande numa grande Nação...*

Cel Carlos de Meira Mattos
Oficial de Estado-Maior

fevereiro de 1965

O PENSAMENTO REVOLUCIONÁRIO BRASILEIRO

Cel CARLOS DE MEIRA MATTOS
Oficial de Estado-Maior

Convém, antes de mais nada, fixar o momento em que a Revolução brasileira se concretizou em idéias-fôrças. A fixação desse momento facilitará, sobremaneira, a interpretação do fenômeno e, além disso, permitirá a compreensão mais lúcida da sua problemática de desenvolvimento.

A Revolução brasileira sómente se concretizou numa dinâmica de direção política, após o movimento de 31 de março. Antes disso, era o somatório de aspirações e preocupações diversas, tendo por denominador comum dois sentimentos anti — o anticomunismo e o antijanguismo —, sentimentos êsses fundidos no espírito de alguns revolucionários e distintos no de outros.

Arguirão alguns, entre os revolucionários, que éramos todos democratas e queríamos a restauração do nosso regime constitucional submetido, sub-repticiamente, às artimanhas daqueles que usavam do poder para negá-lo e subvertê-lo. Se bem que seja isto verdade, o fato de sermos democratas, apenas, não nos fornecia o instrumental para imprimir um rumo político à Revolução. É a democracia uma ideologia de teto e não um instrumento político de ação. Comparando, diremos que a democracia, assim como o marxismo-leninismo e o nacional-socialismo, aquecam as mentes, mas são insuficientes para mover, desembaraçadamente, as pernas e os braços de seus adeptos. O fato de sermos todos democratas, portanto, não nos dava a fôrça motora indispensável à realização de uma obra política revolucionária.

Precisávamos, além da inspiração ideológica, de uma dinâmica de ação política. Esta última não a tínhamos nós, ao irromper-se o movimento de 31 de março. A nossa eclosão revolucionária encontrou a sua dinâmica de ação nesses anti — anticomunismo e antijanguismo — que serviram para a derrubada, mas não serviriam para a construção.

Assim é que, nos primeiros dias de abril, deparamo-nos com um problema sério e urgente, como fosse o de aparelhar com um instrumento de ação política a Revolução ou, melhor diríamos, o de dar uma doutrina política ao movimento de 31 de março, que, conhecendo, nítidamente, a sua ideologia, titubeava quanto à sua dinâmica.

Tratou-se, para o chefe da Revolução colocado no Poder, e para os revolucionários, de traduzir num corpo de doutrina as aspirações mais sérias e os anseios mais legítimos do povo brasileiro. Tratou-se, tam-

bém, de conjugar essas aspirações e anseios com as realidades da geografia brasileira (para não cair no êrro de querer fazer roupa pequena para menino grande, ou mesmo roupa maior do que o menino).

Durante o cataclismo do fascismo e do nazismo, Bergson traduziu a sua inquietação, diante dêsse impacto de âmbito universal que sacudia as democracias, dizendo que "era preciso pensar de novo".

Aplicar a fórmula bergsoniana do *pensar de novo*, esforçando-se por confrontar a doutrina democrática com a sua própria ideologia e com a experiência histórica recente, foi o que fizeram as grandes nações do Ocidente, nestes últimos 20 anos. Os governos dos Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha Ocidental e França, uns antes que outros, tiveram a sensação de que deveriam reajustar a sua dinâmica de ação política, a fim de atenderem a dois imperativos inelutáveis da hora universal.

— Tônica social forte, que traduz a aspiração mais veemente e irresistível da humanidade neste século.

— Fortalecimento do princípio de autoridade.

O *pensar de novo* de Bergson traduz, assim, o anseio das democracias de encontrarem o caminho da sua evolução política consentânea ao século, sem abdicarem das conquistas admiráveis da civilização ocidental, representadas pelo *culto à liberdade e à justiça*. Esse culto à justiça, no movimento renovador encetado pelas grandes democracias, recebeu uma extensão bastante ampla na preocupação permanente com a *justiça social*, que empresta, hoje, a marca de autenticidade às emprêsas políticas do mundo.

Procura assim a Revolução brasileira, na sua fidelidade à ideologia democrática, montar uma doutrina de ação política moderna, renovadora, transformadora, revolucionária. Esse sentido revolucionário ficou muito bem expresso pelo Presidente Castello Branco, quando discursou no momento da formatura da turma de 1964 do Instituto Rio Branco:

"Pretendi dar-vos a última aula de vosso estágio no Instituto Rio Branco. Não o fiz como professor de Teoria Diplomática, mas como responsável pela formulação das bases da doutrina adotada para a nossa política externa. Desejo que anoteis ser esta doutrina fundamentada nos objetivos nacionais, e que estes se inspiram na procura do bem-estar da nação brasileira. E, mais, que, entre elas, tem dominância o nosso desenvolvimento econômico."

Essa conceituação lapidar de nossa doutrina revolucionária planta-se também, fielmente, à nossa política interna, onde os objetivos nacionais são procurados num quadro em que predominam, igualmente, o *bem-estar social* e o *desenvolvimento econômico*.

O levantamento dos objetivos nacionais, trabalho de pesquisa incansável que vem realizando a Escola Superior de Guerra, desde sua ins-

talação, reajustando-o, cada ano, com a colaboração dos civis e militares ali matriculados, ofereceu uma contribuição inestimável à formulação de nossa política revolucionária.

Os objetivos nacionais são a expressão legítima dos interesses e aspirações do povo brasileiro. Seu levantamento exige a apreciação cuidadosa e honesta de fatores vários, de natureza política, econômica, psicosocial, geográfica e militar.

Estabelecidos os objetivos nacionais, assumem êles o papel de metas supremas, a serem alcançadas e mantidas, através da formulação e da execução de uma política nacional e da aplicação do poder nacional.

Sofrem êsses objetivos-metas, no processo histórico, o impacto permanente das pressões internas e externas, que visam a neutralizá-los (são os "desafios" de que tanto fala Toynbee). Caberá ao Estado, através de uma política adequada, exercer o poder nacional, impondo a fidelidade e a manutenção de seus rumos.

Arnold Toynbee, no seu magistral *Study of History*, diz que "entre as civilizações viventes, desde o começo da história da humanidade, sobreviveram aquelas que souberam responder aos desafios recebidos." Os desafios seriam as pressões do meio físico, das suas próprias contradições internas, dos grupos externos; a resposta seria a perseverança nos objetivos nacionais.

Entre os nossos objetivos nacionais ocupam lugar de destaque, sem dúvida, — integridade territorial, unidade nacional, soberania, projeção internacional, paz social e democracia representativa. Cada um deles soma aspirações — força presente na alma de cada brasileiro. No conjunto se entrosam e se harmonizam num sentimento de força coletiva. *Todos convergem, entretanto, para um denominador comum de bem-estar, fim supremo de todos êles, expressão universal do ideal de segurança e de prosperidade do sér humano e da coletividade.*

Entretanto, sabem muito bem os revolucionários que nenhuma obra do Governo poderá ser levada a bom termo sem que conte com a força de uma autoridade digna, respeitada, enérgica e esclarecida. A Revolução encontrou na figura do Presidente Castello Branco a plenitude dessas características. Possui todas as condições de estadista indispensáveis para colocar "a Revolução no seu trilho", iniciando a consolidação dos ideais revolucionários.

Ninguém melhor do que o próprio Presidente, principal formulador da doutrina revolucionária, poderá nos proporcionar as luzes para penetrar no âmago do pensamento revolucionário brasileiro.

Assim, passaremos em revista o pensamento revolucionário expresso pelo Presidente Castello Branco, nas várias oportunidades em que teve de se dirigir à Nação.

POLÍTICA GERAL

“Aliás, sómente assim estaria fiel àquele novo estilo de Governo, inaugurado no Brasil, e no qual, no lado da seriedade de propósitos, da elevação dos objetivos e da integridade das ações, também esteja a firmeza nos atos e nas decisões necessárias à preservação do movimento de 31 de março. Um Governo no qual a justiça imposta a poderosos e humildes com igual isenção, seja uma âncora do cidadão, um Governo onde todos, sem distinção, se sintam garantidos nos direitos e prerrogativas. Um Governo, enfim, que se imponha como segurança para que todos possam viver, trabalhar e prosperar num ambiente de confiança.” (Discurso de Recife, 5 de junho de 1964).

POLÍTICA REFORMISTA

“A idéia da reforma, através da História do País, representa o ariete com que se tem abatido a muralha dos privilégios. E isso não pode acontecer sem reações dos que se julgam protegidos ou abrigados por êsses muros defensores. Há pois que enfrentar resistências, e até compreendê-las. Mas, nem por isso ceder diante delas.

Por que não reformar a Constituição em muitos dos dispositivos que o tempo já mostrou inadequados aos fins almejados? Por que protelar a Reforma Agrária? Não haverá velho clamor em favor de uma nova lei eleitoral e da reestruturação dos partidos? Não devemos reformar as empresas, democratizando-as?

Urge compreendermos que a Revolução não estará realizada e consolidada no tempo, apenas por haver efetuado alguns expurgos, minorado a inflação e realizado eleições livres. Na realidade, sómente as reformas poderão dar à Revolução a projeção e a continuidade desejada para o futuro do País. Hoje, como ontem, elas são a bandeira do futuro. Não é apenas o presente que nos deve interessar, e sim o amanhã que desejamos construir para o bem-estar das gerações que nos irão suceder.

É por isso, é por estar imbuída desse espírito de reforma e progresso, que a Revolução continuará a crescer. Ela é impersonal, e não conhece interesses que não sejam os do povo.” (Discurso de Salvador, 7 de agosto de 1964).

POLÍCIA SOCIAL

“Outrossim, reafirmo a minha fé em que a democracia constitui a estrada real, ampla, lógica e experimentada para os operários, e todos os são, na medida dos seus pendores e aptidões, alcançarem justa e elevada remuneração, salário que lhes proporcione uma vida digna, numa sociedade livre das crises de desemprego e dos violentos contrastes da fortuna. Uma sociedade na qual cada um tenha a liberdade de produzir mais e de ganhar tanto quanto fôr capaz, desde que não viole a lei, não explore os trabalhadores e consumidores, nem estorve o desenvolvimento

do País. As nações que assim procederam, preservando a democracia, oferecem ao mundo o quadro do maior padrão de vida dos seus concidadãos, em cujo seio se restringem, cada vez mais, os privilégios e desníveis sociais. Todos prosperaram. Todos têm o seu quinhão de bens produzidos em alta escala e ninguém perdeu a liberdade. Mas, se em contraste com êsses países, que acreditaram na liberdade, colocarmos aquêles nos quais se acenou aos mais humildes, com a extinção das classes, não encontraremos nem a prosperidade, que não atingiram, nem a liberdade, que perderam totalmente, ao mesmo tempo em que vemos emergir neles uma rica e privilegiada classe burocrática. Bem vêdes, pois, que a contínua e legítima ascensão dos trabalhadores não será levada a bom termo, senão pela estrada da democracia que não ameaça, não corrompe, não engana. Através dela, num clima desapaixonado e propício ao livre e amplo debate, e que encontrareis, como é desejo e objetivo da Revolução, as conquistas e reivindicações que se efetivarão mediante reformas bem formuladas, convenientemente planejadas e democráticamente incorporadas à vida brasileira." (Discurso realizado em 1/5/64 em São Paulo).

POLÍTICA SINDICAL

"Quanto aos sindicatos, restaurados no seu normal funcionamento e reunindo número cada vez maior de associados, serão os legítimos representantes do pensamento e das reivindicações de seus componentes. Isso significa que, a fim de assegurar ao trabalhador, sem distinção de qualquer ordem, crescente participação na vida sindical, não será o Ministro do Trabalho o empresário de cúpulas prepotentes e corruptas. Do mesmo modo que não usará os sindicatos para implantação de um usurpador poder pessoal ou para subversão da ordem, fonte imediata de clamorosa redução do rendimento do trabalho nacional. Assim, livres da corrupção e do arbítrio governamental, voltarão os sindicatos à sua função normal de autênticos mandatários dos trabalhadores." (Discurso realizado em 1/5/64 em São Paulo).

"O Governo tem três grandes setores no seu programa: contenção da inflação, retomada do desenvolvimento e as reformas." (Entrevista em Recife em 5/6/64).

POLÍTICA AGRÁRIA

"Cumpre, pois, ao Governo encontrar os meios pelos quais sejam as atividades do campo colocadas no lugar que lhes compete na economia e na prosperidade do País. Nenhuma nação conseguiu, até hoje, sair da vida econômica, se não contar com a insubstituível retaguarda da agricultura. Nem outro é o motivo por que países como a Rússia, os Estados Unidos ou a França, aplicam imensos recursos com o objetivo de amparar e minorar os seus agricultores. Daí a necessidade de encontrar meios de revitalizar a agricultura, menos com o objetivo de atender aos reclamos de grandes parcelas da nossa população do que como caminho

seguro para dar vigor a estabilidade a tôda a economia nacional. Acredita, aliás, o Governo, que, mediante a adoção de algumas medidas que considera essenciais, será possível alcançarmos novos horizontes para a agricultura brasileira. Dentre elas, devemos mencionar, em primeiro lugar, a aplicação generalizada de técnicas modernas destinadas a aumentar, consideravelmente, a produtividade, e que, dado o alto grau alcançado pela ciência, representa verdadeira multiplicação dos pães. Nesse particular há que considerar, em primeiro lugar, a intensiva mecanização da agricultura, cujo primeiro passo é o incentivo à indústria nacional de tratores e máquinas agrícolas, que deverão ser financiados e revendidos aos fazendeiros. E isso ao mesmo tempo em que a concentração de patrulhas mecanizadas em zonas de produção de gêneros alimentícios permitirá sensível crescimento no afluxo dos mesmos aos grandes centros consumidores. (Discurso de Curitiba, em 4/9/64).

POLÍTICA ECONÔMICA

“Não há dúvida de que caminhamos, rapidamente, para a democratização das empresas, fenômeno por alguns denominado de neocapitalismo ou capitalismo democrático. E, em que pese as transformações por que deverá passar, quando transplantado para o nosso meio, não é temerário adiantar que conservará traços fundamentais.

Dentre êstes, poderemos assinalar a larga difusão da empresa entre os acionistas, uma ativa concorrência entre as empresas, nos preços, na qualidade, no serviço e no aperfeiçoamento técnico, fixação de salários e condições de trabalho, mediante contratos coletivos entre empregados e sindicatos, a ação do Governo na organização e controle das organizações, através de medidas que suplementem as empresas privadas, sem contudo as substituir. Tudo, enfim, a implicar num sistema de crescentes relações entre o Governo e o setor privado, não com o objetivo de o esmagar ou enfraquecer, mas de o fortalecer, dentro de bases mais condizentes com uma verdadeira democracia. Será esse, certamente, um meio de possibilitar a convivência do controle social do Estado com a liberdade individual, que consideramos bem ou dádiva inalienável.

Cabe assim à iniciativa privada e ao Governo unirem-se em esforço comum, altamente benéfico à coletividade e da parte das empresas, além dos deveres sociais que lhes assiste, buscando tornar cada vez mais efetiva a justiça social e o bem-estar do povo, cumpre exaltar compreensão do rigor com que devem contribuir para as rendas públicas, o impôsto não deve ser para elas um espantalho nem motivo para atritos com a Fazenda Pública. Mas, do mesmo modo que deseja cobrar, o Governo pretende, principalmente, ajudar a quantos queiram e estejam em condições de desenvolver a empresa privada, com a qual espera partilhar a responsabilidade de alguns investimentos essenciais. É uma política que tem os seus fundamentos em vários motivos. E, dentre êles, devemos mencionar e logo a limitação dos recursos públicos em relação à demanda de capitais e à descentralização de tarefas no processo de desenvolvimento.” (Discurso de Fortaleza, de 23 de junho de 1964).

“Sómente criando riqueza poderemos melhor dividi-la com todos os brasileiros. Disso o Governo está certo. E daí o amparo e o estímulo que deseja proporcionar ao capital indispensável ao nosso desenvolvimento. Até porque — e seria dispensável dizê-lo — ninguém melhor do que os próprios homens de empresa, pela experiência e pelos conhecimentos que têm do problema, sabem quanto é necessário impregnar o capital e os seus detentores de um arraigado sentimento de transformação compatível com os dias atuais, e sem o que não logrará salvar-se nem servir à coletividade.

Sómente assim chegaremos àquele ponto de equilíbrio e conciliação — um dos ideais da Revolução — e que consiste em não desamparar o trabalhador, nem desestimar os capitais destinados a criar novos núcleos de riqueza nacional.” (Discurso de Pôrto Alegre, em 22 de maio de 1964).

POLÍTICA EXTERNA

“No caso brasileiro, a política externa não pode esquecer que fizemos uma opção básica, que se traduz numa fidelidade cultural e política ao sistema democrático ocidental. Dentro desse condicionamento geral, a nossa independência se manifestará na aferição de cada problema específico, estritamente em termos de interesse nacional, com margem de aproximação comercial, técnica e financeira com os países socialistas, desde que estes não procurem invalidar nossa opção básica.

Não devemos pautar nossa atitude nem por maquiavelismo matuto nem por uma política de extorsão. Reciprocamente, não devemos dar adesão prévia às atitudes de qualquer das grandes potências — nem mesmo às potências guardiãs do mundo ocidental, pois que na política externa destas é necessário distinguir os interesses básicos de preservação do sistema ocidental dos interesses específicos de uma grande potência.

Em resumo, a política exterior é independente, no sentido de que independente deve ser, por fora, a política de um país soberano. Política exterior independente, no mundo que se caracteriza, cada vez mais, pela interdependência dos problemas e dos interesses, significa que o Brasil deve ter o seu próprio pensamento e sua própria ação. Esse pensamento e essa ação não serão subordinados a nenhum interesse estranho ao Brasil. O interesse do Brasil coincide, em muitos casos, em círculos concêntricos, com o interesse da América Latina, do Continente americano e da comunidade ocidental. Sendo independentes, não teremos medo de ser solidários e, dentro da independência e da solidariedade, a política exterior será ativa, atual, e adaptada às condições de nosso tempo e aos problemas de nosso dia. Será a política externa da revolução.” (Discurso no Itamarati, de 1 de julho de 1964).

“Somos pan-americanistas, ocidentalistas e mundiais, tudo pelo nosso desenvolvimento e pela paz mundial.” (Entrevista de 30/10/64).

POLÍTICA EDUCACIONAL

“Por certo a independência crescente dos diversos problemas de ordem educativa torna cada vez mais imperioso o planejamento conjunto da educação. Cumpre, pois, que os seus múltiplos e complexos aspectos sejam hierarquizados pela sua relevância, desde o imperioso dever da universalização do ensino primário obrigatório e gratuito até a inadiável preparação do pessoal qualificado para atender o surto de desenvolvimento do País. Nenhum problema mais grave do que o desse ensino, pois o Brasil não pode continuar a apresentar-se entre as nações com mais de 30 milhões de analfabetos. Relegar ao analfabetismo metade das novas gerações equivale a perdermos metade de precioso elemento com que poderemos contar para o progresso econômico, cultural e social. Governos anteriores já assumiram compromissos internacionais, no sentido de proporcionar escolas a toda a nossa população em idade escolar. Agora, vamos criar condições para que tal objetivo seja alcançado. É o que prometemos, hoje, solenemente, perante a Nação, que não mais suporta ser enganada na observância dos direitos mais sagrados do povo.”

“No ensino médio, tão deficiente quanto o primário, pensa o Governo proporcionar bem maiores oportunidades educacionais. Dever-se-á, inclusive, suprimir as discriminações sobre o ensino de tipo acadêmico e os ramos que preparam para as várias atividades tecnológicas indispensáveis no desenvolvimento do País. Aliás, entre as metas educacionais do Governo, está a revisão da estrutura universitária a começar pelo estatuto do magistério.” (Discurso no Ceará, em 23 de junho de 1964).

POLÍTICA MILITAR

“A Revolução brasileira incluiu, necessariamente, o fortalecimento da profissão militar, básica nas Forças Armadas. A renovação de sua estrutura é hoje, indeclinavelmente, tarefa de chefes, para modernizar, sobretudo, a organização dos meios, os métodos de administração e os processos de seleção de chefia. Coesão e eficiência são, por outro lado, decorrência direta de instrução sempre modernizada. É indicado, vez por outra, que jovens oficiais se sentem frustados com alguns acontecimentos políticos da Revolução. É admissível, possivelmente. Mas também é compreensível que a frustração de muitos tenha outra origem, a de condições profissionais não atualizadas. Só o dinamismo na tropa, nos estados-maiores e nos comandos, domina o espírito militar da oficialinhos e é básico para a Revolução empreender as mudanças já admitidas pelos altos Comandos”. (Discurso no Estado-Maior do Exército, em 25/8/1964).

CONCLUSÕES

Tem a Revolução brasileira uma missão inarredável a cumprir — a de transformar este País grande numa grande Nação. É missão para nossa geração. Não poderá ser postergada, porque a avalanche da ex-

plosão populacional dos últimos 35 anos dêste século nos coloca diante de uma opção incontornável — ou seremos, no ano 2000, 200 milhões de brasileiros prósperos e felizes, a exemplo dos Estados Unidos de hoje, ou seremos 200 milhões de desajustados e famintos, como acontece na atualidade com algumas das superpovoadas nações asiáticas.

Possuímos as condições essenciais à transformação do País numa potência mundial. À análise dos três fatores de potencialidade de Kjellen — espaço geográfico, liberdade de movimentos e coesão interna — nos é bastante favorável.

Nosso espaço geográfico, o 4.º em extensão territorial compacta, no mundo — somos precedidos apenas pela Rússia, China e Canadá —, bem articulado com um grande oceano, oferece condições de riqueza e de habitabilidade capaz de suportar numerosa e próspera população.

Liberdade de movimentos temo-la ampla. Não nos impedem ou limitam a articulação, nem condições de isolamento, nem barreiras físicas insuperáveis, nem vastas áreas desérticas. Nossa território, bem arejado, favorece os contatos e intercâmbios.

Quanto à coesão, não temos o direito de duvidar, por um só minuto, da existência em nosso País de uma admirável unidade espiritual — o gaúcho, acreano, paulista, baiano, maranhense, mato-grossense, todos vibram uníssonos, diante de nossa bandeira, do nosso hino, da nossa música popular, das mesmas histórias de Caramuru e João Ramalho, da mesma lenda do Saci-Pererê.

Não estaremos, portanto, pecando por excesso de otimismo, se afirmamos que as perspectivas de grandeza e de potencialidade que se abrem para o nosso País são das mais animadoras.

O empenho da Revolução brasileira é transformar essas perspectivas em realidades. É colocar o Brasil no trilho da grandeza.

O pensamento revolucionário, em perfeita sintonia com as mais modernas correntes de idéias do mundo moderno, lança a sua doutrina de Govêrno, sintetizada na seriedade, honestidade e competência da administração pública, e na dinâmica de ação política que tem como vetores principais o bem-estar social e o desenvolvimento econômico.

Com êstes propósitos e, com a mais inquebrantável fé nos destinos do Brasil, a Revolução empenha-se na sua obra.

Diz Toynbee, em tom de advertência, depois de analisar as causas do sucesso e do fracasso das populações: — “Após uma etapa de crescimento, algumas sociedades humanas entraram em colapso pela perda do poder criador das minorias dirigentes que, à míngua de vitalidade, perderam a força mágica de influir sobre as massas criadoras e de atraí-las.”

Pretende o pensamento revolucionário ser a seiva vitalizante das minorias dirigentes que há de conduzir a Nação brasileira aos mais altos destinos de grandeza e de prosperidade.

...anteriormente à crise, os altos custos de produção de um barril de óleo nos EUA (US\$ 1,75), na Indonésia e União Soviética (US\$ 0,80) e na Venezuela (US\$ 0,50) eram largamente compensados pelos baixos custos alcançados na Arábia Saudita (US\$ 0,20) e no Kuwait (US\$ 0,10)...

...a participação dos países exportadores nas vendas deu um vertiginoso salto no ano de 1973, com a cotação do barril em torno de US\$ 5,00...

Maj Art QEMA

Luiz Paulo Macedo de Carvalho

outubro de 1973

A Crise do Petróleo e Suas Perspectivas

Maj Art QEMA
LUIZ PAULO MACEDO CARVALHO

1 — ANTECEDENTES

Embora à primeira vista, o conflito entre árabes e israelenses ou o confronto da cultura Oriental com a Ocidental seja apontado como o fator determinante da crise de petróleo hoje enfrentada pelo mundo, suas raízes são antigas.

O inevitável quadro atual do cenário político-econômico mundial nada mais é do que a dramatização do início do epílogo, há muito esperado, de um processo lento e longínquo, a que a humanidade assistia impassível sem se preparar oportunamente para atenuar os seus efeitos ou buscar soluções alternativas.

A causa mediata da presente crise, ao que tudo indica, reside não propriamente em fatores econômicos e políticos, mas no "gap" entre o desenvolvimento científico-tecnológico (material) e o sub-desenvolvimento moral da civilização moderna, o qual na opinião de Toynbee urge ser reduzido.

Este "fosso", entre outras coisas, dividiu o globo terrestre em dois hemisférios — o Norte rico e o Sul pobre — propiciando ao mais abastado um crescimento a pleno emprego com um cômodo desperdício de riquezas oriundas do menos favorecido.

O uso do petróleo como arma político-econômica pelos árabes, em particular, e pelos demais exportadores de óleo bruto, em geral, cujo sucesso a curto prazo é inquestionável, traduz uma reação parcial dos produtores de alimentos, de matérias-primas e fornecedores de mão-de-obra baratos à exploração secular oligopolística de poderosas empresas multinacionais, representantes dos interesses de países altamente industrializados.

O próspero hemisfério Norte industrializado há muito dita os preços de mercado no intercâmbio com o desprotegido Sul produtor de recursos naturais, taxando a *valores baixos a importação de alimentos* e matérias-primas e a sempre crescentes cotações a exportação de produtos manufaturados.

Como fruto dessas iníquas relações de troca desenvolveu-se a sociedade de consumo que está cada vez mais a desperdiçar riquezas naturais, sem tomar consciência dos admissíveis limites a atingir e dos prováveis reflexos futuros.

Anteriormente à crise, os altos custos de produção de um barril de óleo nos EUA (US\$ 1,75), na Indonésia e União Soviética (US\$ 0,80) e na Venezuela (US\$ 0,50) eram largamente compensados pelos baixos custos alcançados na Arábia Saudita (US\$ 0,20) e no Kuwait (US\$ 0,10). (Há que se ressaltar a contribuição dada generosamente pela natureza no Kuwait, onde a alta pressão dos gases nos poços faz o petróleo jorrar direto para os oleodutos, dispensando bombeamento, o que sem dúvida contribui para o barateamento dos custos de produção).

De 1945 a 1960, o consumo mundial de petróleo cresceu à razão de 4% ao ano. Na década de 60, subiu para 6% ao ano. Daí para cá mais do que duplicou, devendo atingir a média de 145 milhões de barris por dia. Em quinze anos se consumiu mais petróleo do que em toda a existência da humanidade.

Em resposta ao extravagante consumo mundial a preços baixos de um produto nobre, sob a iniciativa da Venezuela, em 1960, surgiu a OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo), integrada por onze membros dos quais quatro não árabes — Irã, Indonésia, Nigéria e Venezuela, a quem se pode atribuir a responsabilidade pela ativação da crise.

Em 1968, seguiu-se a criação da OPAEP (Organização dos Países Árabes Exportadores de Petróleo), que congrega a Arábia Saudita, a Argélia, o Abu Dabi, o Bahrein, o Dubai, o Egito, o Kuwait, a Líbia, o Qatar e a Síria.

Detentores de 60% das reservas mundiais provadas de óleo cru e protegidos pela crescente demanda do produto, os membros da OPAEP cartelizados aumentaram os custos de produção, forçando uma acentuada elevação dos preços médios internacionais do petróleo, além de reduzirem a extração e imporem embargos a determinados países consumidores. A participação dos países exportadores nas vendas, estimada em 1948, 1952, 1960 e 1972, respectivamente em 18%, 32%, 50% e 70%, deu um vertiginoso salto no ano de 1973 (quase 100% em relação a 1972), com a cotação do barril em torno de US\$ 5,00.

Acompanhando a escalada dos produtores árabes, a Venezuela subiu em 56% o preço do barril, a Indonésia em 20%, a Nigéria o dobro e o Canadá cinco vezes mais.

Na verdade, a composição do preço do barril de petróleo árabe é a seguinte:

— custo de produção e lucro do revendedor	36%
— impostos e "royalties"	64%

Espera-se que o preço médio internacional do barril, até meados de 1974, estacione em torno de US\$ 10,00.

Não paira dúvida, pois, que os artificiais preços do petróleo estimularam o seu hiperconsumo, bem como o abandono e o desestímulo à pesquisa de outros combustíveis ou fontes de energia. A crise resultou, portanto, como uma réplica normal a este desafio.

Face ao dom da ubiqüidade do petróleo na vida moderna, a crise ganhou dimensões alarmantes em todo o mundo e, especialmente, nos países industrializados que gozavam as delícias do oligopólio das empresas multinacionais.

Os EUA, apesar de figurarem nas estatísticas como o maior produtor de petróleo do mundo (11,2 milhões de barris diários), ante o excessivo consumo interno (17 milhões de barris por dia) desde 1948 tornaram-se importadores. Seis por cento da população do globo, os norte-americanos, gastam o equivalente a um terço do consumo mundial de petróleo, atualmente importam mais de 30% do produto, com tendência a chegar aos 50% por volta de 1980. Os Estados Unidos dependem em 11% dos exportadores de petróleo árabe.

A Europa, à exceção da Rússia, e o Japão que importam respectivamente 90% e quase 100% de petróleo para atender à demanda crescente de seus parques industriais, são dependentes em grande parte dos fornecedores árabes. A Europa, cujo maior consumidor é a Alemanha, está na dependência dos árabes para obter 72% do petróleo de que necessita.

O abastecimento do Japão é garantido em 80% pelos árabes.

A China, que a partir de 1966 intensificou o desenvolvimento da indústria petrolífera, começa a despontar no mercado internacional. Fontes credenciadas revelam que, no segundo semestre de 1973, produziu 600 mil barris de derivados de petróleo, tendo exportado 3 milhões de litros de nafta para Hong Kong e um milhão de toneladas ao Japão.

2 — REFLEXOS

Os reflexos da crise far-se-ão sentir em todo o mundo, nos campos econômico, militar, psicossocial e político, de maneira e intensidade diversificadas, a curto e a longo prazos.

Como assevera a sabedoria popular "não há mal que sempre dure, nem bem que nunca se acabe". Assim sendo, a crise terá um desfecho e, à semelhança de todas as outras, será mais uma parteira da História. Apesar de ocasionar aparentes malefícios encerra no bojo vantagens. Para que se possam tornar manifestas, todas as coisas devem apresentar aspectos duais — positivos e negativos. Nenhum acontecimento é permanente, definitivamente grave e sem solução; comporta sempre um segundo que em confronto com o antecedente provoca fatalmente uma terceira e nova ocorrência melhor. É a lei natural da evolução.

Sem dúvida, haverá um intervalo difícil e penoso a vencer a curto prazo. Mas, não pretendemos minimizar o choque do futuro imediato, o inexorável sofrimento regenerador da humanidade trará a evolução moral que aliada ao progresso da era "tecnotônica" responderão ao desafio atual.

De pronto, a crise afetará mais particularmente os países ditos superindustrializados e subdesenvolvidos.

Estando a sociedade de consumo de nossos dias direta ou indiretamente na dependência da indústria petrolífera e petroquímica, é facilmente compreensível que o aumento de mais de 100% no preço do óleo cru desencadeará pressões inflacionárias na economia mundial. O espectro da inflação ameaça o mundo com uma recessão econômica geral ou menores taxas de crescimento. Haverá menos vendas e lucros por parte dos países carentes de petróleo, enquanto a receita bruta dos produtores do "ouro negro", estimada em 15 bilhões de dólares anuais (dos quais os árabes detêm cerca de 13 bilhões, ou seja, 7% das reservas do Fundo Monetário Internacional), deverá quadruplicar até 1980. Dispondo de enormes reservas monetárias e sem grande capacidade de investimento interno, os produtores de petróleo, se não aplicarem bem esta vultosa receita, poderão desequilibrar a liquidez internacional e ocasionar incontroláveis problemas de balança de pagamento. Até que se restabeleça um ponto de equilíbrio, com a elevação dos preços de outros setores da economia, talvez os exportadores de petróleo sintam-se compelidos a vincular o pagamento de suas vendas a compras ou investimentos nos países consumidores, para não falar em empréstimos externos, particularmente aos subdesenvolvidos.

O crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB) dos norte-americanos, segundo estimativas, deverá oscilar entre 1% e 2%. A economia japonesa que atingira uma taxa de 10% de aumento no PNB, pela primeira vez, desde o "milagre" do pós-guerra, deverá manter-se estacionária. O PNB da Alemanha Ocidental também espera-se que sofra uma queda. Acredita-se que a expansão do PNB francês não ultrapasse os 3%. Os meios financeiros britânicos calculam que o crescimento do PNB inglês otimistamente não ultrapasse a 2%.

As bolsas de valores de quase todos os países anunciaram bruscas quedas nos níveis de preços das ações. A Bolsa de Valores de New York, em fins de 1973, registrou a mais acentuada baixa na média "Dow Jones" dos últimos onze anos e meio, superando a assinalada por ocasião da morte de John Kennedy.

O crescimento a pleno emprego contínuo pelo menos durante um certo período será freado.

A redução da produção e exportação de petróleo já fez sentir os seus efeitos diversos e multiplicadores, que reforçados pelos boicotes e embargos, agravam a crise. A imprensa noticia fechamento de indústrias, semanas de três dias de trabalho, desemprego, greves e consequentemente um decréscimo na produção mundial.

A escassez de fertilizantes para revigorar as terras, a carência de inseticidas para combater as pragas e a falta de combustível para acionar implementos agrícolas reduzirão as safras, majorarão os preços dos produtos alimentícios, podendo aumentar a fome e o índice de mortalidade por desnutrição. Restringidos os meios de transporte e a sua mobilidade, o abastecimento dos grandes centros urbanos já prejudicados pela míngua de embalagem (plásticos e papel) certamente acentuar-se-á.

O reabastecimento de aeronaves e embarcações em terminais estrangeiros poderá também sofrer restrições e levar mesmo à suspensão de determinadas linhas (um Boeing 707 é abastecido com 90.000 l de querosene, ou seja, 570 barris de petróleo; a capacidade dos reservatórios de combustível de um Jumbo é de 176.300 l de querosene, o que corresponde a 1.000 barris de óleo cru; um navio de 100 t, com motores em funcionamento durante 24 h, consome 570 barris de petróleo e precisa de 27.700 barris para ter seus tanques cheios). Com isso a utilização dos gigantescos jatos e transatlânticos poderá ver-se comprometida, afetando o turismo internacional e consequentemente o fluxo de divisas.

A discutida adoção da política de subsídios, o decréscimo na arrecadação dos impostos sobre derivados do petróleo e exportações, a redução das importações, a sangria de divisas ocasionada pela

elevação geral dos preços, gravada pela subida dos fretes e tarifas, diminuirá o ritmo de crescimento dos países subdesenvolvidos, alargando o "fosso" em relação aos superindustrializados.

Entre os industrializados, os EUA, dependendo para satisfazer o seu consumo em apenas 11% de petróleo árabe, enquanto seus grandes competidores no comércio internacional — Alemanha e Japão — quase totalmente sujeitos à importação do produto (o que lhes imporá um maior aumento nos custos de produção e desvalorização de moeda), terão o dólar reabilitado. De um "deficit" de 6,9 bilhões de dólares, em 1972, na balança comercial, os EUA passaram a um "superavit" de 800 milhões no ano de 1973. A primeira distribuidora no gênero, a Exxon, faturou, no ano passado, 28 bilhões de dólares, registrando um lucro de 2,5 bilhões, isto é, 59% superior ao alcançado em igual período anterior. A segunda distribuidora, a Mobil, acusou lucros 47% maiores, nesse mesmo espaço de tempo, ao passo que a Texaco, que lhe sucede nas estatísticas, revelou ter elevado seus rendimentos líquidos em 45%. Segundo um levantamento procedido pela "Newsweek", são os seguintes os totais de venda, em bilhões de dólares, durante 1972, dentre as maiores empresas que exploram o setor petrolífero:

— Exxon (EUA)	18,7
— Shell (Inglaterra/Holanda)	12,7
— Mobil Oil (EUA)	8,2
— Texaco (EUA)	7,5
— Gulf Oil (EUA)	5,9
— Bristish Petroleum (Inglaterra)	5,2

Moscou passou a ser considerada uma potencial exportadora de petróleo a preços toleráveis, competindo com os árabes, como aconteceu no caso das restrições impostas à Holanda recentemente.

A crise modificará hábitos e costumes, podendo até mesmo impor aos consumidores uma volta ao passado.

O dilatamento das horas de lazer em função da redução dos dias úteis na semana de trabalho surtirá efeitos contraditórios: ao decréscimo do efetivo populacional resultante de um provável surto generalizado de delinquência, contrapor-se-á uma elevação na taxa re natalidade fruto do antecipado e tranquilo recolhimento aos leitos (caso não se adotem amplas medidas de segurança pública e anti-concepcionais — na Inglaterra já se fala em distribuição gratuita de pílulas); aos períodos de tensão acarretados pelas dificuldades de repouso; à supressão de certas atividades produtivas em contrapartida desenvolver-se-á ainda mais a pesquisa científico-

tecnológica; em oposição a uma transitória estagnação no progresso material aguarda-se uma aceleração na evolução espiritual da humanidade.

A necessidade de economizar energia forçará a adoção da hora de verão; limitará o uso abusivo da máquina elétrica nos escritórios e de utensílios eletrodomésticos nos lares; restringirá o consumo de gás liquefeito de petróleo, tornará os invernos mais rigorosos pela falta de calefação, exigindo a aquisição de roupas de lã e alterações nos horários de trabalho; o calor nos dias quentes de verão far-se-á mais insuportável ante as restrições de utilização de aparelhos de refrigeração; a iluminação pública será menos feérica afetando a propaganda indiscriminada em letreiros e cartazes luminosos; alterará o regime de funcionamento de estabelecimentos de ensino, de cinemas, de teatros, das emissoras de rádio e da televisão bem como as diversões noturnas urbanas, em geral, obrigando o homem a buscar outras distrações e maior contato com a natureza.

A escassez dos plásticos e das fibras sintéticas revalorizará a borracha natural, os tecidos de juta, de linho e de algodão, os brinquedos de madeira, os utensílios metálicos, o vidro, o papel, a cartolina etc.

As indústrias de cosméticos e de produtos farmacêuticos serão bastante prejudicadas.

Os produtores de tintas, de vernizes (sinteco etc), de material fotográfico, de fitas magnéticas e de uma série infinidável de outros artigos, pelo menos temporariamente, experimentarão momentos difíceis até o aparecimento de inevitáveis sucedâneos.

O couro voltará a ser valorizado no fabrico de calçados, bolsas, cintos, carteiras, malas, etc.

A chamada "era do automóvel" vê-se ameaçada. Haverá queda no rodoviárioismo e no turismo interno com a elevação dos preços de combustíveis, de pneus, de pedágio, além dos prejuízos causados pelas restrições de uso de carros particulares e das dificuldades a enfrentar na construção, pavimentação e manutenção de rodovias. Mas a poluição e os congestionamentos de tráfego urbanos, os altos índices de acidentes automobilísticos, o desfiguramento paisagístico dos elevados e viadutos tenderá a diminuir, amenizando também a injustiça social provocada pelo excessivo desenvolvimento dos transportes individuais em detrimento dos coletivos. Tornar-se-á impostivo dar mais ênfase aos metrôs, às ferrovias, à navegação marítima e fluvial. Os preços mais realistas para os combustíveis derivados de petróleo eliminarão o consumo supérfluo, a fabricação de automóveis grandes, velozes e antieconômicos, com talas largas etc. Os motociclistas terão de dirigir a velocidades reduzidas, com sapatos leves.

evitando arrancadas e freadas bruscas, o que é benéfico para todos. Ressurge o uso da bicicleta e da tração animal.

Poços de petróleo julgados anticomerciais serão reativados. A prospecção do "ouro negro" será estendida a outras áreas.

Os acontecimentos atuais precipitarão a exploração do xisto, do carvão mineral e vegetal, ocasionando mudanças no meio ambiente, poluição e desmatamento.

O valor dos potenciais hidrelétricos crescerá.

A imperiosidade de maciços investimentos em pesquisas, talvez à custa de outros projetos e setores, exigirá a alta de preços generalizada tanto dos recursos naturais como dos manufaturados.

A baixa do índice de octana na gasolina influirá sensivelmente na mobilidade dos engenhos bélicos, modificando quem sabe a ênfase dada no emprego tático de blindados e da aviação na conduta das operações bélicas. Constitui fato histórico inconteste que a diferença de treze unidades na octanagem, tornou possível, entre outras circunstâncias, a derrota da "Luftwaffe", pela RAF, no outono, de 1940. Esta diferença aparentemente pequena, foi suficiente para dar a uma aeronave a possibilidade de atingir maior altitude, obter mais rápida subida e enorme maneabilidade, o que assegurou, naquela epopéia, uma vitória decisiva ante uma iminente e esperada capitulação na história da Inglaterra durante a 2ª Guerra Mundial. A realização de manobras e exercícios militares deverão experimentar cortes.

Os reflexos da crise no campo sócio-político já se fazem notórios pelos boicotes, embargos, atos de terrorismo, agitações sociais, nacionalizações de empresas, monopólios estatais na exploração do petróleo e instabilidades políticas que, com o crescimento do poder árabe no Oriente Médio, podem incentivar ao rearmamento mundial, desequilibrar as relações internacionais, derrubar governos e chegar ao extremo de intervenções localizadas e até mesmo ao expansionismo pela força das armas em certas regiões de importância geopolítica. A recente corrida armamentista desencadeada em áreas conturbadas e a súbita tomada do arquipélago de Paracel pelos chineses ilustram e comprovam tais especulações.

A curto prazo, segundo analistas especializados no assunto, não há solução para o problema. A sociedade de consumo deve refrear o insaciável apetite de bens materiais, admitir viver com menos conforto, maior austeridade, moderação e parcimônia. Urge reconhecer a necessidade de maior poupança e de pensar mais no próximo.

Todavia, os árabes, que afirmaram poder sobreviver dez anos sem vender petróleo, sabem perfeitamente que não conseguirão deter um considerável poder político-econômico por um prazo ilimitado, pois é impossível alimentar-se de areia e saciar a sede com petró-

leo. Ademais, há um princípio em Economia indiscutível que ninguém jamais logrou produzir tudo o que consome ou necessita.

Se o panorama a curto prazo não se afigura muito róseo, a médio começará a se desanuviar. Após a tempestade é incontestável que sobrevém a bonança.

Os maciços investimentos na pesquisa de novas fontes de energia, fora de qualquer dúvida, trarão maior progresso científico-tecnológico, criaráo outros empregos e fatalmente conduzirão à "despetrolização" no futuro, como ocorreu com a "descarbonização" verificada no século passado. O aproveitamento da energia nuclear e solar em termos mais latos será uma realidade. Os automóveis elétricos e os motores a hidrogênio reduzirão a poluição, substituindo com vantagem os combustíveis hoje em uso.

A adoção de preços realistas combaterá o desperdício de energia e amenizará o grau de injustiça social, forçando a exploração em larga escala dos transportes coletivos mais acessíveis às camadas menos favorecidas pela sorte, contribuindo também para o desafogo do tráfego.

Os países subdesenvolvidos, normalmente produtores de alimentos e matérias-primas, beneficiar-se-ão com a justa valorização destas riquezas.

A recessão poderá levar à cartelização dos consumidores, embora temida pela Europa e pelo Japão face ao receio de negociações diretas das grandes empresas norte-americanas com os produtores de petróleo. Mas o fato é que a atraente cartelização dos consumidores tenderá a desequilibrar o poder político-econômico atual dos produtores de óleo cru.

Talvez nasça maior respeito e reconhecimento em outras dimensões aos interesses recíprocos entre as nações. Os reclamos de paz devem transformar as estruturas do comércio internacional, iniciando o estreitamento do "foss" entre os países ricos e pobres. Os nefastos efeitos da crise poderão repelir as imposições políticas de países ou blocos, reduzir as zonas de influência, diminuir o protecionismo exacerbado de grupos, buscando um equilíbrio nas relações internacionais.

3 — ENSINAMENTOS

Toda crise traz ensinamentos. O importante é saber aproveitar as lições que proporcionam.

Uma coisa apenas é certa: os pecados e a salvação do nosso planeta não estão em outros mundos mas entre nós mesmos. Se não procurarmos a solução para os nossos problemas, ninguém o fará por nós.

Santo Tomás de Aquino, há sete séculos, já prognosticava a existência de uma unidade ontológica entre o homem e a natureza, ambos obra do Criador, por conseguinte bons. Resta somente aos homens dentro do seu livre arbítrio encontrarem o ponto de equilíbrio entre o moral e o material, para sobreviver ou sucumbir.

Parece que um futuro melhor para o nosso mundo está na direta dependência da transformação interior de cada um, a fim de que se opere a tão desejada mudança do todo — da humanidade. Vivamos honestamente para com nós próprios. Derrubemos as muralhas aos maus hábitos. Afaste-nos das volupias e dos desprazeres, das contendas e rivalidades. Haja menos egoísmo e ambição, mais solidariedade e humildade, maior esperança e fé.

“Somente o progresso moral pode assegurar aos homens a felicidade na Terra, refreando as paixões más; somente esse progresso pode fazer que entre os homens reinem a concórdia, a paz a fraternidade.

Será ele que deitará por terra as barreiras que separam os povos, que fará cair os preconceitos de casta e se calem os antagonismos de seitas, ensinando os homens a se considerarem irmãos que têm por dever auxiliarem-se mutuamente e não destinados a viver à custa uns dos outros.” (1)

Para se inferir os efeitos precisos da crise a curto e a médio prazos, ter-se-ia de ser um misto de futurologista, de analista político, de economista, de especialista em petróleo, de “expert” em finanças e até mesmo de psicanalista do Rei Faissal, como afirmou um comentarista norte-americano.

Não se pretende ter a veleidade de haver enfocado todos os prováveis reflexos da crise na vida dessa insaciável sociedade de consumo para os nossos dias e os sempre interrogativos anos do porvir. Todavia, como ensina um velho provérbio chinês, “todo problema comporta três soluções: a minha, a tua e a correta”. Aí estão algumas especulações pessoais que certamente serão refutadas por uns e aceitas por outros, mas que só o implacável juiz tempo dirá quais são as certas.

(1) “A Gênese”, A. Kardec, FEB, página 363.

B I B L I O G R A F I A

- Anuário Estatístico do Brasil — 1973 — IBGE
- A Gênese — A. Kardec — FEB
- A Petrobrás de Hoje — Petrobrás
- A Sociedade do Futuro — A. Toynbee — Zahar
- Bíblia
- Dezenove Anos de Petrobrás — Petrobrás
- Enciclopédia Barsa
- Enciclopédia Internacional do Petróleo
- O Globo (recortes)
- O Mundo Fabuloso do Petróleo — Petrobrás
- O Panorama do Setor Petróleo — Ministério de Minas e Energia
- Relatório da Petrobrás
- Revista "Bolsa", "Fortuna", "Newsweek", "Petrobrás", "Tribuna do Economista", "Veja", "World Oil" e "World Petroleum Report".

"O comunismo não é a fraternidade: é a invasão do ódio, entre as classes. Não é a reconciliação dos homens: é a sua extermínio mútua. Não arvora a bandeira do Evangelho: bane a Deus das almas e das reivindicações populares. Não dá tréguas à ordem. Não conhece a liberdade cristã. Dissolveria a sociedade. Extinguiria a religião. Desumanaria a humanidade. Everteria, subverteria, inverteria a obra do Criador."

RUY BARBOSA

*...foi na zona estratégica que se envolveu
no golfo Pérsico que começaram a se chocar
as políticas petrolíferas dos grandes países...*

Therezinha de Castro

Professora de História no

Colégio Pedro II, Rio de Janeiro, e

Geógrafa do Instituto Brasileiro

de Geografia e Estatística - IBGE



GOLFO PÉRSICO: EPICENTRO NEVRÁLGICO

Therezinha de Castro

Professora de História no Colégio Pedro II, Rio de Janeiro, e Geógrafa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

I – INTRODUÇÃO

No século XVI, ocupando o ponto estratégico de Constantinopla, os muçulmanos, otomanos fanáticos, cortavam todas as esperanças do ocidente europeu cristão, de se valer do caminho antigo das especiarias. Buscaram então os ocidentais, liderados pelos portugueses, a rota do Cabo, por onde passam hoje 80% do petróleo consumido pelo Ocidente.

No passado, pois, Constantinopla dominava a estratégica passagem dos estreitos de Dardanelos e Bósforo, tão estratégica, como na atualidade, o estreito de Ormuz, que fecha o golfo Pérsico, o epicentro nevrálgico do mundo de hoje.

Dependência do oceano Índico, entre o Irã e a Arábia, onde desembocam o Tigre e o Eufrates pelo Shatt-al-Arab, a área se constituiu em porta de invasão na antiguidade e zona de fricção na atualidade.

II – GEOPOLÍTICA DO ISLÂ

Envolvem-se no golfo Pérsico — persas e árabes, sunitas e xiitas, sem contar com os palestinos que também se foram estabelecer nesta área que guarda a metade do petróleo mundial.

Nessa região coube à Pérsia (atual Irã) a tarefa de formar o maior império da antiguidade, que se estendia do Oriente Médio, soldado às ribeiras do Mediterrâneo, até o Indus, onde hoje se envolve o Paquistão. Justamente nesse centro persa

seria transmitida aos árabes toda a cultura que levaram para o ocidente medieval; em contrapartida os mesmos árabes iriam deixar seu legado nesse mesmo centro persa, transmitindo-lhe a religião de Maomé.

O islamismo ou maometanismo, codificado em Meca, na Arábia, foi adotado pelo árabe, um povo guerreiro que ainda mais belicoso se tornou pela fé; e se expandiu, constituindo um espaço sem fronteiras precisas, caracterizando o que se chama de "Dar-al-Islam" ou conjunto de terras onde se observa a lei corânica.

A unidade do Islã é, pois, essencialmente religiosa, residindo na "Umma", ou povo de Maomé. Em face de um ecumenismo intrínseco, o laço palpável da "Umma" é o Corão, livro sobre o qual não podem e não devem pairar dúvidas. Entretanto, esse mesmo Corão, posteriormente, ensejou interpretações jurídicas consagradas pela tradição através das "Hadith", compiladas no livro das "Sunnas", como ainda a "Sharia", um rígido código de leis. Mas só a única versão em árabe do Corão forma a base da vida não apenas religiosa como também jurídica e, sobretudo, política.

Nota-se assim, de um modo geral, que entre os países muçulmanos só a Turquia ousou separar a religião do Estado. Nos demais, pelo menos formalmente, há uma declaração proclamando sujeição ao Corão e suas leis. Daí a premissa de que o muçulmano não se pode manter neutro com relação ao Estado.

Para se tornar povo de Maomé e ser aceito como irmão do muçulmano, basta a "shahada" ou confissão de fé para, reconhecendo a unidade divina (monoteísmo) firmar sua crença no Corão. A "shahada" consiste numa frase bem sintética: — "Alá é grande, atesto que não existe outra divindade além de Alá, atesto que Maomé é o enviado de Alá".

Além dessa confissão de fé o muçulmano se propõe a cumprir cinco obrigações essenciais. A primeira delas é a própria proclamação do credo explicitada num grito que tanto pode ser de saudação como prenúncio de luta — "Alá Akhbar!" — traduzindo-se por "Alá é Grande!".

A segunda obrigação é a de fazer preces cinco vezes ao dia, quando a voz do "muezin" (cantor da mesquita), do alto do minarete assim o proclamar. As três outras obrigações se resumem: no jejum durante o 9º mês, ou "ramadan", em cujos 30 dias as refeições só são permitidas à noite; a peregrinação a Meca, pelo menos uma vez na vida; e o "zakat", a esmola que deve ser dada sobre 1/10 das rendas anuais para fins caritativos.

Para o islamismo a fé se sobrepõe ao Estado Político traçado por fronteiras aleatórias. Tendo em vista esta diretriz geopolítica pode-se dizer que no mundo atual nenhuma religião tem obtido mais adeptos que a islâmica. Em 1953 o Anuário do Mundo Muçulmano, publicado em França, acusava serem 400 milhões os seguidores de Maomé; em 1978 já eram perto de 900 milhões.

Sob o aspecto geopolítico, a divisão do islamismo é mais dinástica do que religiosa, visto fundamentar-se numa querela a respeito da sucessão do profeta Maomé.

Para os xiitas, imitadores do princípio dinástico da monarquia persa, só os descendentes de sangue do profeta Maomé, oriundos de Fátima, sua filha, e de Ali seu genro, podem sucedê-lo. Apoiaram, pois, Hassan, neto mais velho de Maomé, e depois Hussein. Do massacre deste último em Kerbela (680) e consequente conquista do Iraque pelos Omíadas surgiram os sunitas.

Coincidemente o islamismo iria subdividir-se em duas seitas às margens do golfo Pérsico, onde os sunitas passaram a aceitar como "Califas", membros da aristocracia de Meca, representada pela tribo dos Coreichitas, da qual também descendia Maomé.

Rejeitando o princípio do raciocínio fundamental no bom senso, os xiitas atribuem unicamente a seus chefes religiosos o poder de interpretar a vontade do "imane". Veneram os "12 imanes" que lembram os 12 apóstolos do Cristianismo; o último deles, Maomé-Al-Mahdi, desaparecido misteriosamente no ano de 878, virá à Terra, tal como o prometido Messias dos judeus.

Escandaliza aos xiitas a prática da eleição humana de líderes religiosos, tal como é praticada entre os sunitas e os próprios católicos, que elegem o Papa. Por isso, o xiismo não se constitui numa seita centralizada, apoiando-se, em geral, num "ayatollah", doutor na lei islâmica, de sabedoria consagrada; podem, em caso de conselhos ou dúvidas religiosas, procurar os "mullahs", espécie de sacerdotes que sabem interpretar os "imanes". Tendo sempre que corresponder às aspirações populares, os "mullahs" são, na realidade, autênticos líderes políticos locais autorizados a receber as contribuições financeiras determinadas pelo Corão e devidas às mesquitas.

Os sunitas são tradicionalistas por se basearem em "sunna" (tradição em árabe); partem das palavras e dos gestos do profeta, bem como das idéias, práticas e costumes das comunidades que viveram na época de Maomé. Embora tradicionalistas, entre os sunitas é permitido interpretar o texto corânico quando se trata de adaptá-lo aos tempos atuais. O que é contestado pelos xiitas, para os quais o Corão é infalível, tendo tudo sido previsto por Maomé.

Os dois grupos são majoritários dentro do Islã — predominando os xiitas no Irã e os sunitas no Iraque.

Enquanto os xiitas duodecimais do Irã veneram os "12 imanes", os ismaelitas só aceitam até o sétimo, número cabalístico que os aproxima dos judeus. São mais numerosos na Índia e na Síria, onde a facção ritual desta seita chamada alauita ocupa o poder.

São também xiitas os zaiditas, seguidores de Zaid, neto de Hussein e bisneto de Maomé, majoritários no Iêmen.

A "Sharia", conjunto de leis canônicas que tem por base a "ijma", consenso grupal que parte do axioma — "meu povo jamais consentirá no erro", e no "sunna", tradição respeitada pelos sunitas, foi elaborada por Shaffi Maomé ben Idris. O grupo sunita que a segue é chamado de shaffita, constituindo a maioria islâmica no Egito, Jordânia, Indonésia e Filipinas.

Malik ben Annás, seguidor de Shaffi, escreveu um livro de direito, baseado nos ensinamentos de Maomé, intitulado "Al Muwatta"; seus seguidores formam o grupo sunita malekita, que predomina no Kuwait, no Bahrein, no norte da África — Líbia, Argélia e Marrocos, como também na África Negra de colonização francesa.

Considerados na Arábia como não-islâmicos, os malekitas são rejeitados pelo grupo sunita waabita; estes, que detêm o poder entre os sauditas, na Arábia, destruiram o túmulo de Malik em Medina. Os waabitas são seguidores de Abd-al-Waab (1703-1792), que, abjurando as idéias de Malik e negando o direito de interpretar o Corão, se aproximam mais dos xiitas, pregando a volta ao islamismo puro. Os waabitas também têm seguidores em Katar.

Não para aí o divisionismo sunita a cujo ramo também pertencem os seguidores de Abraão. Segundo o Corão, Abraão era um "hannif", isto é, seguidor consciente da verdade monoteista; portanto, se afastando do politeísmo deixou de ser considerado, pelos islâmicos, ligado aos israelitas e como nada tendo também com os cristãos. Foi, assim, o precursor da verdade pregada por Maomé e seus seguidores; sendo os hannefitas encontrados nas Repúblicas Socialistas Soviéticas Muçulmanas, no Afeganistão, no Paquistão, em Bangladesh, na Turquia e na Tunísia.

Várias outras seitas menores e de significação marginal ainda coexistem, dentro do mundo islâmico, que só pode, na realidade, ser igualado ritualmente.

Visto sob diversos enfoques, o islamismo que se une pretende renascer geopoliticamente dentro do ecumenismo do petróleo e do repúdio a Israel, tido como "uma ferida imposta ao Islã em seu corpo religioso".

III — ASPECTOS ECONÔMICOS E ESTRATÉGICOS

Encruzilhada de três continentes, alguns geógrafos dão ao espaço islâmico o topônimo de Eurasiáfrica. O núcleo de irradiação do islamismo vem, desde passado remoto, apresentando característica de campo de batalha: entre o norte e o sul (hititas e egípcios), entre o leste e o oeste (gregos, macedônios e persas); como zona de contato celebrou-se, durante a Idade Média, pelo comércio oriente-ocidente, entre árabes e povos mediterrâneos (genoveses e venezianos), a que os turcos otomanos ao se apossarem de Constantinopla puseram um fim.

Em três fases distintas efetuaram-se tentativas de integração política desse espaço hoje islâmico: o Império de Alexandre (Macedônia), o Romano e o Turco Otomano. Com exceção deste último, os dois primeiros tinham como objetivo estratégico-econômico fundamental, ao ocupar esse espaço geográfico, estabelecer uma linha de soldadura entre o Oriente e o Ocidente.

O vasto Império Otomano, com o governo central estabelecido na Turquia, era teoricamente absolutista, pois não gozava de grande autoridade nas províncias onde os pachás ou governadores, apoiados nas guarnições de janízaros, exploravam em seu proveito as populações. Era por isso um império bastante débil, já que as populações cristãs submetidas aos turcos conservavam a sua religião ortodoxa, suas línguas e tradições. A conquista territorial feita pelos turcos não havia realizado o

principal que era a fusão entre cristãos vencidos e muçulmanos vencedores. Cabia apenas aos cristãos pagar pesados tributos e obedecer às ordens dadas pelos turcos; os ódios de raça e religião levariam esses povos a se revoltarem no século XIX, procurando libertar-se do jugo muçulmano-otomano.

Estado multinacional, eram, no entanto, os árabes que dominavam mais amplamente no Império Otomano. No entanto, em meados do século XIX o despertar nacional árabe não seria levado a efeito pelo grupo islâmico, mas, curiosamente, pelos convertidos ao cristianismo.

Coube ao libanês-cristão Ibraim el Yazidji (1868) lançar a primeira expressão clara da idéia nacional para, logo em seguida, se formarem em Beirute e Damasco as Ligas Secretas. Baseavam-se estas não na religião, mas na comunhão lingüística, como fundamento mais sólido para a formação de uma Confederação de Estados Árabes, sem nenhum dever de obediência ao poder muçulmano-otomano. Era este o iniciar de uma corrente de idéias que preparariam a chamada Liga da Pátria Árabe e a consequente publicação do Manifesto de 1905 que reivindicava a independência.

Começam, porém, a surgir dificuldades relacionadas com o fator religioso, uma vez que a maioria dos promotores do movimento nacionalista árabe passou a destacar em seus programas a regeneração do islamismo, censurando os turcos por interpretarem mal o Corão. O fator religioso anularia o nacionalismo lingüístico, constituindo-se até 1918 no poderoso freio contra a unidade no mundo árabe.

Cruzamento das vias de circulação terrestre entre dois mares, as regiões ístmicas, os estreitos e golfos que envolvem o mundo islâmico têm grande valor geoestratégico.

Assim a importância das vias de passagem entre o golfo Pérsico e o Mediterrâneo diminuiu com a construção do canal de Suez, que se transformou na principal ponte de acesso dos europeus para a Ásia Meridional; posteriormente, a despeito do canal, tomaria novo impulso a zona de passagem golfo Pérsico–Mediterrâneo, quando a exploração do petróleo exigiu a construção de oleodutos.

Completando o quadro geoestratégico apresentam-se como zonas importantes as bacias do Nilo, do Tigre–Eufrates e do Índus, onde se instalaram as aglomerações do mundo islâmico e que por isso se transformaram em epicentros nevrálgicos. Nessas regiões geoestratégicas se defrontaram no século XIX franceses e britânicos, britânicos e russos e hoje russos e estadunidenses.

IV – ZONAS DE ATRITO

No epicentro nevrálgico do golfo Pérsico, zona de escoamento da área mesopotâmica Tigre–Eufrates, se envolvem países cujos territórios vão num “crescente fértil” da bacia do Nilo à do Índus.

Neste âmbito geopolítico se confundem várias histórias girando em torno de rivalidades externas e também internas.

1 — Afeganistão: As Três Fases

Ao se iniciar o século XIX os interesses diretos da Inglaterra na Índia e o expansionismo russo na Ásia Central transformaram a então região sem fronteiras do Afeganistão numa zona de fricção e atritos.

Ciente de que em 1809 Napoleão propusera a Alexandre II da Rússia atra- vessarem esse centro nevrálgico para tomarem a Índia, os ingleses não perderam tempo assinando com Mahmud, pretenso rei local de tribos variadas e dispersas, sediado em Cabul, um tratado de amizade eterna e assistência recíproca. Sem perda de tempo, os russos valiam-se dos xiitas persas para derrubar o rei de Cabul. Essa ligação com os persas ficou logo patenteada, pois em 1837 uma missão russa se estabelecia em Cabul.

Nova investida da Índia por parte dos ingleses levava ao trono um outro preposto, o Xá Shuja, destronado em 1842 por Dost Muhamad. Concorda-se que, teoricamente, termina aí a primeira fase da história afgã.

Dost Muhamad, também apoiado pelos ingleses, governou a região até 1863, tentando unificar o território e mesmo ampliá-lo em detrimento das pretensões russas. Chega-se assim ao final do século XIX quando surge propriamente o Afeganistão com fronteiras delimitadas acordadas pelos ingleses da Rainha Vitória e russos do Czar Nicolau II. Importante sob o ponto de vista geoestratégico para esses dois monarcas, o Afeganistão caracterizava-se como verdadeira cunha, em território extenso e estreito, autêntico Estado-Tampão entre os Impérios Russo na Ásia e Britânico na Índia. Um Afeganistão, pois, que nada mais era e passaria a ser do que mero expediente da História.

A rivalidade anglo-russa não terminaria aí; em 1878, por ter recebido em Cabul uma missão russa, o rei Shir Ali foi deposto pelos ingleses e substituído por Yakub Kā. Eis, porém, que uma revolta dos afgãos e o consequente massacre de ingleses (1879) poria fim à segunda fase da história desse país sem nação, que ficaria até o término da Primeira Grande Guerra na categoria de simples protetorado da Inglaterra (Tratado de Gandamark).

Aproveitando-se das dificuldades da Inglaterra no Primeiro Conflito Mundial e das vicissitudes da Rússia às voltas com a Revolução Comunista, o rei Amanulah consegue fazer a independência do Afeganistão, reconhecida em 1924 pelos ingleses.

O mesmo desejo que o Irã, também monarquia independente, teria na época em modernizar-se, contagiaria o rei Amanulah. Mas a islamização colocar-se-ia frontalmente contra a ocidentalização desse monarca que teve, em 1929, o mesmo destino que iria ter o Xá do Irã, cinqüenta anos depois (1979) — foi deposto.

A modernização seria detida enquanto um chefe tribal, Nadir Xá, se nomeava rei do Afeganistão. Nessa terceira fase da história afgã o país passaria a girar na órbita soviética.

A Rússia passou a manter conselheiros e forte presença militar neste país desde a década de 40. Em novembro de 1940, quando estava ainda em vigor o Pacto Germano-Russo de não agressão (assinado em agosto de 1939), Viatcheslav Molotov, então Ministro do Exterior da Rússia, afirmava que tudo iria muito bem "desde que a área ao sul de Batum e Baku, na direção do golfo Pérsico, fosse reconhecida como centro das aspirações soviéticas" ("Nazi-Soviet Relations, 1939-41: Documents from the Archives of the German Foreigns, Office" — Departamento de Estado — Washington, 1948 pág. 257).

Quando da invasão alemã na Rússia (agosto de 1941) tropas anglo-russas invadiram o Irã mostrando que seus interesses iam muito além do Índus, bem ao sul de Batum e ultrapassavam o Afeganistão.

Como ocorreu durante o Primeiro Conflito Mundial, o país foi dividido, cabendo à Rússia dominar as províncias do norte, já que, muito mais que o Afeganistão, o Irã se transformara em importante via de escoamento de armas estadunidenses enviadas ao governo de Moscou.

Assim, após a Segunda Guerra Mundial, obrigados a se retirar do Irã, viram os russos, muito a contragosto, ter início a influência estadunidense no país. Enquanto no Afeganistão o filho de Nadir Xá, Zahir Xá, se aproximava da Rússia para garantir suas fronteiras em face de outro país que despontava no cenário geopolítico — o Paquistão.

Esse mesmo Zahir Xá, pro-soviético, deposto em 1973, entregaria o poder a Mohamed Daud, seu primo, que estabeleceu o regime republicano no Afeganistão.

Surgiria então uma autêntica república de chefes feudais manipulados pela Rússia, que não parou mais de desfachar golpes e contra-golpes. Foram assim, oficiais afegãos, treinados na Rússia e seus próprios treinadores russos que depuseram Daud em 1975. Levaram então ao poder Mohamed Taraki, que, em menos de três meses, conseguiu perto de 25 acordos com a Rússia.

Em 1978, quando o célebre Tratado de Amizade levava o Afeganistão oficialmente para a esfera de domínio soviético, os chamados elementos reacionários resolveram agir. Assim, Hafizullah Amin conseguiu num golpe sangrento apoderar-se do governo mandando matar Taraki. Esse mesmo Amin teria por pouco tempo o poder (julho de 1978 a dezembro de 1979), pois, embora se mostrasse pró-soviético, foi derrubado pela Rússia.

Quanto tempo resistirá o seu sucessor Sabrak Karmal? Sabemos que o poder dos "mullahs" e senhores feudais no Afeganistão se sobrepõe, desde a Segunda Grande Guerra, aos canhões e ao poderio russo.

Sabe-se que há um movimento rebelde dominando as 22 das 28 províncias que compõem o Afeganistão. Esse movimento antes de ser direitista é, na realidade, um processo natural de islamização do país que já atingiu seus vizinhos — o Irã e o Paquistão. Movimento que no Afeganistão é dirigido por duas organizações: a Jamaat-i-Islami, de tendência republicana, apoiada pelo Paquistão e a Herz-i-Islami, que pretexts colocar no trono Zahir Xá vivendo em Roma desde 1973 quando foi deposto.

Para se entregarem a uma ação mais efetiva, as duas facções se uniram (março de 1979) na chamada Frente de Libertação Nacional, que já declarou o "jihad" (guerra santa) contra o marxismo.

Para os russos a consolidação de suas posições no Afeganistão é de suma importância, não somente por questões de ordem externa mas, em especial, por motivos de ordem interna. É que no Afeganistão, país com cerca de 650.000 km² (equivalendo à área de nosso Estado de Goiás), vivem cerca de 20 milhões de habitantes formando um intrincado mosaico étnico e muitos grupos desse mundo que se quer islamizar estão dentro da Rússia, em sua Ásia Central.

2 – O Problema das Minorias

Sabendo que deveriam evacuar o Irã, tão logo acabou a Segunda Guerra Mundial (dezembro de 1945), os russos procuraram esfacelar o país criando a República Autônoma do Azerbadjão e a República Popular Curda, que, no entanto, não vingaram.

De todas as minorias étnicas os curdos são sunitas contrastando com a maioria xiita existente dentro do Irã. No Irã os curdos ocupam a região ocidental e se espalham para o interior da Turquia, do Iraque, da Síria e da própria Rússia.

São cerca de 11 milhões de pessoas que formam uma nação mas que não se estabeleceu geopoliticamente como país. Têm sua língua, seus trajes típicos, costumes e folclore, não tendo conseguido manter seu país que surgiu meteoricamente após a Segunda Guerra Mundial. Daí os curdos se constituirem num foco de irredentismo na zona nevrálgica do golfo Pérsico.

Suas aspirações têm sido sufocadas sobretudo em Saveh, onde curdos e pasdars se enfrentam. Os pasdars são xiitas recrutados pelos mullahs do ayatollah Khomeini que também combateram cerca de 1 milhão de sunitas estabelecidos no Kuzestão, província petrolífera do Irã, na fronteira com o Iraque.

Os curdos, como as minorias do Kuzestão, não conseguiram vencer as tropas de Khomeini; embora islâmicos concorrem para a contra-revolução, podendo, se vitoriosos, contagiar as minorias que estão dentro das fronteiras soviéticas.

Os 5 milhões de tadjiques, que habitam o norte do Afeganistão, estão como os curdos separados por fronteiras políticas que lhes rompe a unidade geohistórica. Assim, além de cidadãos afgãos são também integrantes da República Soviética do Tadzhiquistão.

A seu lado estão nas mesmas condições os usbeques, tanto os afgãos quanto os que pertencem à República Soviética do Usbequistão. São cerca de 1 milhão de usbeques que, como os 500 mil kirquises e turcomanos, têm também seus irmãos do outro lado da fronteira soviética.

Nessas condições, permitir a islamização do Afeganistão será fomentar o alastramento das idéias corânicas para dentro das fronteiras soviéticas. Será permitir a desagregação do Império Russo na Ásia Central.

Mas, apoiar os putsus, com cerca de 8 milhões de pessoas, que, por serem mais numerosos e mais fortes, conseguiram impôr a sua língua como idioma oficial no Afeganistão, é também uma temeridade, uma faca de dois gumes para a Rússia. Isso porque, embora não possuam irmãos seus dentro da União Soviética, possuem-no no Paquistão, que, independente desde de 1947, abriga 4 milhões de putsus. O Paquistão se encontra em vias de islamização como o Irã, onde vivem os beluchis, na província do Beluchistão e que contam com cerca de 5 milhões de irmãos no Afeganistão.

Em quem, pois, se apoiar a Rússia? Tantas etnias, tantas línguas diferentes sobretudo no Afeganistão, de importância vital na geoestratégia soviética... Sim, porque o Afeganistão, onde a Rússia desorientada vem promovendo golpes e contragolpes desde 1973, é, na realidade, o corredor de acesso em direção ao Índico, até bem pouco tempo um lago estagnado no âmbito das Relações Internacionais. Embora país sem litoral, o Afeganistão poderá chegar ao golfo Pérsico se sair vitoriosa a luta dos beluchis que, lutando com armas e apoio russo, pretendem formar a República do Beluchistão.

A região parecia ter simples interesse periférico para Moscou, depois da Europa, China e do próprio Oriente Médio. No entanto, a partir dos anos 70, quando criada a OPEP, que começou, para defender os seus interesses, a tomar medidas prejudiciais ao Ocidente, e a despeito de serem países pertencentes ao sistema capitalista, a Rússia começa a reagir aos acontecimentos em vez de gerá-los.

Mas acreditamos não ser tão fácil a investida da Rússia no Afeganistão, mesmo defensora de minorias étnicas; nessa área conturbada os que desejam a islamização contam com o fator experiência — são produto de uma terra hostil e montanhosa, onde a guerra tribal e interferências externas foram tônica constante.

As guerras que os ingleses enfrentaram no Afeganistão no século XIX terminaram em pequenas vitórias militares que a resistência nativa ofuscou. Se os ingleses, no passado, contaram com problemas de comunicação e suprimento, os russos, atualmente, comparados o momento e as novas técnicas, também enfrentam sérias dificuldades; dificuldades impostas pela ausência de ferrovias e rodovias no Afeganistão. Montando campanha nesse país, em ponte aérea que levou e levará grande número de soldados russos, além do efetivo maciço de divisões, a doutrina militar de Moscou, num caso de revés, não titubeará em usar o gás e armas biológicas que a perigosa guerra bacteriológica vem aprimorando.

Mas valerá a pena num jogo de influências que visa ao Índico, pelo qual se transportam aproximadamente 70% do petróleo mundial, e por onde trafegam superpetroleiros com 85% do produto indispensável consumido pelo Japão. O Índico é oceano de zona fragmentária que põe em contato numerosos países subdesenvolvidos desde a costa oriental da África até o Sudeste Asiático. Oceano que vai se firmando como via marítima de grande importância geoestratégica a partir da década dos 70, sobretudo quando as armas correram para lá quando das guerras indo-paquistanesa (1971) e árabe-israelense (1973).

Nesse jogo difícil do golfo Pérsico, a Rússia tem que esgotar todos os seus trunfos para vencer; é que os chineses não vacilarão em se aproveitar de um impasse militar soviético, do mesmo modo que as Repúblicas Islâmicas Soviéticas, como ainda os satélites do leste europeu, ansiosos por se livrarem das garras de Moscou.

Seria a desagregação do Império Russo, do mesmo modo que, ao se iniciar o século XX, a derrota dos russos frente ao Japão contribuiu para a queda do czaismo.

Está, pois, em jogo o Império Russo Asiático constituído por uma série de tratados que foram dos anos de 1858 até 1864 qualificados por Marx e Engels como “covarde expoliação” e contra os quais não só a islamização reclama mas, sobretudo os chineses, na mais longa fronteira do mundo.

3 — Áreas Vitais

Na periferia do epicentro nevrálgico, por questões vitais, notamos os interesses russos voltados para a Ásia Meridional na seção Índico—golfo Pérsico.

Embora procure manter relações amistosas com a Grécia e Turquia, países-chave na rota dos navios russos que demandam o Mediterrâneo via canal de Suez, afrouxaram, em parte, o relacionamento com países-membros da Frente de Rejeição à iniciativa de paz Egito—Israel.

O rompimento Iraque—Síria, os dois países do Oriente Médio mais bem aquinhoados pela Rússia, gerou a recepção fria dada pelo Kremlin ao presidente sírio Hafez Assad, que visitou Moscou em fins de 1979. Bem diferente foi a recepção dada pelo governo russo a Abdel Fatah Ismail, do Iêmen do Sul, que pusera à disposição de Moscou a estratégica base de Aden em ponto-chave na junção mar Vermelho—Índico.

Aí se encontra o estratégico estreito de Bab-el-Mandeb sob a mira do Iêmen do Sul, no triângulo insular Perim, Socotra, Kúria-Múria, dominando o golfo de Aden. Contrabalança o posicionamento de Omã, cujo sultão Kaboos se vem mostrando pró-ocidente, oferecendo na ilha de Masira estratégica base para os Estados Unidos, cobrindo, pois, a passagem pelo estreito de Ormuz na junção golfo Pérsico—Índico.

a) Iêmen do Sul

No Iêmen do Sul a influência soviética se acentuou notadamente a partir de 1978 com o golpe de estado que culminou com o assassinato de Ahmed Ali Gashmi, presidente do Iêmen (do Norte), no qual se procurou envolver o presidente do Iêmen do Sul — Salim Robaye Ali. Tudo, porém, parece ter sido forjado, já que na realidade se traduzia em divergências, dentro do próprio Iêmen do Sul.

Nesse país, com 290.287 km² (equivalendo ao nosso Estado do Rio Grande do Sul), situado na costa meridional da península Arábica, que se tornara inde-

pendente da Inglaterra em 1967, o cenário político vinha sendo dominado por Robaye Ali, líder desde a fase do nacionalismo anti-britânico. A "ajuda russa" se fizera logo presente após a independência, e o "dirigismo" se manteve até o se intensificar da guerra Etiópe-Somali na Cornucópia Africana, para onde Robaye Ali fora pressionado a enviar soldados seus para lutar ao lado de cubanos. Notava-se então que o "grau de convicção socialista" de Robaye Ali vinha decrescendo; sustentava ele que o "processo socialista devia ser bem mais moderado" para que o Iêmen do Sul pudesse ser melhor aceito no conjunto de Estados da península Arábica. Na oposição se puseram logo o Primeiro Ministro Ali Nasser Mohamed e o então Secretário da Frente Nacional de Libertação — Abdel Fattah Ismail; ambos eram favoráveis ao incremento do processo socializante e da maior aproximação com a Rússia. Justifica-se, pois, dentro da política soviética, o golpe de estado que a Rússia provocou em julho de 1978 no Iêmen do Sul e o fuzilamento de Robaye Ali para a manutenção dessa área de grande valor estratégico na esfera de controle comunista.

b) Etiópia

Outra área vital para a Rússia, mas já do outro lado do mar Vermelho, é a Etiópia com 1.184.600 km² (comparando-se à área do Estado do Pará), até bem pouco tempo cercada por vizinhos inimigos. No entanto, em fins de 1979 o presidente do Sudão, Jaafar Numeri, que sempre se mostrou aliado de Sadat do Egito, em troca de maior segurança se aproximou de Mengisto Hailé Marien da Etiópia, prometendo expulsar de seus territórios os guerrilheiros da Frente de Libertação da Eritréia.

c) Iraque

Beneficiário do vácuo do poder deixado pelo Irã, agora em situação caótica no golfo Pérsico, o Iraque com 444.442 km² (semelhante aos nossos Estados do Paraná e S. Paulo) se transformou na principal força organizada dessa área vital.

Em outubro de 1959 o presidente iraquiano Saddam Hussein foi o primeiro dirigente árabe a romper com a revolução islâmica, desconfiado com o "fundamentalismo" do ayatollah Khomeini.

Desde 1972 o Iraque passou a girar na órbita soviética, recebendo de Moscou 90% do armamento com que se defende sobretudo em conflitos na fronteira iraniana. Mas, no país, o relacionamento entre o Partido Comunista Iraquiano e o Baath, coalisão que ocupa o poder atualmente, tem sido violento. Assim, em maio de 1978 foram executados em Bagdad 21 oficiais do exército, membros do PCI. Respondendo aos protestos de 10 partidos comunistas de países árabes, o governo iraquiano se manteve firme em sua posição declarando que não considerava o PCI como adversário, mas que também não tolerava tentativas de engajar as Forças Armadas em atividades políticas. A realidade, porém, não era bem essa, pois novas execuções foram levadas a efeito em novembro de 1978, já no meio civil, quando

Golfo Pérsico : Epicentro Nevrálgico

membros do PCI tentaram infiltrar-se nos Ministérios da Educação e no de Informação e Planejamento.

Na realidade os baathistas não confiam nos comunistas por várias razões e a principal delas reside no fato de considerá-los como instrumento de conspiração de superpotências. Nota-se que as investidas do PCI em 1978 só serviram para enfraquecer a posição soviética no Iraque, que procura pôr em prática uma efetiva política regional.

Procura competir com a Arábia Saudita, e com esse objetivo, vem aumentando seus laços comerciais com o Ocidente; em 1978 as importações iraquianas do bloco soviético caíram de 25% para 9%. Além de procurar através de tratados fazer incursões pela área de influência econômica da Arábia, tem o Iraque procurado atrair também os antigos clientes do petróleo iraniano, passando seu comércio com os Estados Unidos a atingir anualmente cerca de 500 milhões de dólares.

Eis, pois, no Iraque, pelo menos a longo prazo, mais uma área vital no perturbado golfo Pérsico que poderá preocupar a Rússia.

Para contrabalançar a ligeira guinada do Iraque, Moscou procura ganhar tempo e agir subrepticiamente no Iêmen (do Norte), área vital nesse estreito de Bab-el-Mandeb, que tem apenas 48 km de largura, enquanto o míssil de superfície a superfície do tipo STYX tem um alcance de 40 km.

Mas, em termos estratégicos a Rússia já possui a sua cabeça de ponte nessa área vital, em Aden, no Iêmen do Sul, que foi visitado em maio de 1978 pelo Almirante Sergey Gorshkov e que afirmou servirem as instalações russas para "demonstrar o poderio econômico e militar de um país muito além de suas fronteiras" (S. G. Gorshkov — "The Navy in War and Peace" — Morskoy Sbornik nº 12 — Moscou, 1972 — pág. 16).

d) Irã

A política externa russa, na consecução de seus objetivos de instalar "glacis defensivos", tem sido bem mais eficiente que a dos Estados Unidos, que vêm num constante recuar.

Por ocasião dos avanços russos em 1978 acentuavam-se, coincidentemente, os protetos dos mullahs e implícita parceria dos comunistas contra o regime ocidentalista do Xá Mohamed Rheza Pahlavi, então à frente do mais antigo império do mundo.

A Dinastia Pahlavi chegou ao poder após o governo de Rheza Khan, que, pendendo para o lado russo numa disputa com a Inglaterra, liderou um golpe de estado comandando 2 mil cavaleiros (1925). Foi rápido o período tumultuado do governo de Rheza Khan, ex-pastor de ovelhas, militar de carreira fulminante durante a Primeira Guerra Mundial. Isto porque ocupou o trono do Irã, bastante ameaçado por dissidências tribais, e que, tal como seu vizinho, o Afeganistão, se caracterizou pela ocupação estrangeira.

Nessas condições, a 25 de abril de 1926, o trono era entregue a Reza Pahlavi, que procurou envolver o Irã em pronunciada modernização. Porém, considerado pró-alemão durante a Segunda Guerra Mundial, foi obrigado a abdicar em favor de seu filho, o então jovem Mohamed Reza Pahlavi (1941), quando mais uma vez a Rússia e a Inglaterra procuravam dividir o país em zonas de influência, tal como já haviam feito em 1906.

O reinado de Mohamed Reza Pahlavi, entrecortado pela crise provocada por Mossadegh (1952-53), se manteve até 1979, oscilando entre a "subversão vermelha" dirigida pelos comunistas e a "reação negra", assim chamada por se relacionar com a cor dos trajes religiosos dos muçulmanos xiitas.

Procurou o governo Pahlavi modernizar um país com 1.650.100 km² (área comparada a do nosso Estado do Amazonas) onde somente 1/3 das terras não são desérticas ou montanhosas e a tarefa não foi tão fácil. Assim, embora a "revolução branca", ou período de reformas de um governo forte, tenha trazido melhoria ao país, os benefícios desigualmente distribuídos favoreceram a escalada da oposição; sobretudo quando a SAVAK, polícia secreta do Xá, passou a atuar menos a partir de 1970, quando o desenvolvimento econômico levou o governo a uma "abertura democrática".

No final da década de 60 o Irã tinha uma das economias de maior crescimento. Com o aumento dos ingressos do petróleo, cujo preço praticamente quadruplicou, o governo atacou abertamente o problema da industrialização (usinas siderúrgicas e petroquímicas), aumentando ainda mais os desníveis sociais.

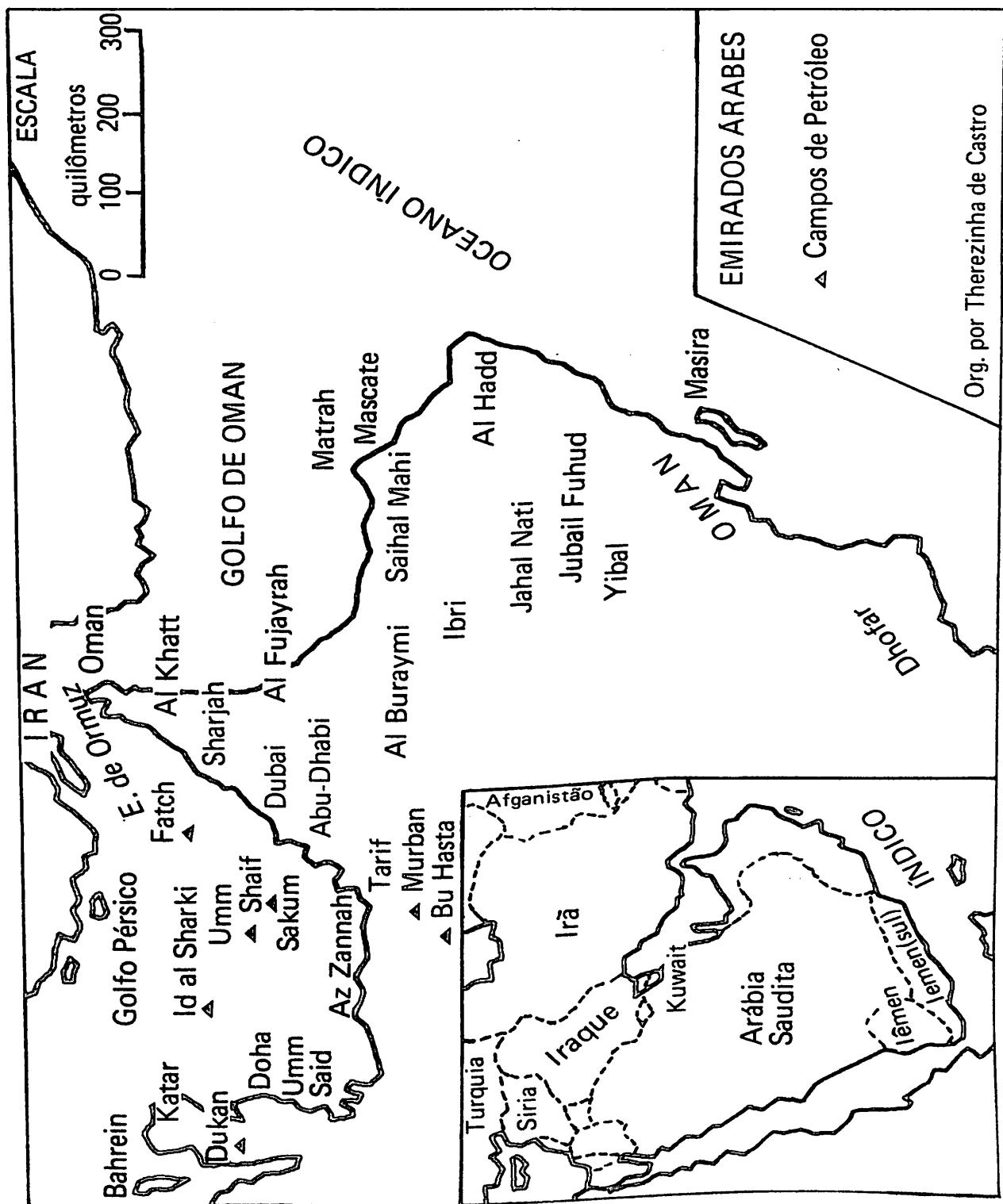
Socialmente falando houve uma migração maciça do campo para a cidade, que a própria reforma agrária, aprovada por referendum em 1963, não conseguiu deter; assim, o Irã, de exportador passou a importador de alimentos. Em contrapartida os complexos industriais, desarticulados entre si, ficaram numa dependência quase que total do exterior, por não terem podido absorver a mão-de-obra iraniana, suficiente mas eminentemente desqualificada.

Valendo-se desses revéses a oposição conseguiu pôr fim ao governo do Xá, num país rico em reservas de gás natural, com muito ferro, carbono e cobre, além do petróleo, e que sobrevivia importando para poder exportar.

A liberalização ou "abertura democrática" levada a efeito pelo Xá, permitindo, sobretudo, a partir de 1976, a organização de partidos e suprimindo a censura, levou o clero xiita a liderar a oposição; oposição que até então se vinha fazendo na clandestinidade, sob a liderança do ayatollah Khomeini, expulso do Irã depois da queda de Mossadegh.

Conseguiram os xiitas ofuscar o êxito de agitadores comunistas quando estes procuraram conquistar o povo iraniano valendo-se dos desníveis sociais. Dentro, pois, da conjuntura atual iraniana, só por outros meios mais drásticos (tal como ocorreu no Afeganistão), poderá esse país, tão bem posicionado no epicentro nevrálgico do golfo Pérsico, escapar ao destino que lhe vaticinou Kruschev ao dizer: "O Irã é uma maçã podre, e tudo o que temos a fazer é esperar que caia em nossas mãos".

Golfo Pérsico : Epicentro Nevrálgico



Nessas condições, a queda do Xá Mohamed Pahlavi ou de seu governo nitidamente pró-ocidente foi, pelo menos até o presente momento, em grande parte uma "vitória de Pirro" para a Rússia; pois, aparentando fazer causa comum com os movimentos comunistas, os xiitas consideram, na prática, o marxismo também como grande inimigo do islamismo.

Por ora, os xiitas iranianos procuram conter a transformação social causada pelo "boom do petróleo" e a industrialização. Os objetivos do ayatollah Khomeini não são em nada parecidos com os de Gamal Abdel Nasser que em seu livro "A Filosofia da Revolução" (1955) preconizava um pan-islamismo com idéias corânicas adaptadas ao socialismo.

e) Península Arábica

Com a islamização do Irã, o único bastião ocidental na área conturbada do golfo Pérsico parece ainda ser representado pela Arábia. Mas o ataque terrorista levado a efeito contra Meca, a cidade santa do Islã, em fins de 1979, levou numerosos sheiks e emires a procurarem manter-se afastados de compromissos internacionais, sobretudo em se tratando do "satanás ocidental".

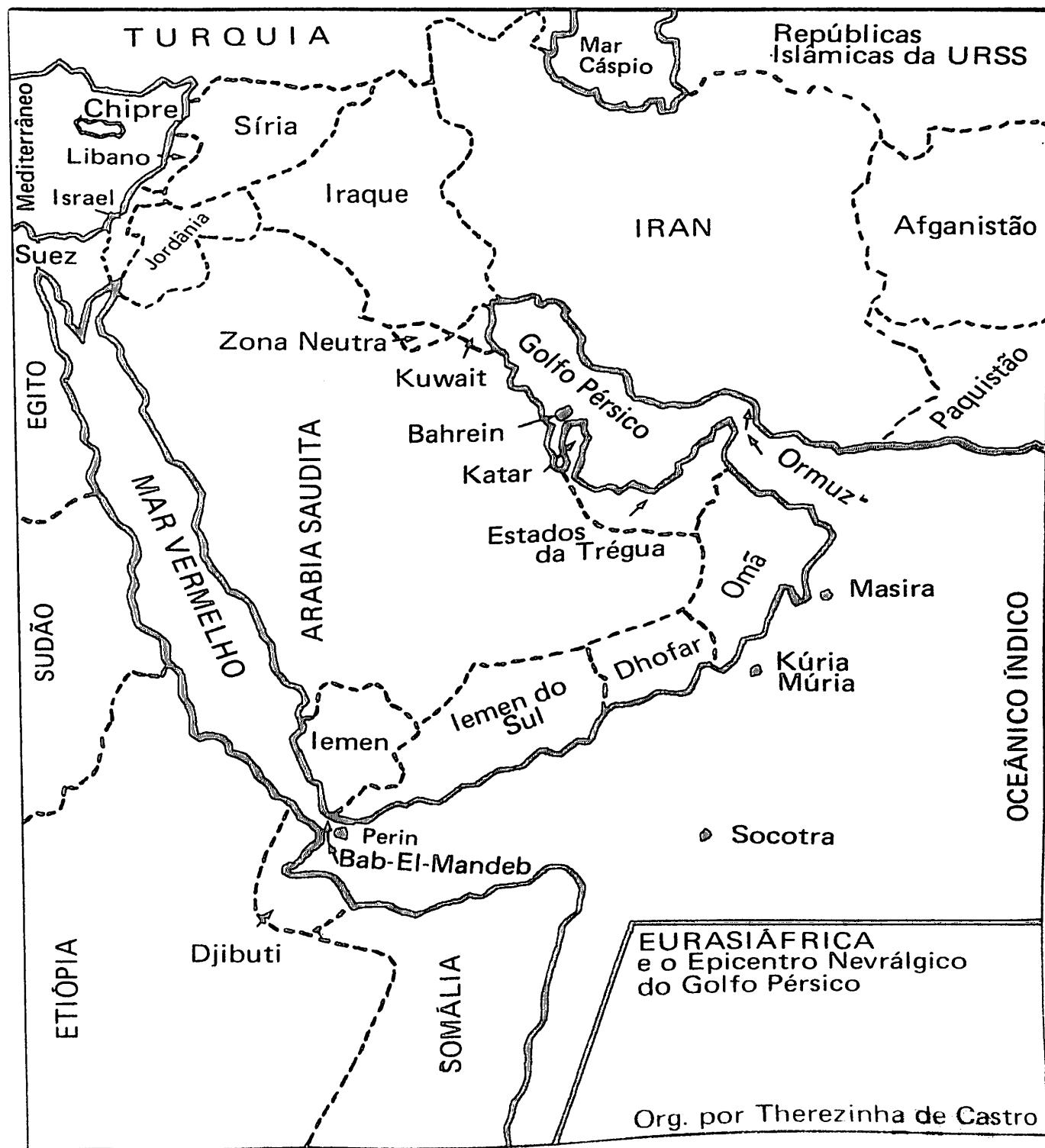
Uma das provas mais contundentes foi a notificação que se seguiu aos Estados Unidos por parte do Bahrein, emirato-ilha no golfo Pérsico, de que a Marinha estadunidense não poderá mais utilizar seus direitos de atracação no porto em caso de ação hostil dirigida contra países da área. Note-se que se encontra no Bahrein a base destinada ao abastecimento dos 5 navios que compõem a Força Tarefa dos Estados Unidos no Oriente Médio.

Nessa área do Bahrein, onde a instabilidade é a tônica, a Arábia é envolvida no litoral do golfo Pérsico por outros minúsculos Estados — o Abu-Dhabi, o Sharjah e o Dubai, Emirados Árabes, ou simplesmente Estados da Trégua (desde 1853), além do Katar, o maior de todos com apenas 22.015 km² correspondendo à área de nossa ilha fluvial de Bananal.

A rivalidade nessa região vem desde 1833 quando membros da tribo dos Banyas, deixando Abu-Dhabi, devido a disputas com outros grupos, ocuparam a área que constitui hoje o Dubai. Até 1966 o Dubai era região conhecida por exportar pérolas; com a descoberta do campo petrolífero de Fateh, em águas territoriais, entrou como os demais na política dos petrodólares, muito embora suas reservas, estimadas em 1.300.000.000 de barris, correspondam a apenas 1/10 da produção de seu eterno rival, o Abu-Dhabi.

No entanto, o peso mesmo nessa área vital pende para a Arábia Saudita, que, com seus 2.253.300 km², mede o dobro de nosso Estado do Amazonas. Ocupando quase toda a península Arábica, estendendo-se do Mar Vermelho ao golfo Pérsico, posiciona-se em área de manobra cruzada do avanço comunista. Embora se mantenha pró-ocidente sentiu-se forçada a não aceitar a aliança proposta por Washington, que, em maio de 1979, lhe ofereceu proteção. Sabem os sauditas que é muito utópica a proteção de um país como os Estados Unidos, que abandonaram

Golfo Pérsico: Epicentro Nevrálgico



Formosa e Angola ao seu próprio destino, e nada fizeram para impedir a revolução islâmica do ayatollah Khomeini, que acabou anulando seu aliado Irã.

Nessas condições, vemos que para a Rússia o imperialismo não tem barreiras, sobretudo quando se trata de defender seus interesses no âmbito das Relações Internacionais. Quanto aos Estados Unidos, o entrave da democracia, trazendo a reboque o que se convencionou chamar de direitos humanos (esquecendo-se sempre os deveres), e a doutrina da não intervenção, vem promovendo a sua desmoralização no âmbito das Relações Internacionais.

As regras do jogo são muito desiguais dentro do que se chama de zona de influência política dos dois blocos. Nesta conjuntura nota-se o nítido avanço do Oriente e o contínuo recuo do Ocidente.

Há pouco mais de quatro anos os Estados Unidos eram influentes no litoral que se estende do Mar Vermelho ao golfo Pérsico, áreas vitais na rota do petróleo. Hoje é a Rússia que se mantém pelo menos numa posição mais cômoda, mais forte é a sua ação no âmbito das Relações Internacionais. Ação que a levou a não titubear em intervir prontamente no Afeganistão, pouco lhe importando a opinião pública mundial; em nítido contraste com os Estados Unidos, que se desmoralizam, se desgastam e se auto-destróem no Irã, onde se abstiveram de uma ação armada para libertar os reféns que iranianos do ayatollah Khomeini mantêm desde novembro de 1979 na própria embaixada estadunidense de Teerã, considerada internacionalmente território inviolável.

V – CONCLUSÃO

O espaço que o mundo islâmico ocupa no meio dos três continentes do chamado mundo antigo, leva-nos a considerá-lo como um continente intermediário. Assim, o mundo islâmico separa as regiões inter-tropicais e o ocidente temperado; todas as comunicações diretas entre a África Negra e o Extremo Oriente passam por países muçulmanos. A Segunda Guerra Mundial demonstrou a importância geoestratégica desse espaço, já que foi através dele que passou a parte do abastecimento para o front soviético, sendo nele também travadas batalhas decisivas como a de El-Alamein.

Como fé global, o islamismo envolve uma população calculada em cerca de 900 milhões de pessoas, das quais 40 milhões estão dentro da Rússia, incluindo-se a cifra de 3 milhões de negros nos Estados Unidos. Envolvidos com as grandes potências não podem ser outrossim esquecidos os 30 milhões de muçulmanos que vivem na China.

Em se tratando de terras contínuas, o mundo islâmico é bem mais extenso do que o mundo árabe, pois se estende desde o oceano Atlântico através da África do Norte e passa pelo Oriente Médio atingindo o próprio coração da Ásia. Espaço esse centrado no golfo Pérsico.

Aí, nesse epicentro nevrálgico, se instalaria importante centro do imperialismo islâmico — Bagdad. Este teve suas origens na área contígua da península Arábica com o Estado Teocrático fundado por Maomé em Medina (622).

No âmbito do mundo islâmico os interesses econômicos estão e estiveram sempre ligados aos estratégicos. E, coincidentemente, foi na zona estratégica que se envolve no golfo Pérsico que começaram a se chocar as políticas petrolíferas dos grandes países; política petrolífera antecedida pelos ajustes financeiros de grupos econômicos interessados em empreendimentos ferroviários.

O centro inicial de interesse foi a concessão para uma sociedade alemã da construção de uma rede ferroviária com mais de 4.000 km, que devia ligar a Anatólia (Ankara e Koniah) ao golfo Pérsico. A Companhia da Estrada de Ferro de Bagdad pôs em choque a Rússia e a França.

Quando, em 31 de agosto de 1907, o Acordo Anglo-Russo dividiu esse epicentro nevrálgico em zonas de influência, foi estabelecida uma área neutra em torno do golfo Pérsico. A despeito dessa zona neutra houve preocupações de ordem política-estratégica; à Inglaterra, por exemplo, não interessava a construção da ferrovia que de Teerã atingisse o golfo Pérsico, visto que uma base naval russa neste local constituiria uma ameaça para a segurança da Índia.

Aos poucos, os interesses ferroviários foram sendo ultrapassados pelos interesses petrolíferos; isto à medida em que o petróleo se transformava numa fonte de energia indispesável, ao substituir progressivamente o carvão, por ser não só mais barato como mais fácil de transportar.

Ainda durante a Primeira Guerra Mundial o carvão era o combustível básico para mobilizar as frentes de combate. Com o desenvolvimento da aviação e dos tanques do exército, o obsoleto coque foi substituído por combustíveis líquidos; do óleo diesel do carvão, que marcou a primeira etapa, se chegou ao petróleo, bem mais eficaz para assegurar o funcionamento dos motores, das fábricas industriais, dos aviões, dos automóveis, etc. Com relação à energia nuclear, bem mais cara, falta-lhe muito ainda para que possa vir a desafiar o "ouro negro", cujo foco de distribuição se concentra exatamente na área contígua ao golfo Pérsico, onde estão os mais ricos países em petróleo, cuja instabilidade se reflete em todo o mundo.

*...a Argentina, se não tinha
equipamento de visão noturna, por outro lado dispunha
de aviões modernos, como os Super Étandard,
e de mísseis avançados, como o Exocet...*

Nilson Vieira Ferreira de Mello

Cel Cav R/1

abril de 1982



O CONFLITO DAS MALVINAS E SEUS ENSINAMENTOS

Nilson Vieira Ferreira de Mello

A recente campanha das Falklands ou Malvinas foi pródigo em ensinamentos, mormente para os países sul-americanos. Nela, forças numericamente inferiores e extremamente distantes de suas bases de apoio, enfrentando condições climáticas e meteorológicas adversas, foram capazes de realizar delicadas operações de desembarque, de marcha para o combate e de ataque e, com elas, obter rápida e completa vitória.

A que se deve, afinal, este êxito? Certamente a um conjunto de circunstâncias, entre as quais sobreleva a superioridade tecnológica dos britânicos sobre os argentinos. Esta superioridade fez-se particularmente notável na disponibilidade inglesa de aeronaves mais avançadas (tais como os aviões de decolagem vertical), de melhores

sensores de deteção submarina e — talvez o mais importante de todos — na capacidade de suas tropas de "enxergar no escuro". Como se sabe, quase todos os ataques ingleses foram montados à noite e desencadeados "antes" do nascer do sol. E isto pode ser feito porque seus fuzileiros, em terra, e as tripulações dos seus helicópteros, no ar, dispunham de equipamentos adequados de visão noturna. Isto os capacitava a ver o que os seus adversários não viam, sem denunciar suas posições e intenções.

É fácil imaginar a situação de inferioridade do combatente argentino, alvejado sem poder responder eficazmente ao fogo que o hostilizava. Criava-se, assim, no seu espírito, uma sensação psicológica próxima do pânico que, sem dúvida, há de ter contribuído para a

rendição em massa das forças platinas.

Este recente episódio de "guerra moderna", envolvendo um país continental e uma potência europeia altamente industrializada, certamente está a merecer estudo e análise de quantos se interessam pelos problemas de segurança. Afinal, a América do Sul e o oceano que a banha, que antes se supunham infensos a este tipo de conflito, estão agora tão vulneráveis como qualquer outra parte "quente" do mundo. Aliás, a importância estratégica da área de há muito que se faz sentir. Pelo Atlântico Sul passa o mais denso feixe da navegação internacional constituído, sobretudo, pelos superpetroleiros que transportam o óleo cru da Península Arábica para a Europa e a América do Norte, de vez que o canal de Suez não opera com navios desse porte. Acrescente-se a essa impossibilidade operacional a inconveniência de se utilizar o canal, ainda que por embarcações menores, devido à instabilidade política do Oriente Médio, e tem-se a medida da crescente utilização da rota de contorno do continente africano. Ademais, o acesso à Antártida tem-se mostrado mais fácil pelos extremos sul da América e da África. É por isto que, superpotência mundial, embora totalmente situada no hemisfério norte — a União Soviética vem estabelecendo pontos de apoio na Tanzânia, em Moçambique e em Angola e bases no próprio Continente Antártico, capazes de assegurar para si o controle daquele acesso privilegiado.

Esses fatos todos indicam a conveniência, senão a necessidade urgente, de modernização das Forças Armadas sul-americanas. Registre-se que alguns Estados desta parte do mundo, como o Peru, a Venezuela e a própria Argentina, desde há algum tempo vêm adquirindo, nos produtores tradicionais de material bélico, equipamento moderno para as suas Forças Armadas. A Argentina — se não tinha equipamento de visão noturna no conflito das Falklands/Malvinas, o que lhe foi fatal, por outro lado dispunha de aviões modernos, como os *Super Étandard*, e de mísseis avançados, como o *Exocet*.

O Brasil, cuja opinião pública foi sensibilizada pelas notícias, comentários e entrevistas, veiculados pelos órgãos de comunicação social e abordando o recente conflito entre o Reino Unido e a República Sul-Americana, certamente não se deixará surpreender, tirando do episódio todas as suas consequências e ensinamentos.

As Forças Armadas brasileiras, a despeito das limitações conjunturais de ordem econômica e financeira, estão revendo seus programas de reequipamento, dando ênfase à nacionalização dos materiais e à transferência de tecnologia. Trata-se, evidentemente, de tarefa prioritária, pois a nação que não for capaz de prover sua própria segurança, não merece figurar entre os países soberanos do globo.

Todavia, a justa importância atribuída à nacionalização não deve atingir o extremo de nos impedir de acompanhar a evolução tecnológica, privando-nos de adqui-

rir determinados equipamentos que não temos condições de produzir, desde já. Há que se dosar, intelligentemente, o máximo de nacionalização com o mínimo de acompanhamento tecnológico, parodiando lema governamental de largo uso no País.

Este, talvez, seja o caso dos equipamentos de visão noturna. A nossa situação, quanto a este item, é semelhante à da Argentina "ante bello". Entretanto, nós temos capacidade de, a curto prazo, produzir esse equipamento no Brasil. Consta, mesmo, que firma brasileira estaria desenvolvendo projeto de aparelho de visão noturna, para uso das guarnições de viaturas de combate, com visitas à exportação dessas viaturas. Há, porém, que desenvolver igualmente equipamento adaptável às armas individuais, para uso do soldado brasileiro.

No que tange a este último, há um modelo produzido pela Litton, de Tempe, Arizona (EUA), que poderia ser nacionalizado pela sua representante no Brasil. Trata-se do modelo M-845, equipamento de visão noturna compacto, leve e alimentado a bateria, destinado a permitir a pontaria e o tiro às curtas e médias distâncias, que são aquelas em que, segundo as estatísticas, realizam-se os tiros de combate, em sua esmagadora maioria.

O M-845 aumenta o tamanho aparente do alvo de 1,3 vezes e amplia a luminosidade do ambiente, oriunda do luar ou das estrelas, de 600 vezes e pode ser montado em, praticamente, todos os tipos de armas de combate aproximado, inclusive o nosso FAL. Pesando

apenas 0,91 kg com a bateria, e medindo 27,7 x 7,36 x 6,60 cm, é extremamente portátil, podendo ser usado, também, fora da arma como aparelho de observação e vigilância noturna.

Seu campo de visada é de 12,2 graus e a pontaria é facilitada pela existência de um pequeno ponto vermelho, facilmente ajustável em azimute e direção, que ajuda a colocar a linha de mira sobre o alvo. Completamente passivo do ponto de vista eletrônico, o M. 845 não emite qualquer luz ou som, não denunciando, portanto, sua utilização. A ocular é protegida por um dispositivo que permite a execução da pontaria mesmo com o atirador usando óculos. A bateria que o equipa é de 2,7V com uma vida útil de 40 h de funcionamento. Porém, o mais importante é que esta bateria é do tipo comercialmente encontrado em todo o mundo. Enfim, é um equipamento rústico, desenhado e testado para fins militares, e que permite uma rápida descoberta do alvo e uma acurada pontaria, mesmo em se tratando de atiradores de baixo índice de rendimento.

Quando exercia o cargo de Chefe do Escalão Territorial do Comando da 1ª RM, tive oportunidade de, através de um cadastramento de empresas com vistas à mobilização industrial, tomar conhecimento da existência de firma brasileira capacitada a desenvolver esse tipo de equipamento, e que representa, no nosso País, a acima mencionada Litton americana. Situada no Rio de Janeiro, essa em-

presa investiu, sobretudo, na formação de uma competente equipe de engenheiros e técnicos, muitos dos quais possuem cursos de formação e de pós-graduação realizados nos EUA.

Talvez seja oportuno convocar esse potencial humano valioso para participar da modernização do nosso Exército, desenvolvendo materiais de avançada tecnologia. Recorde-se que a superioridade tecnológica nas Falklands/Malvinas garantiu aos ingleses, não apenas rápida vitória, mas também acentuada preservação dos seus efetivos. Enquanto os argentinos

tiveram 1.000 mortos na campanha, os britânicos registraram apenas 250, ou seja 1/4 dos verificados entre os sul-americanos (dados publicados pela revista *Spectrum*, nº Out/Nov/82).

Assim, a rendição das forças da República Argentina deixou, além do trauma nacional inerente a toda a derrota, mais o saldo dramático da perda irreparável de um número avultado de seus jovens filhos, mortos — quem sabe? — por não disporem de equipamentos de visão noturna que os colocasse em pé de igualdade com seus adversários.



O Cel Cav R/1 Nilson Vieira Ferreira de Mello, natural do Rio de Janeiro, tem os seguintes cursos militares: Formação de Oficial pela Escola Militar de Resende (atual Academia Militar das Agulhas Negras), Curso de Guerra Química, pela Escola de Instrução Especializada, Curso Técnico de Motomecanização, Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais e Curso de Comando e Estado-Maior. É Bacharel em Ciências Administrativas e tem curso de pós-graduação em Jornalismo pela Academia Brasileira de Letras. Até recentemente exerceu a função de Subchefe do Estado-Maior do Comando do IV Exército.

...tudo neste mundo primitivo deveria ser conservado para o bem do mundo civilizado, com a Amazônia transformada no patrimônio da humanidade.

Dai à internacionalização seria um passo...

Therezinha de Castro

Participou do Simpósio sobre
"A Amazônia Brasileira", promovido
pelo Curso de Política, Estratégia e
Alta Administração do Exército,
realizado na ECEME.

março de 1992



AMAZÔNIA — GEOPOLÍTICA DO CONFRONTO E GEOESTRATÉGIA DA INTEGRAÇÃO^(**)

Therezinha de Castro¹

Trata-se de mais uma contribuição para o debate da questão amazônica. Através dela, tradicional colaboradora, que retorna às páginas de *A Defesa Nacional*, apresenta novos dados para reforçar alguns aspectos que não podem ser esquecidos na defesa dos interesses nacionais em relação à cobiçada região.

INTRODUÇÃO

AAmazônia se caracteriza por um conjunto de fenômenos correlacionados entre si, conferindo à área certa unidade. É caracterizada, sobremodo, pela Geografia

Física complementando-se com as Geografias Humana, Econômica e Política.

Fisiopoliticamente, no Brasil, está dividida entre os Estados do Amazônia, Pará, Acre, Rondônia, Roraima, Amapá e Tocantins, limitando-se internacionalmente com a Guiana Francesa, Suriname, Guiana, Venezuela, Colômbia, Peru e Bolívia.

Numa avaliação conjunta espaço-homem, a Amazônia Global se carac-

(**) Selecionado pelo CPrep/ECEME

1 Participou do Simpósio sobre "A Amazônia Brasileira" promovido pelo Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército, realizado de 7 a 10 de outubro de 1991 na ECEME.

AMAZÔNICA — GEOPOLÍTICA DO CONFRONTO E GEOESTRATÉGIA DA INTEGRAÇÃO

teriza pela população rarefeita conforme o quadro que se segue:

Amazônia	km ²	Hab/km ²
Brasileira	4.871.500	1,46
Peruana	764.200	1,32
Colombiana	504.600	0,17
Boliviana	391.600	0,46
Venezuelana	175.700	0,12
Equatoriana	128.700	1,30
Guianense	215.000	3,43
Surinamense	143.000	2,31
Franco-Guianense	81.000	0,64
Total	7.275.000	1,24

Embora na Amazônia Global todos os países se apresentem despovoados, o fator é bem mais acentuado no Brasil por englobar cerca de 70% de sua área.

Excetuando-se a Guiana Francesa, o complexo fisiopolítico se associa no

Pacto Amazônico ou Tratado de Cooperação Amazônica. Instrumento de simples cooperação, o Tratado assinado em 3 de julho de 1978 não promoveu, decorridos mais de dez anos, o desenvolvimento harmônico regional, visto que os países signatários, com seus ecuménos estatais afastados, têm diretrizes difundentes para o Pacífico, Caribe e Atlântico, concluindo-se, pois, que a bacia fluvial não exerceu aí ainda o papel precípua nas comunicações regionais, mantendo apenas as populações ribeirinhas, sem promover a ocupação dos espaços intermediários.

Integrando o complexo brasileiro, a Amazônia se constitui num todo natural denominado Região Norte, envolvendo-se em 45,4% do território nacional. Forma, com a Região Centro-Oeste, nossa área geopolítica neutra, marginalizada e subdesenvolvida, que o quadro seguinte vai ilustrar:

Região	Área (km ²)	População (p/1.000)	População (p/km ²)	No Território Nacional
Norte	3.867.886	10.039,8	2,6	Área Subdesenvolvida
Centro-Oeste	1.952.749	9.184,7	5,7	(64%)
Nordeste	1.548.672	42.822,1	27,6	Área em Desenvolvimento (18%)
Sudeste	924.935	65.558,9	70,9	Área Desenvolvida
Sul	577.723	22.762,3	39,4	(18%)
Total	8.511.965	150.673,8	17,6	(100%)

IBGE — Estimativa População — 1990

Dentro do aspecto contrastante, a Amazônia se constitui na maior região

natural do Brasil e na menos povoada, como área marginalizada forma, com

a Região Centro-Oeste, a segunda maior do país, o núcleo subdesenvolvido da Federação.

Em face da problemática, a Lei 1.806 de 1956, extrapolando os limites políticos dos Estados da Região Norte, criou a chamada "Amazônia Legal", envolvendo a região de transição do Maranhão até o meridiano de 44 graus, bem como o norte dos Estados de Goiás e Mato Grosso, até o paralelo de 13 graus; ocupa, no conjunto, 58% do território Nacional.

Uma vez transferidos esses 58% do território brasileiro para a Europa, nele poderiam ser incluídos 15 países: Portugal, Espanha, França, Bélgica, Holanda, Alemanha, Áustria, Suíça, Hungria, Tchecoslováquia, Iugoslávia, Albânia, Itália, Inglaterra e Irlanda.

Pelas proporções desse gigantesco e exuberante cenário ou mundo a parte, a Amazônia é tema de vasta e polymorfa literatura. É, no entanto, ainda muito mal conhecida, tendo por isso, internacionalmente, uma imagem distorcida.

CARACTERIZAÇÃO

Fisicamente, a Região Norte ou Amazônia se caracteriza por extensa depressão de terras equatoriais formando vasta planície, situada entre o Maciço das Guianas e os primeiros degraus do Planalto Central. É dividida pelo equador terrestre, que deixa a menor e mais acidentada parte ao norte, mas dotando o conjunto de um clima quente-úmido bem regular, donde a pe-

quena diferença entre os meses mais quentes e os mais frescos.

O Amazonas, eixo principal da bacia, é o maior rio do mundo, vindo depois o Mississippi-Missouri e o Nilo. Percorrendo 7.025km, desde o Pico Huagro até o Atlântico, surge no Peru a partir das águas formadas pelo degelo andino. Nasce a 4.000 metros de altitude e, segundo o Instituto Amazônico da UNESCO, distando apenas 120km do Pacífico. É, pois, quase que um canal natural bioceânico que, ao entrar no Brasil, pela cidade de Tabatinga, já corre numa planície de 82 metros acima do nível do mar, faltando 3.200km para chegar ao Atlântico. É, até Iquitos, no Peru, permanentemente navegável em 3.580km.

Recebe mais de 500 afluentes, representando uma via permanente de navegação com cerca de 19.000km, número que se poderá multiplicar várias vezes, levando-se em conta a existência de furos e igarapés, pequenos cursos d'água que, durante as enchentes, unem entre si os lagos e rios, bem como os paranás, pequenos braços de rios que contornam ilhas.

O Amazonas apresenta profundidades que variam dos 20 aos 130 metros e largura que vai dos 96km, na embocadura com o rio Negro, até 1,5km, no estreito de Óbidos.

O volume normal de águas é avaliado em 80.000m³, dando-lhe a categoria de primeiro do mundo em caudal, correspondendo sua vazão à de todos os rios do Planeta. Com sua calha quase paralela ao equador, recebe afluentes dos dois hemisférios da Terra onde as estações se alternam. Sofre,

assim, o fenômeno da interferência, que nada mais é do que a compensação anual que se estabelece entre as encheres dos tributários que vêm do norte e os do sul, onde se formam cachoeiras. Daí o seu potencial hidroelétrico estimado, pelo IBGE, no quadro que segue:

Bacias	Potencial Hidroelétrico (energia firme em NW/Ano)
Afluentes da Margem Esquerda-norte do Amazonas	7.770
Afluentes da Margem Direita-sul do Amazonas	28.393
Amazônica (Total)	36.163
Rio Xingu	10.454
Rio Tapajós	9.610
Rio Madeira	8.170
Rio Tocantins	12.660

Recebendo águas dos Andes, dos afluentes e das correntes aéreas úmidas, a rede fluvial amazônica tem todas as características para se transformar no caminho natural de mais alto valor econômico e social.

A associação climática, topográfica e hidrográfica dotará a área de vasto conjunto florestal, que, além de não envolver todo o complexo amazônico, não é contínuo e se alterna com matas

ciliares, campinas nas várzeas e campos nativos de grande extensão. Por outro lado, todas as eras geológicas se acham aí representadas em quase todos os seus estágios, embora nas várzeas predomine o cenozóico, o período mais moderno.

A multiplicidade de fenômenos se reflete na variedade dos pontos de interesse sobre a Amazônia, despertando paixões científicas, projetando a área aos apetites internacionais. Donde a profecia na frase do discurso que Getúlio Vargas proferiu em Manaus, a 10 de outubro de 1941, quando afirmava que a Amazônia deveria “encerar um capítulo na História da Terra e iniciar um capítulo na História da Civilização”. Assim sendo, a utilização dos recursos amazônicos é um autêntico desafio, quer por suas condições peculiares, quer pela heterogeneidade de seus ecossistemas, múltiplos, únicos e diferenciados.

INTEGRAR PARA NÃO ENTREGAR

Neste fim de século, o mundo internacional descobriu que havia um mundo amazônico, enquanto começava a desvendar o mundo antártico. O eixo Leste-Oeste já dava sinais de que iria falir. Começavam o se delinear eixos Norte-Sul, nos quais o setentrião desenvolvido, industrializado, via que só poderia sobreviver às custas de uma região meridional subdesenvolvida, simples fornecedora de matérias-primas. Os 1º, 2º e 3º mundos, numa reviravolta geopolítica, formavam a

dualidade — uma no norte e a outra no sul. Aos poderes terrestre-marítimo-aéreo vinha se juntar o aeroespacial. Os satélites passavam a vasculhar áreas que pudessem vir a alimentar, com suas prodigalidades, a era de um novo ciclo geopolítico.

Implanta-se então toda uma indústria da mistificação, atribuindo à Amazônia o qualificativo de “pulmão do mundo” e pretensas queimadas na região como responsáveis por buracos na camada de ozônio. Passava daí para o humanitarismo faccioso de que o civilizado espoliava a cultura indígena. Tudo neste mundo primitivo deveria ser conservado para o bem do mundo civilizado, com a Amazônia transformada no patrimônio da humanidade. Daí à internacionalização seria um passo, refletindo a geopolítica do confronto transferida do eixo Leste-Oeste para o Norte-Sul.

Conquistada mas não colonizada, a geoestratégia atual da Amazônia consiste no fato de que é a metade do território brasileiro, legalmente delimitado, que não pode mais sobreviver divorciado da comunhão nacional, condenada como área marginalizada.

E se é fato que o direito da força pode se sobrepor à força do direito, e que só poder controla o poder, temos que nos ater ao fato de que é a desnacionalização o elemento principal que alimenta os apetites internacionalistas. Apetites alimentados por fatores exógenos, mascarados pela dívida externa e pressões ecológicas.

De “inferno verde”, a Amazônia transformou-se no “eldorado”, e este, tão rico quanto despovoado, é, na atua-

lidade, nossa imensa área geopolítica neutra praticamente carente do poder estatal. Urge, assim, a integração da Amazônia ao processo produtivo do país, numa ocupação efetiva, ordenada, adequada e inteligente, fugindo sempre do comportamento invariável e monolítico, que nos faça incorrer no erro de destruir primeiro para reconstruir depois.

OMISSÕES E INTROMISSÕES

Governos e governos se sucedem. O plano federal tem sido pródigo na criação de órgãos e elaboração de planos que ficam no papel engolidos pela burocracia de Brasília. E dizer-se que um dos objetivos para a criação, em 1960, da nova capital brasileira, foi o de servir como plataforma de lançamento para a conquista e povoamento desse interior marginalizado!

As intromissões externas são reflexos das omissões internas. Que o digam: o PDA (Plano de Desenvolvimento da Amazônia), cuja falta de prontidão se atrela à grandiosidade, e o SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia), que superintende desenvolvendo pouco.

Paralelamente, se sucedem projetos e mais projetos do exterior, que começaram a se acentuar a partir de 1850, quando os Estados Unidos, aproveitando-se do fato de estar o Brasil envolvido nas questões do Prata, procuraram fazer com que o nosso governo tornasse livre a navegação no Amazonas. Ao se iniciar o século XX, o “Bolivian Syndicate”, com capitais

ingleses, alemães e estadunidenses, quase consegue instalar um “quisto” de colonização estrangeira na vulnerável região acreana. As intromissões continuaram quer através do Instituto da Hiléia Amazônica, planejado em 1948 pela UNESCO, organismo da ONU, como do Instituto Hudson, com seu projeto de grandes lagos que transformariam o núcleo central da Amazônia num “mar interior”.

Em 1990, caberia à NASA lançar o projeto “Amazônia Global — Missão do Planeta Terra”, elaborado por 551 técnicos e 168 instituições. Dele participaram apenas dois cientistas brasileiros e o INPE (Instituto de Pesquisas Espaciais). O INPA (Instituto Nacional de Pesquisas Amazônicas) nem foi consultado. E, no entanto, existe para a área o Código Amazônico, conjunto de normas disciplinando a ação do poder público na área, e obrigando a consultas ao governo e população locais.

Conseqüentemente, para evitar as omissões e intromissões urge que se efetive o plano de zoneamento ecológico e econômico da Amazônia de moderna colonização, saindo-se do papel e do discurso para a prática de uma realidade.

PESQUISAS E “ACHISMOS”

Coube a Alexandre Henrique Guillerme, o Barão de Humboldt, realizar a primeira expedição científica à Amazônia, em 1802, região que descreve em seu livro *Viagem às Regiões Equatoriais do Novo Continente*

(1799-1804). Devemos a ele o emprego da palavra “Hiléia” para designar a Amazônia e a semente para futuras cobiças internacionais, ao considerá-la como o celeiro do mundo.

A partir de então, surgiria vastíssima e polimorfa literatura, embora, na realidade, o mundo amazônico continue tão marginalizado quanto desconhecido. Por isso, o muito que se inventa contamina não só o exterior quanto o Brasil, onde “ecologistas”, ligados ao setor político, à mídia internacional, aos meios artístico e de comunicação, tomam como lema o fato de que o floresta amazônica está desaparecendo, que os índios estão sendo dizimados, para lançar o brado de que é preciso “salvar a Amazônia”.

Precisamos salvar sim a Amazônia, livrando-a dos descréditos, dos “achismos”, suprindo a carência de cientistas brasileiros, e impedindo o sucateamento das instituições de pesquisa que lutam para sobreviver no local, entre os quais a EMBRAPA, o Instituto Nacional da Amazônia e o internacionalmente conhecido Instituto Emílio Goeldi, completando no ano de 1991 seus 125 anos de experiências.

Os mitos e falárias sobre a Amazônia só podem ser desmistificados através de pesquisas sérias sobre suas riquezas e potencialidades. Assim, o zoneamento geoeconômico e ecológico da região terá que determinar as áreas de preservação, as de utilização de recursos naturais, as de utilização convencional, as reservas indígenas, respeitando-se os multivariados ecossistemas. Os programas deverão ser flexíveis, para que se possam estabe-

lecer metas e ações quando forem adquiridas experiências e cimentados os conhecimentos.

Inexistindo um exército de cientistas nossos, não podem ser contestadas as afirmações tendenciosas dos “achismos” ou da “indústria do meio ambiente”, constituída por pessoas que se hospedam em hotéis “cinco estrelas” da região, para, depois de rápido “doutoramento”, lançarem teses difamatórias. São esses os “doutores” aos quais, ao se lhes perguntar o que é o “buraco negro” de que tanto acusam a Amazônia de formar, por certo hão de responder, tal como a piada do aluno mal informado, de que é o lugar onde se vende o “pó branco”, já que a região de fronteiras abertas e desprotegidas entrou também para a rota do narcotráfico.

O grande desafio para com esse nosso espaço exposto, que compromete o corpo da Federação, é o de atacá-lo de frente como problema geopolítico e geoestratégico, e não unicamente ecológico e indigenista como estão querendo os “achistas”. A utilização dos recursos amazônicos é tão necessária quanto um ajuste na política indigenista de respeito aos seus valores de cultura, sem contudo jamais abdicar da unidade e soberania nacional.

Cabe aqui, pois, esse trecho retirado do *Jornal do Brasil* (3 de novembro de 1974): “A população da Amazônia é sem dúvida muito rarefeita, mas a área não está vazia. Porque não têm sido consultados aqueles que trabalham na Amazônia, que vivem seus problemas além de pensá-los, que encaram a Amazônia não como algum império

recém-conquistado, mas como uma zona que, apesar de tão abandonada, soube manter, através dos séculos, suas características brasileiras, sua cultura brasileira?”

A Amazônia é patrimônio nacional, pois vem mantendo, por mais de três séculos, a cultura brasileira. Deve, assim, ser confirmada como uma terra onde o brasileiro de lá (branco, negro, índio ou mestiço) não continue a ser escravo da natureza e muito menos de estrangeiros. Não nos esqueçamos, sobretudo, de que a Amazônia é uma bola colorida de borracha que o Brasil carrega acima da cabeça, deslumbrando a muitos países que não possuem um balão tão vistoso.

AÇÃO E REAÇÃO

A cobiça internacional vem procurando manter a Amazônia no atraso. Nada de ação... só conservação. Temos que reagir para agir.

Não se pode pensar em desenvolvimento sem transporte e energia. Sem Balbina, tão combatida, Manaus estaria hoje no escuro, a mercê das lâmparinas ou gastando petróleo, bem mais caro como energia.

Para que a Amazônia não se desenvolva, muito vem concorrendo os que divulgam que, com as hidroelétricas, iremos prejudicar a floresta e aos índios. A hidroelétrica de Monte Belo (ex-Kararaô), foi combatida por vários organismos internacionais, porque iria deslocar daí 300 índios. No entanto, esses mesmos órgãos não se manifestaram quando Furnas, construída no

sul, desalojou 30.000 pessoas, e a Barragem de Assuan engoliu monumentos históricos do Egito e modificou o ecossistema em parte do Mediterrâneo.

A região requer, para a conservação efetiva de seu meio ambiente, da colaboração técnico-científica e financeira tanto nacional quanto internacional. Não podendo mais abdicar da complementação das infra-estruturas energéticas e nem das de transporte e comunicações. E, no entanto, como ameaça a tudo isso, contamos com o repúdio de Bush, Presidente dos Estados Unidos, quanto à ligação da Amazônia ao Pacífico e Caribe, através do prolongamento da BR-364 e BR-174.

Embora o grupo japonês Nakasone tenha sido desencorajado por Bush quanto aos custeos do empreendimento, a importância da BR-364 está no fato de que unirá o Acre ao Pacífico, através do porto de Calláo no Peru. Além disso, proporcionará a interligação de seis municípios acreanos à capital Rio Branco, ainda praticamente isolada e sem acesso terrestre durante quase todo o ano. Em face de nossas diretrizes geopolíticas difundentes em direção à Ásia ou costa oeste dos Estados Unidos, uma vez totalmente construída, a BR-364 reduzirá em milhares de quilômetros as distâncias que separam a Amazônia do Oceano Pacífico, permitindo, em contrapartida, o escoamento da produção agro-silvo-pastoril brasileiro de forma competitiva e eficiente. Atualmente, levada essa produção ao porto de Santos, tem ainda que percorrer 25.000km para atingir Yokoama no Japão. Se for embarcada no porto peruano de Calláo

a distância cairia para 17.000km.

A continentalidade de Manaus, muito distante dos portos oceânicos, poderá vir a ser atenuada pela BR-174. Partindo da capital amazonense atravessando Roraima, permitiria o escoamento de produtos locais via portos da Venezuela e, também, do Caribe.

No Pará, estado mais desenvolvido da Amazônia, onde já foram detectadas grandes reservas minerais do país, o problema da ingerência internacional não é tão grande quanto a que ocorre nos estados interiorizados. O que se nota aí é a ausência do Governo Federal, quer na manutenção de rodovias já construídas, quer no atacar o problema da hidrovia Araguaia-Tocantins (2.800km), que dará um porto à também continental Brasília, beneficiando o escoamento, entre outros produtos, de parte da soja, prejudicada com o boicote via Pucalpa-Calláo, da BR-364. Tal hidrovia, dentro do aspecto geopolítico, seria o elemento de integração entre os Estados de Tocantins, Goiás, Mato Grosso, Maranhão e Pará, envolvidos na Amazônia Legal.

Obras como essas se impõem, em face do bloqueio econômico aos nossos produtos como fato real e ameaçador.

Ainda no Pará, onde a Belém-Brasília contribuiu para o desenvolvimento regional, e a Transamazônica foi fundamental para a ocupação do Estado, Tucuruí funciona como a maior hidroelétrica. Assim, no Pará, a reação contra a ação substituiu o problema do índio pelo fundiário, em especial na região do Bico do Papagaio,

onde o problema foi gerado pela imigração dirigida, especialmente de nordestinos, dentro da temática de “dar ao homem sem terra do nordeste a terra sem homens da Amazônia”. Aí o papel desagregador, que vem provocando mortes, é exercido pela Igreja. A mesma Igreja que através do CIMI (Conselho Indigenista Missionário), órgão ligado à CNBB, animou o setor internacional, via Movimento dos Jovens Católicos da Áustria, para que fosse criado o parque indígena binacional (Brasil—Venezuela) a ser ocupado pelos ianomamis.²

Curiosamente o interesse da CNBB foi só para com o ianomamis, cerca de 9.000 pessoas vivendo em tribos rivais de 50 a 120 índios nômades. Índios que vivem numa área rica em ouro, diamante, estanho, zinco, cobre, chumbo e urânio. O pretenso sentimento preservacionista de cultura ignorou inúmeras outras tribos que o quadro seguinte localiza:

Área	População Aproximada
Nordeste Amazônico	14.500
Roraima e Norte do Amazonas	26.000
Amapá e Norte do Pará	5.000
Alto Solimões	20.000
Javari	3.200
Juruá-Jutaí-Purus	7.200
Sudeste do Pará	4.900
Acre	8.200
Rondônia	5.700
Total	97.700

Em se tratando ainda do problema indigenista, é interessante a comparação de que os cerca de 100.000 índios da Amazônia ocupam 10% do país, chegando essas áreas a quase 800.000km², enquanto os 800.000 índios dos Estados Unidos possuem apenas 165km².

Onde encontrar a causa contra toda e qualquer ação que envolva o desenvolvimento da Amazônia? Basta lembrarmos que o Brasil se classifica como a décima economia do mundo; isso apesar de ser país subdesenvolvido, pois apenas 18% do país para tal contribui. Não será, pois, muito difícil imaginar o que seremos quando os 64% do país, marginalizados e subdesenvolvidos, compondo a Amazônia e o Centro-Oeste, forem devidamente explorados, integrando-se ao corpo da nação.

Não podendo contar com a ajuda estrangeira, temos ainda que neutralizá-la em suas investidas reacionárias. Afastar os apátridas é outro meio de ação, para levarmos com os meios de que dispomos a civilização até a Amazônia. Temos que integrar para não entregar!

Repelindo toda e qualquer idéia de bloqueio econômico a pretexto da proteção ambiental, temos que ter em mente que a Amazônia representa mais da metade do território brasileiro. In-

² O primeiro passo para a realização desse perigoso “quistão” de “balcanização” da Amazônia foi dado por Collor a 15 de novembro de 1991, ao criar do nosso lado a reserva com 94.000km², área maior que a do Estado do Rio, do que Portugal e três vezes maior que a da Holanda e Bélgica.

clui a maior floresta equatorial do mundo e também 12 milhões de hectares de várzeas e terras férteis. Possui, no mínimo, 50% do potencial hidroelétrico do país, com 25.000km de rios navegáveis. Em seu seio se abriga a maior província mineral do mundo, habitada por pouco mais de 10 milhões de pessoas.

Preservar quando possível, sim; conservar, não! A Amazônia não é só área a ser preservada, de fauna e flora a serem protegidas, esquecendo-se o homem que lá está. Procuram ignorar os "ecomaniacos" que a melhor qualidade de vida para a região deve estar também entre as prioridades. A Amazônia tem que participar da civilização, não pode ficar simplesmente transformada num jardim ecológico guardando museus indígenas.

CONCLUSÃO

Enquanto a Geoestratégia apresenta três Poderes — o Terrestre, o Marítimo e o Aéreo, já tendendo para o Aeroespacial, a Geopolítica se baseia em outros três. O Real, envolvendo tudo aquilo do que se dispõe efetivamente no momento; em nossa dinâmica territorial, são justamente aqueles 18% constituídos pelas regiões Sul e Sudeste. O Poder Latente, é o que está reservado e do qual podemos nos valer, englobando o Nordeste em desenvolvimento e o Centro-Oeste e Amazônia subdesenvolvidos. O terceiro é justamente o Poder Prestígio, que as outras nações atribuem à nossa em função do que podemos vir a contar

com base no Latente. Concluindo-se, assim, que é o fator econômico a causa principal da pretensa defesa ecológica e preservação da cultura indígena. A causa econômica é o fator precípua de toda reação internacional contra a ação nacional em prol do desenvolvimento da Amazônia.

Há trinta anos atrás, a Amazônia nada mais era do que uma região que, apesar de possuir a maior bacia sedimentar do Globo, não possuía petróleo, carecia de minérios, e sua vasta floresta sem nenhuma perspectiva, não sendo economicamente viável em função da heterogeneidade, ou seja, grande quantidade de espécies, porém largamente disseminadas, contrastava então com as florestas frias e temperadas, com menor variedade porém dotadas da homogeneidade, com espécies agrupadas, oferecendo melhor meio de exploração.

No momento em que a Geoestratégia se engajava no Poder Aeroespacial, e que o espaço aéreo passava a ser explorado racionalmente, os satélites vasculharam a Amazônia, revertendo sua situação. Enquanto se constatava grandes reservatórios de minérios, a floresta já permitia ser explotada. Assim, a Amazônia conquistada pelos portugueses no século XVII, integrada ao espaço político brasileiro nos séculos XVIII e XIX, era finalmente descoberta pelo Mundo no século XX.

Descoberta pelo mundo, passa-se a divulgar o princípio de que deveria ficar intocada e a floresta conservada. Até as enzimas de ervas medicinais, que só nos Estados Unidos nos rendiam milhões de dólares, deveriam ser sus-

pensas; a fauna conservada. O IBAMA passava a exercer pressão policial, enquanto sob pressão internacional e ignorância do problema, o governo suspendia os subsídios agrícolas, sob a alegação de que a atividade contribuía para o desmatamento.

A Amazônia não é só floresta. Na vasta área sedimentar as terras firmes, mais antigas, completam-se com as várzeas mais recentes. Nessas várzeas, 30 milhões de hectares, graciosamente adubados pelos rios, podem se transformar em 60% da atual fonte agrícola brasileira.

Em respeito ao complô internacional, não se deve financiar a agricultura e muito menos a pecuária, omitindo-se de que há na Amazônia, livres de florestas, 70 milhões de hectares de campos naturais. A publicação do IBGE *Tipos e Aspectos do Brasil*, dedica várias páginas ao estudo desses campos naturais, os melhores, entre os melhores do mundo, para a criação de búfalos.

Na foz do Amazonas, Marajó (50.000km²), maior do que a Bélgica (30.510km²) e pouco mais da metade do território português (92.072km²), apresenta-se com dualismo marcante. A área de campos naturais nesta ilha com 23.000km² é maior do que todo o território do Líbano (10.452km²), ocupando uma área que é a metade da Suíça (41.293km²). Foi justamente em Marajó que começou a criação do gado *vacum* em eras coloniais, estendendo-se, posteriormente, sem que se precisasse ofender a floresta, para os campos naturais do Baixo Amazonas e

campinas do extremo norte, hoje dentro do Estado de Roraima.

Carente no passado, a Amazônia é hoje, comprovadamente, grande reservatório mineral e concorrente em potencial de outras áreas do mundo, em exploração por *trusts* internacionais de empresas de países do hemisfério norte. A entrada, agora, da Amazônia no mercado mundial desestabilizaria sobremodo esses *trusts* de grupos internacionais. Pela identidade econômica entre a Amazônia e a Península da Malásia, hoje “balcanizada”, torna-se aqui importante a comparação. Fomos, no início deste século, exportadores de 80% da borracha (latex da seringueira) do mundo. Esse *boom* da borracha começou a despertar a Amazônia! Eis que os ingleses levam sementes da seringueira e plantam-nas em bosques na Malásia, tirando-nos a primazia, com sua produção sistemática. Finda-se o nosso século, e a mesma concorrência que os seringais sistemáticos da Malásia fizeram aos nativos da Amazônia tem hoje um retorno. É que nesta mesma Malásia, onde as minas, exaustivamente explotadas, já começam a declinar, tem na Amazônia um concorrente em potencial, com o minério em alguns lugares à flor da terra.

Na História o passado está sempre presente. A Península da Malásia foi presa fácil na era do colonialismo. Presa fácil dos interesses internacionais, e geoestrategicamente dividida em países e mais países. Um exemplo é o do Mianma (que substituiu a secular Birmânia em 1989), rica região mineral em exploração. A desnaciona-

lização, o mosaico étnico que caracteriza essa área asiática, facilitou e permite, ainda hoje, que se pratique a "balcanização".

A "balcanização" já se começa a delinear na nossa Amazônia, implantando-se lá os apartheidos de reservas indígenas, que serão estados dentro de nossa Federação, facilmente manejados pela ação exterior. O objetivo de Rondon de converter para civilizar, transforma-se hoje no subverter para manobrar. Na África do Sul condene-se o apartheidos dos "homelands"; aqui, defende-se, impõe-se. Impõe-se o "quisto" ianomami que o Brasil confirmou do seu lado, em novembro de 1991, para complementar os 8,3 milhões de hectares que a Venezuela destinava aos mesmos índios. Embora Mitterrand haja proclamado, em 1989, que a soberania não poderia servir de pretexto para agressões ecológicas, talvez tentando preservar a sua Guiana, os 17,7 milhões de hectares de suposta nação ianomami entre o Brasil e a Venezuela hão de ferir, por certo, tal princípio, pois se constituem na semente da "balcanização" da Amazônia.

E, se na Malásia o perigo da "balcanização" se constituiu no mosaico étnico, na Amazônia o ponto de apoio se encontra no vazio demográfico.

É justamente esse vazio de desnacionalização que gera a cobiça da internacionalização. É neste pobre espaço demográfico, de população urbana que se concentra em pólos descontínuos, mas de solo extremamente rico, que se procura invocar a incapacidade de gerir para se internacionali-

zar. E a cobiça se sustenta na premissa verdadeira de que o mundo de hoje só tem para explotar o fundo do mar, o pico das montanhas e a Antártica. E essa cobiça internacional, sustentada por uma tecnologia que a Amazônia não tem, é que condene o homem predador, que se o faz é pela situação precária em que vive. Cobiça internacional que ataca o garimpeiro que polui os rios por não ter tecnologia, mas, curiosamente, vem deste mesmo Primeiro Mundo cobiçador, o material poluidor dos rios. Ninguém deve ignorar que são a Inglaterra e a Alemanha os fornecedores deste mercúrio poluidor.

O garimpeiro é outro elemento devastador da Amazônia, segundo a MÍDIA internacional. Via de regra ele não é um marginal e, muitas vezes, nem é rival dos índios. Por outro lado, se nesta classe existem bandidos, esses também são encontrados nas cidades grandes, bem longe da Amazônia, inclusive em países que, no Primeiro Mundo, se dizem civilizados. Atribuir ao garimpeiro a destruição da floresta é outra balela internacional. Sabemos que grande número deles se concentra em Rondônia, para onde a riqueza mineral levou muita gente. E a Geografia nos ensina que não se encontra nesse Estado o habitat da floresta amazônica, permitindo que o próprio Exército mantenha aí um Batalhão Mecanizado.

A Ordem Unida Internacional é, pois, a de "balcanizar" a região para melhor poder controlá-la. E, para isso, concorre a atual Constituição Brasileira, que, se cumprida na questão referente aos "quistos indígenas",

inviabilizará três Estados da Amazônia. Passará a ser reserva indígena 68% do Estado de Roraima, 65% do Acre e 48% do Amazonas.

E, se o índio convive com o garimpeiro, é ainda bastante discutível a validade da preservação da cultura indígena. No Brasil, o índio é símbolo nacional. Assista-se *O Guarani* de Carlos Gomes ou leia-se *Iracema* de José de Alencar, para citarmos apenas dois exemplos. Aqui o índio é herói... nos Estados Unidos é bandido nos famosos filmes de *bang-bang*. Não nos consta que, nos Estados Unidos, se tenha destacado um índio como o Marechal Rondon. O Brasil é país da miscigenação, onde três grupos étnicos se uniram para expulsar o invasor holandês do Nordeste. Encontramos, no Brasil, índios servindo em batalhões de fronteira, vivendo bem melhor do que em suas tabas, e que não desejam mais voltar para elas. Encontramos ainda índios de gravadores em punho, máquinas fotográficas etc. (produtos de cultura primeiramente mundista) que vão a Brasília em nome de suas tribos, sem que saibamos se por elas lhes foi delegado algum poder. Índios que freqüentaram universidades, que hoje pretendem, da FUNAI, e não na FUNAI, defender causas que já desconhecem. Índios que, como o cacique Raoni, fazem turismo pelo mundo, e em especial na Europa, ciceroneados por roqueiros, como o Sting, para desmoralizar o Brasil. Índios que, como o Cacique Juruna, eleito Deputado Federal pelo Estado do Rio, nada fez, a não ser cair no ridículo; não reconduzido ao cargo preferiu ficar com

a civilização de Brasília, e talvez nem saiba mais onde fica a sua tribo, ou essa mesma não o queira receber.

Dentro, pois, deste contexto de subversão de valores, urge determinar se o índio verdadeiro quer viver sem contacto com a civilização, numa reserva apartheísta que o Ministro da Aeronáutica, Sócrates Monteiro, definiu como "um jardim zoológico às avessas".³

O complô internacional defende só o índio da Amazônia Brasileira. Ignora-o, pelo menos por enquanto, na Amazônia fora do Brasil, bem como outros espalhados pelo restante de nosso território, ou em outros países. Ignora e até persegue o caboclo, descendente do índio que cometeu o "peccado" de ser fruto da miscigenação com o branco. O caboclo é outro acusado de destruir a floresta. Mas, enquanto os Estados Unidos derrubaram 80% de suas áreas verdes, na nossa Amazônia, desde 1500 aos nossos dias, o desmate se encontra na cifra dos 8,5%. Resulta disso que, enquanto o estadunidense desfruta de melhor meio de vida, o homem da Amazônia jaz na miséria.

Enquanto as reservas indígenas "balcanizam" a Amazônia, a perseguição ao caboclo complementa a contento o processo de esvaziamento dessa área. Já é grande a fuga do interior, e Manaus concentra 75% da população estadual.

Enquanto o governo federal não ataca o problema dentro do enfoque geopolítico, as Forças Armadas pro-

³ Programa Jô Soares — 11:30 no SBT — setembro de 1991.

curam abrir aí a sua frente, dentro do contexto geoestratégico do Projeto Calha Norte. Mas o Projeto, infelizmente, não atinge as proporções gigantescas que querem atribuir aos “quistos” indígenas. Ocupa 14% do território nacional e 24% da Amazônia Brasileira, na calha norte do Amazonas, em área de fronteira. Área de fronteira, faixa onde os países que formam o Pacto Amazônico estão de costas uns para os outros. Procura proteger a área onde praticamente inexiste a demarcação física de nossas fronteiras, onde é deficiente a colocação de marcos, cuja distância média deve ser de 50 em 50 quilômetros e que, em certos pontos, não nos permite enxergar de 50 em 50 centímetros. O Projeto ocupa-se da intensificação de campanha para a recuperação de marcos limítrofes.

mais se alarga e a população se rarefa, possuímos quase a metade de nossos limites internacionais. Este vórtice de fronteira estará, pois, sendo preenchido pelo Projeto Calha Norte, mostrando que as Forças Armadas se envolvem numa gama enorme de atribuições, muito embora o seu orçamento ocupe, na classificação mundial, o 159º lugar, quando até mesmo o Peru, país amazônico, se encontra na frente.

Entre os objetivos do Projeto Calha Norte se inclui o de transformar nossas fronteiras-faixa (despovoadas) em linha (povoadas); de incrementar a colonização acelerando a produção de energia, a infra-estrutura viária e estimular pólos de desenvolvimento econômico. Em seu conjunto visa a transformar essa área marginalizada, de zona geopolítica neutra, em ecumônio estatal.

Fixando nossas fronteiras na região, o objetivo do Projeto Calha Norte é o de impedir a entrada de guerrilheiros e traficantes em nosso território. Aí, a presença do narcotráfico é facilitada em função da instalação de garimpeiros das mais variadas nacionalidades, quando a ação guerrilheira é possibilitada pela presença na Colômbia do MR-19, na Venezuela do Bando Roja, e no Peru do Sendero Luminoso.

O Projeto Calha Norte se constitui num tripé e tomou por base a Exposição de Motivos nº 018/85 do então Conselho de Segurança, do Governo Sarney, em face de eventuais conflitos fronteiriços entre países vizinhos e a conjuntura instável do Caribe.

Marcos Limítrofes do Brasil

País Amazônico	Extensão de Fronteira (km)	Nº de Marcos
Colômbia	1.634	80
Venezuela	2.199	1.409
Guiana	1.606	134
Suriname	593	60
Guiana Francesa	730	7
Total	6.771	1.690

No cômputo geral o Brasil tem 15.710km de fronteiras terrestres, e, só na região amazônica, onde o Brasil

Na atualidade o nosso *punctum dolens* se encontra na Amazônia, que requer o aumento de nossa presença e o controle cerrado sobre missões religiosas e credos místicos. Na visão do CEBRES (Centro Brasileiro de Estudos Estratégicos), a geoestratégia deve se ater na criação de dois Territórios — o do Alto Solimões e o do Rio Negro; isto para integrar a área problemática conhecida como a “Cabeça do Cachorro”, que os portugueses nos garantiram pelo *uti possidetis*, delimitando-a com três fortés no século XVIII — o S. José de Maralitanas

(1759), S. Gabriel (1763) e Tabatinga (1766).

Com nossa economia estagnada, a tarefa será árdua. Mas terá que ser feita, pois é obrigação da nossa geração legar o Brasil como um todo aos nossos descendentes, tal como o recebemos de nossos antepassados. A área é ciclópica e os recursos a isso destinados são bastante limitados. Sabemos que o passado estará sempre presente em nossa História, para prepararmos o futuro, que nos brindará conservando para os brasileiros esse patrimônio que é todo nosso.



THEREZINHA DE CASTRO — Bacharel e Licenciada em Geografia e História pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (atual UFRJ). Conferencista de Geopolítica na ECEME e ECEMAR. Professora de História do Colégio Pedro II. Entre suas obras destacam-se: “Rumo à Antártica”, “Atlas-Texto de Geopolítica do Brasil”, “Geopolítica: Princípios, Meios e Fins” e outras.

*...as operações de paz transformam-se gradualmente
em ações de combate para evitar guerras
e resolver conflitos...*

*...após derrotar 1.100 mercenários alemães, franceses
e holandeses, reforçados por nativos africanos,
e mais de um mês de cerco da Fortaleza de São Miguel,
os invasores renderam-se à
mais antiga Força Expedicionária Brasileira...*

L. P. Macedo de Carvalho
Coronel de Artilharia e Estado-Maior do Exército.
Atual presidente do Instituto de Geografia
e História Militar do Brasil (IGHMB).



A DEFESA NACIONAL

O Brasil e as Operações de Paz¹

L. P. Macedo Carvalho*

O artigo mostra os novos conceitos de operações de paz, informa sobre a participação de brasileiros nesse tipo de operações e apresenta reflexões sobre elas, tal como se apresentam no mundo que vivemos.

Extraído de palestra proferida, pelo autor, no XXI Congresso Internacional de História Militar, realizado no Canadá, no corrente ano, e que tinha, como tema: "Manutenção da Paz de 1815 a 1995."

*"Manutenção da paz não é missão de soldado,
mas somente o soldado pode realizá-la."*

Moskos – Sociólogo Militar

NOVOS CONCEITOS

Amudança da natureza dos conflitos após o término da Guerra Fria fez ressurgir antigos desafios para a manutenção da paz entre os Estados e os povos do globo terrestre, colocando em risco a segurança coletiva mundial.

Por muitos anos, as operações de paz significaram ações militares para conter conflitos e evitar sua ampliação. Hoje, as mis-

sões de paz tornaram-se muito mais ambiciosas e complexas, ultrapassando os padrões originais.

As operações de paz tradicionais resumiam-se em desdobramento de forças de coalizão ou multinacionais no terreno, com a finalidade de monitorar e facilitar a implementação de um acordo de cessar fogo existente em apoio de esforços diplomáticos para solucionar politicamente a disputa.

* Coronel-de-Artilharia e Estado-Maior do Exército.
Atual Presidente do Instituto de Geografia e Histó-

ria Militar do Brasil (IGHMB).
1. Selecionado pelo PADECÉME.

No passado, as operações de paz deviam satisfazer a três princípios:

- obter o consentimento de ambos os contendores, inclusive um convite explícito do(s) país(es) onde as forças de paz seriam desdobradas — o Art. 2º da Carta das Nações Unidas estabelece que não autorizará “*a intervirem em assuntos que dependam essencialmente da jurisdição interna de qualquer Estado, ou obrigará os membros a submeterem tais assuntos a uma solução...*”;
- ser imparcial; e
- fazer uso da força somente em defesa própria.

O propósito óbvio de tais princípios era garantir a soberania dos Estados membros envolvidos no conflito.

Hoje, distinguir entre negócios internos e internacionais torna-se, cada vez mais, difícil.

No presente, novos conceitos vêm sendo aceitos para impor a paz no mundo.

Em 1991, na Declaração de Santiago, a Organização dos Estados Americanos (OEA) proclamou que a “*eliminação da democracia em um país membro não é apenas uma questão interna, mas ameaça à segurança coletiva*”.

Boutros-Ghali, Secretário Geral da ONU, recentemente, fez alusão à “*dimensão universal da soberania, que reside em toda a humanidade e concede a todos os povos legitimidade para envolver-se em questões que afetam o mundo como um todo*”.

Como se verifica, as operações de paz transformam-se gradualmente em ações de combate para evitar guerras e resolver conflitos.

A doutrina emergente resultante dos novos desafios da crescente violência sugere outras formas de operações de paz, quais sejam: de **manutenção da paz (peace-keeping)** — monitoramento de cessar fogo estabelecido; de **imposição da paz (peace-enforcement)** — intervenção militar convencional com separação dos beligerantes pela força; de **pacificação (peacemaking)** — mediação diplomática com assessoria militar para colocar fim a disputas; e de **construção da paz (peacebuilding)** — esforço nacional típico de assuntos civis que possa implicar em desdobramento preventivo de tropa.

A alteração das missões de forças multinacionais desde o fim da Guerra Fria tem sido profunda, à luz das estatísticas: o crescimento de menos de 10.000 homens envolvidos em operações de manutenção da paz para cerca de 90.000 nos dias atuais e o aumento do custo de tais operações de US\$ 700 milhões, dois anos antes, para mais de US\$ 3 bilhões no final de 1993. Durante seus primeiros quarenta anos de existência, a ONU conduziu treze missões de manutenção da paz.

O princípio básico que norteou o convívio entre as nações por vinte séculos, raramente questionado, alicerçou-se no velho aforismo romano — “*si vis pacem, para bellum*”.² A máxima preparação para a guerra ocorreu no século XX, apesar de 75% de todas as mortes causadas por confrontos bélicos terem se verificado a partir da ascensão de Roma.

No começo dos tempos pós-Guerra Fria, o mundo foi tomado por uma euforia na qual os riscos de conflito global haviam desaparecido e as únicas ameaças remanescentes seriam os conflitos limitados.

Na verdade, o mundo está sendo dilacerado por tendências contraditórias: fragmen tação e globalização. Vive-se em um mundo de incertezas e instabilidade, onde não se diferencia combatentes de não combatentes. Alegam que a alternativa é intensificar as operações de paz internacionais, mesmo com imposição da força.

O homem enfrenta o dilema: confiar no poder das Forças Armadas ou legitimar o uso da violência com fins políticos-econômicos.

“Não guardamos a visão do mundo sem guerra e isso, inevitavelmente, exige um sistema alternativo para enfrentar os conflitos”, declarou Adlai Stevenson há mais trinta anos.

Desde o período colonial até a atualidade, os brasileiros se orgulham de terem realizado várias operações de paz, não só no subcontinente sul-americano como em além-mar.

BRASILEIROS EM OPERAÇÕES DE PAZ

Restauração de Angola (1645 e 1648)

A primeira missão de paz brasileira, se assim se pode considerar, teve lugar em África, para a chamada restauração de Angola, ocupada por forças holandesas, em 1645. Decorridos sessenta anos sob dominação espanhola, Portugal não tinha poder para empreendê-la, valendo-se então de brasileiros. Não foi bem-sucedida, por ter o comandante-em-chefe das forças luso-brasileiras, antigo governador do Rio de Janeiro, morrido.

A segunda deu-se três anos mais tarde, sob o comando do General Salvador Correia de Sá e Benevides, neto do fundador da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, nascido nesta. Organizou ele uma frota de 15 navios, 4 comprados às suas expensas, com 600 marinheiros e 900 soldados,³ desembarcando próximo a Luanda, Angola, em 12 de julho de 1648.

Após derrotar 1.100 mercenários alemães, franceses e holandeses, reforçados por nativos africanos, e mais de um mês de cerco da Fortaleza de São Miguel, os invasores renderam-se à mais antiga Força Expedicionária Brasileira. Escapando através de São Tomé, os remanescentes holandeses abandonaram também suas últimas posições.

Operações de Paz no Rio La Plata

O velho antagonismo reinante na Península Ibérica entre Espanha e Portugal transferiu-se para a bacia do Rio de La Plata, no início do século XIX, na disputa para controlar o acesso e o comércio na área — entrada para o coração do território sul-americano. Em consequência desse conflito, surgiu o Estado tampão do Uruguai, em 1828.

No princípio de 1850, o ditador argentino Rosas, aliado ao caudilho uruguai Oribe, sonhando reconstruir o antigo Vice-Reinado de La Plata, dominou o Uruguai e impôs um cerco ao governo legal de Montevidéu. Assim, em 1851, foi constituída uma força de paz argentino-brasileira, denominada “O Exército Libertador da América do Sul”, que rompeu o sítio de Montevidéu e libertou Buenos Aires da tirania de Rosas, em 1852. A missão foi cumprida a fim de preservar a independência da nova República do Uruguai.

3. Inclusive índios Tapuias.

Tão logo as forças brasileiras cruzaram a fronteira de volta para casa, entretanto, novas ameaças verificaram-se no Uruguai. Por solicitação do chefe de Estado uruguaio, o Brasil organizou uma "Divisão de Observação" para garantir a paz naquele país, lá permanecendo até dezembro de 1856.

A Paz do Chaco

A mediação do Brasil, junto com a Argentina, Chile, Estados Unidos, Peru e Uruguai, foi muito importante para pôr fim ao conflito armado entre a Bolívia e o Paraguai, irrompido nos idos de 1932. Colocou em execução, no campo-de-batalha, as cláusulas de segurança do Protocolo de Paz, firmado aos 12 de junho de 1935. A destacada atuação dos representantes do Brasil na Comissão Militar Neutra⁴ colaborou decisivamente para um acordo sobre a velha questão de limites e levar os beligerantes à cessação das hostilidades e desmobilização militar no Chaco Boreal.

Manutenção da Paz no Oriente Médio e em Chipre

A primeira experiência brasileira em operações de manutenção da paz com tropa, durante o século XX, aconteceu na faixa de Gaza, Egito, onde o Brasil manteve um batalhão de infantaria como integrante da Força de Emergência das Nações Unidas, para separar os beligerantes nas guerras árabes-israelenses.

4. Embaixador José Carlos de Macedo Soares e o então Coronel Estevão Leitão de Carvalho.

O Brasil contribuiu com vinte contingentes, empenhando um efetivo total de 6.300 homens, ao longo de 10 anos, de 1956 a 1967, além de um general brasileiro ter comandado a força da ONU, como um todo, por determinado período.

Os soldados brasileiros estiveram presentes também em Chipre, sob a bandeira da ONU, em 1964.

Força Interamericana de Paz na República Dominicana

Durante 16 meses, o Brasil participou da Força Interamericana de Paz (FIP), organizada pela OEA, para restaurar a ordem pública e a paz na República Dominicana, de 1965 a 1966.

O contingente brasileiro foi composto de comando e estado-maior, uma companhia de fuzileiros navais e um batalhão de infantaria. Mais de 3.000 soldados brasileiros, afora marinheiros e aviadores, tomaram parte naquela operação de paz na América Central. Dois oficiais-generais brasileiros comandaram a FIP.

Missões de Manutenção da Paz de Menor Porte

Na década dos anos sessenta, o Brasil deu contribuições menores como membro das forças de manutenção da paz das Nações Unidas no Congo (1960-1964), na Nova Guiné (1962-1963) e na Índia-Paquistão (1965-1966).

"Capacetes Azuis" Brasileiros Hoje

A partir de 1989, a presença militar brasileira tem aumentado e se diversificado em

operações de paz nas seguintes partes do mundo:

Angola — Desde 1989, os brasileiros se fazem presentes nesse país. Primeiramente, para supervisionar a retirada de 50.000 cubanos e, agora, a fim de prestar ajuda humanitária por meio de observadores militares, de uma equipe médica, de uma companhia de engenheiros reforçada e de um batalhão de infantaria, enviado recentemente, com a missão de monitorar a trégua entre os beligerantes locais.

El Salvador — Trinta e sete observadores militares brasileiros lá se encontram desde 1991, para controlar a desmobilização dos "contras", assim como a trégua com as *guerrillas*, efetivar destruição de munição e limpeza de campos minados.

Equador — É a última operação de manutenção da paz em que o Brasil se engajou, onde um general e nove oficiais brasileiros acham-se em missão de observação, desde de março de 1995. A *Questão Condor* de hoje resulta de litígios fronteiriços antigos que o Brasil, auxiliado pela Argentina, Chile e Estados Unidos, tentara solucionar, por intermédio do *Protocolo do Rio de Janeiro*, assinado em 1942.

Guatemala — Há dois oficiais de ligação brasileiros nesse país, com a missão de monitorar o acordo de paz, firmado entre os grupos oponentes.

Honduras – Costa-Rica — O Brasil mantém lá seis especialistas, sob a bandeira da OEA, em operações de desminagem.⁵

Moçambique — Em 1992, o Exército Brasileiro enviou um grupo de observadores, comandado por um general-de-divisão, para essa ex-colônia portuguesa, a fim de monitorar o cessar fogo. No ano de 1984,

uma companhia de pára-quedistas, reforçada por carros blindados e helicópteros, desembarcou na base de Mocuba, Zambézia, para patrulhar e manter a paz naquela região, efetuar busca e apreensão de armas, desarmar *guerrillas*, realizar desminagem e proporcionar assistência médica à população local.

Nicarágua — Desminagem está sendo executada por três especialistas brasileiros nesse país.

Ruanda — Durante 1993, havia sete mantenedores da paz brasileiros na Missão de Observação das Nações Unidas em Uganda-Ruanda.

Ex-Iugoslávia — Um oficial-general e trinta e três observadores militares integram a Força de Proteção das Nações Unidas na Bósnia, Croácia, Sérvia e Macedônia, sob permanentes riscos, a partir de 1994, onde recentemente dois capitães do Exército Brasileiro foram usados como escudos humanos pelas forças sérvias.

REFLEXÕES FINAIS

As operações de paz foram intensificadas nos anos pós-Guerra Fria, iniciando uma nova era e doutrina no curso da história dos conflitos. Porém, manutenção da paz pressupõe que anteriormente se estabeleça a paz. Parece que o almejado fim dos conflitos, de fato, não se concretizou, a violência cresceu e novos tipos de ameaças surgiram em várias partes do mundo, tais como terrorismo internacional, purificação étnica, fundamentalismo religioso, amplo espectro de forte nacionalismo, drogas, narcotráfico, fome, miséria etc. Os conflitos tornaram-se bem mais complexos.

5. Limpeza de campos e áreas minadas.

Os EUA saíram da Guerra do Golfo como a potência militar hegemônica, mas não se decidiram ainda a assumir o papel de polícia do mundo, devido ao elevado custo desse encargo. Os EUA afiguram-se desfrutar do prestígio de *gendarme* internacional sem querer despender grandes somas monetárias do seu orçamento de defesa e sangue de seus soldados — solução impossível para o problema.

No discurso perante a Assembléia Geral da ONU, em 1990, o Presidente Bush ressaltou o papel desse organismo internacional e selou a aliança do gigante norte-americano com as Nações Unidas, afirmando que “agora realizava sua promessa como parlamento mundial da paz” e a apoiaria. Imediatamente o Pentágono deu início a um programa de estudos e treinamento para “outras operações não de guerra”, a fim de ficar em condições de cumprir novas possíveis missões da ONU.

Todavia, essa onda de euforia lançada pela “Nova Ordem Internacional”, em que as questões de segurança ficariam a cargo da ONU, em contrapartida provocou nos EUA crescente ênfase nos problemas domésticos e no imenso *déficit* orçamentário enfrentado pelo Governo norte-americano. A idéia de haver sido colocado um ponto final nas guerras levantou a esperança de que disporia de grandes dividendos da paz que poderiam ser aplicados nos aparentemente insolúveis problemas sociais domésticos.

No seu Relatório Anual de 1992, Perez

de Cuellar, Secretário da ONU, enfatizou a “erosão da autoridade das Nações Unidas e a inação do Conselho de Segurança em face dos conflitos” e mostrou claramente as opções que se defrontavam no conturbado mundo de hoje — “anarquia ou ordem”.

Contrapondo-se ao pessimismo de Peres de Cuellar, o novo Secretário Geral das Nações Unidas, Boutros-Ghali, atendendo à orientação do Conselho de Segurança, no mês de julho de 1992, em *Uma Agenda para Paz*,

“Ao ser criada, a ONU passou a refletir, no contexto internacional, os desígnios e diretrizes de um forte eixo Leste/Oeste impondo-se sobre o Norte/Sul.”

imediatamente o tornaria *gendarme* do mundo. Accentuava a necessidade de ação. Definia a diplomacia preventiva como ações para evitar o surgimento de disputas, a escalada dessas em conflitos e limitar sua expansão no caso de ocorrência. Recomendava que as relações diplomáticas fossem suplementadas por missões militares. Sugeria que as operações de paz com emprego de força militar se efetassem antes da deflagração dos conflitos, desencorajando as hostilidades, como no caso da Macedônia, para impedir que o conflito da Bósnia se estendesse aos vizinhos dos Balcãs. Em *Uma Agenda para Paz* ficava estabelecido que o emprego de forças militares dependeria apenas da aprovação do Conselho de Segurança diante de ameaça à paz, rompimento da paz ou agressão. Uma vez obtida a aprovação do Conselho de Segurança, as forças da ONU poderiam empreender as necessárias operações de combate

para manter ou restaurar a paz e a segurança internacionais. Previa o Art. 41 da Agenda que os Estados membros da ONU mantivessem forças militares prontas a atender a um chamado, além de uma força especial de voluntários, fortemente armada, que ficava às ordens do Secretário-Geral. Tal princípio foi rejeitado pelos EUA.

Esse relatório também dava uma visão geral dos custos das treze operações de paz desencadeadas de 1945 a 1987, chegando a atingir o dispêndio de US\$ 8,3 bilhões, até 1992, e a morte de 800 homens de 43 países. Propunha que o pagamento desses crescentes custos, aproximadamente US\$ 3 bilhões anuais, fossem financiados pelo orçamento de defesa de cada país. Tal recomendação foi extremamente discutida no Congresso dos EUA. Concluía que a ampliação das necessidades de recursos financeiros e de efetivos para operações de paz desafiava a capacidade, a política e as finanças... dos Estados membros. Esse alerta gerou reações nos EUA, onde as reduções no orçamento público e no efetivo das Forças Armadas haviam sido grandes.

Dentro desses novos conceitos, o que contraria o prescrito pela Carta da ONU, as forças de paz seriam desdobradas sem necessidade de consentimento das partes em confronto e estariam autorizadas a fazer uso das armas para fazer cumprir as resoluções do Conselho de Segurança. Tais princípios baseavam-se na idéia de que "a velha doutrina secular de absoluta e exclusiva soberania dos Estados não mais existe", o que provocou compreensível oposição.

Em abril de 1992, durante a campanha presidencial, Clinton defendeu a criação de uma força internacional que poderia "ficar estacionada nas fronteiras de países ameaçados de agressão, para impedir grandes violências contra as populações civis, pro-

porcionar socorro humanitário e combater terrorismo".

Logo após tomar posse, expediu a revolucionária *Diretriz Presidencial nº 13*, que apoiava a expansão imediata das operações de manutenção da paz e comprometia-se a empregar tropas sob o comando da ONU. Era o multilateralismo sobrepondo-se ao tradicional unilateralismo dos EUA na defesa dos seus interesses nacionais.

Com o aumento da oposição, em consequência do desastre sofrido pelas forças norte-americanas na Somália, Clinton deu uma guinada de 180 graus na política de segurança. Em pronunciamento na Assembléia Geral das Nações Unidas, no segundo semestre de 1993, enfatizou a necessidade de cautela no envolvimento das Forças Armadas dos EUA em operações de paz. Acentuou que o fim da Guerra Fria não proporcionara a esperada era de paz, mas fizera recrudescer as controvérsias étnicas, religiosas e territoriais. Lembrou que a ONU agora engajara 80.000 homens em 17 operações de manutenção da paz. Propunha a criação de um Comando Operacional de Paz da ONU, dotado de estado-maior especial, com apoio logístico, adequado a responder prontamente a emergências em qualquer lugar do mundo. Declarou também que "se o povo norte-americano diz sim a operações de paz da ONU, as Nações Unidas deviam saber quando dizer não". Além do mais, recomendava que antes de uma missão ser aprovada, dever-se-ia responder às seguintes perguntas: Constitui realmente uma ameaça à paz mundial? Há um objetivo definido a ser atingido? Há um ponto de controle final que determine quando retirar a tropa? Quanto custará a missão?

Rejeitava a posição multilateralista previamente assumida, afirmando que "deveremos não hesitar em agir unilateralmente

quando houver ameaça aos nossos interesses principais ou de nossos aliados". Estava detonado o processo para a revisão da *Diretriz Presidencial nº 13*.

Assim, foi baixada a *Diretriz Presidencial nº 25*, estabelecendo novos critérios para apoiar operações de paz antes dos EUA se envolverem nelas. Começava alertando que "as operações de paz não deviam ser compromissos abertos mas, como declarara o Secretário de Defesa Perry, proporcionais aos nossos interesses".

Destacava que as operações de paz deviam ter um prazo específico intimamente correlacionado com os objetivos intermediários e finais a serem atingidos, uma estratégia político-militar integrada, efetivo teto a apoiar logicamente e uma estimativa orçamentária clara. Também listava fatores específicos a considerar antes de irem a votação no Conselho de Segurança. A decisão seria tomada levando-se em conta o peso cumulativo de tais fatores, "não sendo qualquer deles absolutamente determinante".

Outra questão enfocada foi a do comando e controle das forças dos EUA. Declarava claramente que o Presidente retinha e jamais cederia o comando das tropas norte-americanas até o menor escalão em campanha. Ainda que sob controle operacional estrangeiro, firmou doutrina que as tropas dos EUA não podem receber ordens de qualquer comandante estrangeiro. Ademais, determinava que os comandantes norte-americanos deviam ligar-se, separada e diretamente, com as autoridades dos EUA, em caso de controvérsia. Exemplo perfeito da aplicação da *Diretriz Presidencial nº 25* é encontrado no emprego da força-tarefa dos EUA sob o comando da ONU na Macedônia.

O mais importante aspecto da *Diretriz Presidencial nº 25* é o referente à obtenção

do apoio do Congresso dos EUA e da opinião pública norte-americana ao prescrever que "o Congresso e o povo norte-americano devem aceitar... e também participar do processo de tomada de decisões relativas a operações de paz novas e em curso".

Ficou assentado que o Departamento de Estado seria responsável pelas clássicas operações de manutenção da paz, em que as tropas monitoram um acordo com consentimento de ambos os contendores, enquanto o Departamento de Defesa assumiria responsabilidade pelas operações de pacificação que exigem o emprego de força, desde que autorizado.

Depois de longa e dura negociação com o Congresso, a *Diretriz Presidencial nº 25* foi expedida a 5 de maio de 1995, determinando que as Forças Armadas dos EUA só podem ser empregadas em operações de paz multinacionais se destinarem a "proteger nossos interesses nacionais".

Esse documento parte da premissa de que "os EUA não podem resolver os conflitos do mundo... mas não acreditam que as Nações Unidas sejam capazes de estabelecer e manter a paz, particularmente se as hostilidades entre as partes persistem".

O resultado da entrada em vigor dessa diretriz provocou cerrada oposição do Congresso a Clinton, e da opinião pública (70%), no recente caso de intervenção no Haiti.

Em janeiro de 1995, Boutros-Ghali apresentou outro documento que suplementa *Uma Agenda para a Paz*, em decorrência dos insucessos comprovados da ONU na Somália, Ruanda e Bósnia, bem como da reformulação das diretrizes presidenciais de Clinton. Reconheceu a importância do prescrito no Capítulo 1 da Carta das Nações Unidas, ao afirmar que "o princípio de igualdade e de soberania... nada autorizará as

Nações Unidas a intervirem em assuntos que estejam essencialmente dentro dos limites de jurisdição interna de qualquer Estado". Admitiu ainda que "realmente, as Nações Unidas não podem impor ações preventivas e de pacificação aos Estados membros que não as aceitem". Evidente modificação dos poderes visualizados para a ONU em *Uma Agenda para a Paz*, no ano de 1992. A doutrina preconizada em *Uma Agenda para a Paz* viu-se, assim, substituída por um realismo mais cauteloso, com a declaração de que "vivemos ainda um período de transição", em autorizando, recentemente, a criação de uma força de reação rápida de 12.500 homens, fortemente armada, para atuar na Bósnia.

Enfim, o impacto dos bilhões de dólares gastos e das perdas de vidas norte-americanas nas últimas operações de paz levaram os EUA a rever sua posição no cenário mundial. O Congresso dos EUA adverte que a resolução do Conselho de Segurança da ONU "não constitui autorização para emprego de força dos EUA no Haiti..." Mas, ficou comprovado também que as operações de paz das Nações Unidas não podem ser bem-sucedidas sem o apoio dos EUA.

A obtenção dos dividendos da paz é uma questão bastante complicada.

De fato, a inexistência de significante ameaça justifica a redução dos gastos com defesa nos orçamentos públicos. Entretanto, tais reduções acarretam desemprego de pessoas que pagam impostos. Por outro lado, os desempregados deixam de pagar impostos e têm de receber assistência social do governo, desaparecendo assim a economia de bi-

lhões de dólares proveniente dos cortes orçamentários com defesa. A desmobilização é muito difícil a curto prazo. Conclui-se, pois, que forças de paz multinacionais, sob o ponto de vista econômico, na atual conjuntura, são mais proveitosas para as grandes potências.

Ainda que o número total de conflitos armados de maior porte haja declinado nos últimos anos, a farta disponibilidade de armas, exportadas pelas grandes potências para o resto do mundo, não oferece alternativa às agressões regionais e internacionais. Desde o princípio dos anos 60, pelo menos, armas no valor de um trilhão de dólares cruzaram as fronteiras do Primeiro Mundo em direção ao Terceiro. Em 1994, a exportação de armamento da França para países subdesenvolvidos alcançou 45% do mercado e a dos EUA, 24%.

das de material bélico francês atingiram 11,4 bilhões de dólares. A França vendeu aeronaves, navios e submarinos a países do Oriente Médio e ao Paquistão. O maiores exportadores de material bélico, após a França e os Estados Unidos, foram o Reino Unido e a Rússia. Mais de 70% das armas vendidas no mundo vão para a Ásia e o Oriente Médio. A disseminação de armamento convencional é universal e uma das regiões mais militarizadas do planeta continua sendo a Europa.

Um outro ponto questionável é, também, o dilema de fazer clara diferença entre soberania nacional e necessidade de intervenção estrangeira, a fim de prestar assistência humanitária. O Direito Internacional consagra que mesmo certas violações de direitos humanos não justificam intervenção externa

nos negócios internos de um país. Assim, intervenção por razões humanitárias está longe de ser aceita universalmente.

As despesas com manutenção da paz não pagas à ONU totalizavam 645 milhões de dólares em fins de 1992. Nenhum dos países membros permanentes do Conselho de Segurança saldou os respectivos débitos.⁷ Os participantes das operações de paz das Nações Unidas costumam arcar, no mínimo, com 20% das despesas. Até o envio de tropas para Angola, em setembro próximo passado, o Brasil contribuía com 17,7 milhões de dólares anuais para a ONU. Ficava atrás apenas dos países do G7,⁸ da Rússia e da Espanha. Em artigo publicado no *Washington Post*, em 13 de agosto de 1995, no dizer de Boutros-Ghali, a ONU está falida. No final de maio do corrente ano, os Estados membros deviam à ONU 2.754 bilhões de dólares, sendo que só os Estados Unidos, 1.179 bilhões de dólares.

Em *Uma Agenda para a Paz*, Boutros-Ghali aponta a necessidade de manter de prontidão contingentes militares dos Estados membros da ONU, preparados para proceder intervenções multinacionais. Porém, é impositivo, antes de mais nada, definir uma doutrina para operações de paz. Os EUA, o Reino Unido e a China opuseram-se a tal idéia. Somente a França, a Rússia e outros países europeus aplaudiram a sugestão do Secretário Geral da ONU.

A colocação de forças nacionais sob o comando das Nações Unidas tem se revelado uma questão bastante delicada e gerado sérios atritos. Na realidade, a subordinação de tropas das grandes potências a comandos

da ONU é mais nominal do que real. Há que se considerar ainda o perigo de que as forças armadas de países menores se transformem em milícia internacional sob as ordens dos poderosos, encobertos pela bandeira das Nações Unidas.

A falta de legitimidade política, liderança e estratégia internacionais para enfrentar a violência no mundo de hoje podem levar à desmoralização da ONU.

Para acompanhar o desenvolvimento da doutrina de operações de paz, as forças armadas precisam ser treinadas, as academias militares e as escolas de estado-maior devem incluir em seus currículos o estudo desta nova forma de atuação do soldado em tempos normais.

O problema crucial é se os *capacetes azuis* continuarão a ser empregados desarmados, sob a orientação de civis desprovidos de conhecimentos táticos e estratégicos, para fazer face à violência com não violência. Parafraseando conhecido historiador e político norte-americano, em recente pronunciamento no Congresso dos EUA, “esperase que os soldados da ONU libertem reféns e não se tornem reféns”.

Há risco de alguns governos discordarem de investir na manutenção da paz em áreas remotas, onde nenhum de seus interesses nacionais pareçam estar em jogo. A percepção de que interesses nacionais colidam com os de uma ONU potente reclama imediata revisão da Carta das Nações Unidas.

É difícil manter a coesão de uma força nacional, sob a égide da ONU.

Concluindo, a questão principal reside no fato de as nações decidirem ou não trans-

7. A Rússia e os EUA são os maiores devedores.

8. Alemanha, Canadá, EUA, França, Reino Unido, Itália e Japão.

formar realmente a ONU em uma entidade multinacional eficaz e eficiente.

Faz-se mister, antes da tomada de decisão em participar de qualquer operação de paz, criteriosa análise por parte do governo de cada Estado membro da ONU sobre a validade de tais ações, à luz dos respectivos interesses nacionais.

Maquiavel diz que "uma guerra é justa quando se faz necessária".

A História leva a acreditar que a guerra é um conflito de culturas, conforme assevera John Keegan. Como parte da natureza humana, é inevitável. Torna-se inacreditável é que a guerra, criação do homem, não possa também ser banida por ele. □

BIBLIOGRAFIA

- BOUTROS-GHALI, Boutros, Secretário-Geral da ONU. *An Agenda for Peace*. UN Press, Nova York, USA, 1992.
- BARRENTO, Antônio Martins, Brigadeiro. Alguns Comentários sobre Forças Multinacionais. *Nação e Defesa*, nº 68, outubro-dezembro de 1993. Lisboa, Portugal, 1993.
- CALMON, Pedro. *História do Brasil*. Livraria José Olympio Editora. Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 1961.
- ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. *História do Exército Brasileiro*. IBGE. Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 1972.
- GUEDES, Max Justo, Capitão-de-Mar-e-Guerra. As Guerras Holandesas no Mar. *História Naval Brasileira*. 2 v. tomo 1 B. Serviço de Documentação Geral da Marinha. Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 1993.
- KEEGAN, John. *A History of Warfare*. Alfred A. Knopf. Nova York, NY, USA, 1993.
- MACEDO CARVALHO, Luiz Paulo, Coronel. As Forças Armadas no Século XXI. *Mastro*, junho de 1995. Lisboa, Portugal, 1995.
- MATAKIS, T. C., General. *Aspirations versus Reality*. Universidade Militar Americana. Southern Pines, North Carolina, USA, 1995.
- MEIRA MATTOS, Carlos de, General-de-Divisão. *A Experiência da FAIBRÁS na República Dominicana*. IBGE. Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 1967.
- OLIVEIRA, João Pereira de, General. *Vultos e Fatos de Nossa História*. Imprensa do Exército. Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 1961.
- RENNER, Michael. *The Future of Peacekeeping*. Worldwatch Institute. Washington, D. C., USA, 1993.
- SOUZA, A. Botelho de, Contra-Almirante. *O Período da Restauração nos Mares da Metrópole, no Brasil e em Angola*. Agência Geral das Colônias. Lisboa, Portugal, 1940.
- US ARMY COMMAND AND GENERAL STAFF COLLEGE. *Peace Operations*. Fort Leavenworth, Kansas, USA, 1994.

dimento para o arroz, ou então, 0,ks056 de *uukassukê* (conserva salgada de gengibre, pimenta e *shiso* — herva que conservada no sal toma uma cor vermelha).

E ainda varios molhos nacionaes, entre os quaes *shoyú* e o *missô*, formados de cereaes fermentados, de feijão branco, agua e sal, e que os japonezes misturam ao arroz para com elle fazer sopas, muito apreciadas.

Assucar: 0,ks011. Na Mandchuria, quando os aprovisionamentos o permittiram, chegou-se a distribuir até 0,ks562 de assucar candi, a cada homem, e bem assim 0,ks018 de chá.

Sal: 0,ks011; quando se destribue o *shoyú*, que é salgado, supprime-se o sal.

Sakê: 0, L36 —de distribuição eventual.

Kammi-mono: 0,ks112; consiste em bolos e biscoitos cobertos dc assucar, muito apreciados pelos soldados, mas que só se lhes dá raramente.

Tabacos: 20 cigarros.

Viveres de reserva, ou de mochila

Comprehendem dois dias, com as seguintes rações por dia :

Arroz de conserva (*Hashi-i*) : 0L,54, em tres saquinhos de 0k,125 cada um ; ou 0k,675 de biscoitos (¹) ;

Carne de conserva (*Ciû-niku-kanzimui*) : 0,k 150 em lata ou 0k, 150 de *peixe secco* (*kalsusbushi*) ;

Chá : 0, 0035 em um saquinho ;

Assucar : 0k, 0112 em um saquinho.

O soldado conduz na mochila dois dias de viveres de reserva.

O aprovisionamento em viveres é :

Sobre o homem : 2 dias ;

No trem regimental : 2 dias ;

No trem divisionario : 4 dias.

Total : 8 dias'

Armamento e Munições

Fuzil : O fuzil Arisaka, modelo 1905, calibre 6^{mm} 5, com carregador de 5 cartuchos, substituiu o fuzil Murata, modelo 1887, de repetição, que é todavia conservado como armamento de uma parte das tropas de segunda linha.

O soldado conduz normalmente 140 cartuchos. Antes do combate distribuem-se os cartuchos transportados pelos 18 animaes de carga do batalhão, conductores de munição, os quaes marcham no trem regimental. Cada animal conduz 2.400 cartuchos; total para o batalhão : 43,200 ou sejam, approximadamente 50 cartuchos por homem. *O soldado é portanto dotado com 200 cartuchos*.

(¹) O *Hashi-i* é o arroz cosido, e seco depois ao sol ; conserva-se em perfeito estado durante muitos annos (30 annos) e preara-se rapidamente.

O remuniciamento com cartuchos do trem regimental é garantido pelas *secções de munição de infantaria*, em numero de 4 por divisão, comportando cada uma 60 viaturas. Desde que se dê ordem para pôr o equipamento aligeirado o soldado, estando provido sómente do *sacco-mochila*, recebe cartuchos supplementares (¹)

Trens

Os trens dividem-se em *trens regimentaes* e *trens divisionarios*.

Trem regimental. E' constituido, nas tropas de infantaria, unicamente com animaes de carga e se fracciona em dois escalões :

1º escalão : comprehende, para cada batalhão, 23 animaes, dos quaes : 2 conductores de instrumentos de sapa, 18 conductores de munição, 1 animal conduzindo uma ambulancia medica, e 4 padiolas.

2º escalão : comprehende, para cada batalhão, 38 animaes transportando os fogões de campanha, a bagagem dos officiaes, o fardamento e calçado de sobresalente e dois dias de viveres.

Trem divisionario. Constituido por animaes de carga e viaturas. Elle comprehende, em particular, quatro *secções de viveres* conduzindo cada uma 1 dia de viveres e quatro *secções de munição de infantaria*.

Os animaes dos homens montados, que fazem parte do pessoal da escolta dos trens, dispõem de arreamento comportando os tirantes para atrelagem, o que permite sua utilização como cavallos de reforço.

As viaturas são de duas rodas, puchadas a um só animal, e podendo transportar um peso médio de 300 kilogrammas.

COLLABORAÇÃO

Segundo está dito em outras palavras na apresentação, esta revista propõe-se a ser um campo de concentração, para os esforços em prol do erguimento das forças armadas nacionaes á altura de sua missão. O exito de nosso commettimento depende pois, não só da generosa, animadora acolhida que temos encontrado em todas as portas onde já batemos, como tambem da effectiva collaboração de todos quantos tiverem uma ideia sobre o assunto ; idéa não só de ordem geral, de preferencia encarada com applicação ao nosso meio, mas tambem informações uteis oriundas de meios militares adiantados, e idéas especialisadas, nascidas no labor militar diario orientadas decididamente pelo "rumo á tropa".

(¹) Na Mandchuria os homens foram dotados algumas vezes (em Mukden, por exemplo) com 500 cartuchos e, em algumas unidades, quando haviam arrecadado os cartuchos dos mortos e dos feridos, certos soldados conduziram até 600 cartuchos

